

## ATA 232ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos  
3 Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima segunda Plenária Ordinária do CEAS, coordenada  
4 pelo Presidente do CEAS, Conselheiro Rodrigo Silveira e Souza, onde estavam presentes os  
5 seguintes Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida/O Movimento GRAAL do Brasil, Cristiane  
6 Isabel Felipe/Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - IMSNS, Damião Braz  
7 (Nome Social - Irajá)/Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Deborah Ackerman/SEDESE,  
8 Elerson da Silva/Cáritas Brasileiras – Regional MG, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes/Secretaria de  
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA , Felipe Serrano Milioreli/Conselho  
10 Municipal de Assistência Social-Campo Belo, Gilberto Donizete Ribeiro/Colegiado dos Gestores  
11 Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS, Isac dos Santos  
12 Lopes/Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo/Conselho  
13 Municipal de Assistência Social-Pirapora, Luanda do Carmo Queiroga/Fórum Estadual dos  
14 Trabalhadores do SUAS, Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha /Secretaria de Estado de Saúde SES,  
15 Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas/Conselho Municipal de Assistência Social-Leopoldina, Maria  
16 Juanita Godinho Pimenta/Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, Marleide Marques  
17 Castro/Conselho Regional de Psicologia – CRP – 4ª Região, Raphael Vasconcelos Amaral  
18 Rodrigues/Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão -SEPLAG, Rodrigo Silveira e  
19 Souza/Conselho Regional de Serviço Social CRESS, Silvana Célia de Campos/Secretaria de Estado  
20 de Educação, Simone Aparecida Albuquerque/SEDESE, Soyla Rachel dos Santos Pereira/Conselho  
21 Municipal de Assistência Social-Paracatu, Wilson de Sales Lana/Secretaria de Estado da Fazenda,  
22 os seguintes Conselheiros Suplentes: Alice de Rezende Brandão Faria/Fórum Municipal dos  
23 Trabalhadores do SUAS de Belo Horizonte, Ariadna de Almeida Silva/Federação das Associações  
24 sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo/Conselho  
25 Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Camila Rita da Silva/Secretaria de Estado de  
26 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Cecília de Araújo Carvalho/Associação Quilombola  
27 Porto Pontal, Helder Augusto Diniz Silva /Conselho Municipal de Assistência Social-Pedro Leopoldo,  
28 Ivone Pereira Costa Silva /COGEMAS, Márcio Caldeira/Associação Profissionalizante do Menor -  
29 ASSPROM, Maria da Conceição Silva/Conselho Municipal de Assistência Social-Nova Lima, Marta  
30 Maria Castro Vieira da Silva/SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa/Conselho Municipal  
31 Assistência Social de Montes Claros e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes  
32 Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Fernanda Silva Souza,  
33 Leonardo Lobato Martins Costa, Marcia Maria Lopes Dos Santos, Maria de Paula Ribeiro, Maria  
34 Regina Varela Caldeira, Raquel Trindade de Freitas, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia  
35 Rodrigues. Participou desta Plenária como convidado, Jaime Rabelo Adriano da Secretaria de Estado  
36 de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. O Presidente Rodrigo iniciou cumprimentando os  
37 presentes e justificou as ausências do conselheiro César Augusto Calinçani Pereira (SEDESE) por  
38 motivo de licença médica e da conselheira Marleide Marques Castro (CRP) por questões de trabalho.  
39 Algum conselheiro tem mais alguma justificativa? Mandou alguma justificativa pra alguém? Não? Ok.  
40 É... apreciação da pauta. Alguma inclusão na pauta? Algum ponto de inclusão de pauta? Não? Ok.  
41 Então vamos aos informes. Primeiro o COGEMAS. Informes do COGEMAS. Ivone – COGEMAS:  
42 Bom dia. Nós tivemos a reunião ampliada que foi no dia 6 de abril e no dia 5 que antecedeu a reunião  
43 ampliada reuniu-se também a comissão que foi criada de monitoramento de avaliação, da proposta  
44 de regularização de repasses do governo estadual referente ao piso mineiro. Então, foi a primeira  
45 reunião da comissão e o COGEMAS instituiu através de resolução 001/2018 essa comissão que é  
46 composta por parte da diretoria do COGEMAS juntamente com outros gestores que se manifestaram  
47 interesse de participarem dessa comissão que tem como objetivo o monitoramento de avaliação da  
48 proposta regularização do repasse do piso mineiro. Como informe, a SEDESE nos passou que vai  
49 ser feito o repasse, mas que vai iniciar em maio. No dia 6 houve a reunião do COGEMAS ampliada  
50 com mais de cento e oitenta participantes. O tema foi sobre a questão do orçamento e foi uma

51 discursão muito boa e tivemos a alegria de contar com a Isabela que apresentou sua tese de  
52 mestrado e fez todo um debate histórico do SUAS no país e também a parte da importância do  
53 orçamento e tivemos como debatedor, nos ajudando, a Simone que também teve uma brilhante  
54 participação como sempre e tivemos três experiências de municípios, Belo Horizonte, Paracatu e  
55 Pitangui, todas as experiências muito interessantes com relação a efetivação da gestão orçamentária  
56 pelos municípios. Na proposta do COGEMAS no começo de abril a gente não tem reunião ampliada,  
57 volta reunião ampliada só em maio. A comissão de monitoramento também tirou um calendário, então  
58 nós vamos continuar nos reunindo uma vez por mês. Antecedendo a reunião ampliada do  
59 COGEMAS, que sempre é a primeira sexta-feira, nós faremos a reunião da comissão ampliada na  
60 quinta-feira. Teremos sempre a presença da SEDESE que vai nos monitorar, o quê que está  
61 acontecendo com os repasses do piso mineiro atrasado e também referente ao de 2018. Quando  
62 não houver reunião ampliada, o calendário desta comissão será todas as primeiras sextas-feiras, na  
63 parte da manhã, anterior a reunião da CIB. Então assim, está um grupo muito coeso e também com  
64 muita disposição para estar aí acompanhando o repasse dos recursos do piso mineiro aos  
65 municípios, obrigada. Rodrigo: CIB. Tem algum informe? Não preparou. SEDESE? Simone: Pode  
66 passar Fernanda por favor... Eu queria dar o informe sobre o andamento, o funcionamento das  
67 comissões regionais de gestão compartilhadas, que foram implantadas através da resolução 12/2012  
68 da CIB publicada em 31 de outubro de 2017 que criou as comissões, cujo são espaços de articulação  
69 e interlocução dos gestores da assistência social envolvidos na oferta de serviços regionais da  
70 proteção especial, média e alta complexidade caracterizando-se como instância de discussão da  
71 operacionalização e o aprimoramento dos SUAS em âmbito regional. Ela é uma instância vinculada  
72 a CIB. Só para que os senhores tenham conhecimento as comissões regionais de gestão  
73 compartilhada tem dois tipos de reunião, referenciais com representado do estado e municípios  
74 abrangidos pelos serviços regionais para discutir sobre a operacionalização dos serviços e as  
75 reuniões ampliadas com participação de outras intuições que proporcionarão maiores articulações e  
76 garantias de direitos. Então é uma reunião ampliada onde senta a assistência social, saúde,  
77 educação e os promotores da comarca daquela região pra fazer o trabalho em rede. Então essas  
78 comissões elas são implantadas a medida que são inaugurados os CREAS Regionais, então hoje  
79 temos em funcionamento quatro comissões regionais de gestão compartilhada e as reuniões, trouxe  
80 aqui para informar aos senhores, que o CREAS do Território do Vale do Rio Doce de Peçanha, a  
81 reunião vai ser no dia 23 de abril, do Vale do Alto do Jequitinhonha, localizado em Diamantina vai ser  
82 no dia 24 de abril, do CREAS Regional do Território do Médio e Baixo Jequitinhonha no município  
83 de Almenara dia 25 de abril e do CREAS do Território do Mucuri em Águas Formosas no dia 27 de  
84 abril. Também quero informar aos senhores e senhoras o calendário de reunião da Câmara Técnica  
85 foi instituído pela CIB, eu informei aqui na última reunião, é uma câmara técnica pra discutir proposta  
86 de acolhimento a crianças e adolescentes ameaçados de morte em Minas Gerais. Essa câmara  
87 técnica ela foi prevista e acordada dentro do inquérito civil do Ministério Público de Minas Gerais de  
88 nº 002415017190 e será realizada no dia 18 de abril as 9 horas e terá a seguinte pauta: É... eu estou  
89 achando que eu estou dando informe errado pra vocês viu gente, a minha memória acho que tá  
90 errado isso aqui, depois eu corrijo a data tá? Se não me engano eu acho que vamos fazer a primeira  
91 no dia 30 de maio. É, mas a ideia nessa primeira pauta é a gente apresentar, pra que todos os  
92 membros da câmara técnica possam ter conhecimento o programa de proteção às crianças e  
93 adolescentes ameaçados de morte do estado de Minas Gerais e vamos também apresentar o  
94 inquérito civil, o que o Ministério Público aponta e quais são as suas recomendações. Também será  
95 apresentado o senso SUAS de acolhimento de 2017 e também nessa câmara técnica vamos  
96 contextualizar o problema e a apresentação dos objetivos da câmara técnica e claro, fazer o  
97 planejamento de intervenção dessa câmara. As próximas reuniões: 3 de maio, 15 de maio e 29 de  
98 maio. Também quero informar aos conselheiros que nós já estamos divulgando o cronograma do  
99 curso do Capacita SUAS deste ano. Que é um curso sobre atualização e organização da oferta dos  
100 serviços da proteção especial do Capacita SUAS. Nós apresentamos esse calendário na Comissão

101 Intergestora Bipartite, mas também fizemos uma discussão com os gestores do conteúdo desse  
102 curso, muito esperado, por todos e quero apresentar o calendário lembrando a todos os conselheiros  
103 de que tem... foi feito uma discussão na CIB sobre o perfil dos alunos, na atualização da resolução,  
104 que vai ser discutida ainda hoje aqui no pleno desse conselho. Lembrando também aos conselheiros  
105 que todos os conselheiros estaduais podem e devem fazer o curso. Então é bom que os senhores  
106 fiquem atentos as datas aí, para que também se programem. Bem... atualização sobre organização  
107 e oferta, dos serviços de proteção especial em 2018. Nós vamos começar no dia 4 de junho, então a  
108 primeira semana é de 4 a 8 de junho, nesta semana nós vamos ter Belo Horizonte e Curvelo. Em  
109 Belo Horizonte nós também, no primeiro dia, a gente vai fazer um seminário para lançamento do  
110 caderno do Capacita SUAS, que vai ser um debate sobre a disseminação dos conteúdos da proteção  
111 especial. Depois vai ser em Divinópolis e Passos na semana de 11 a 15 de junho. Depois de 18 a 23  
112 de junho em Governador Valadares, Timóteo e São João Del Rei. Na quarta semana, de 25 a 29 de  
113 junho, Montes Claros, Teófilo Otoni, Ituiutaba, Na quinta semana de 2 a 6 de julho em Salinas,  
114 Almenara, Muriaé e Juiz de Fora. Na sexta semana de 9 a 13 de julho em Patos de Minas, Araçuaí e  
115 Uberaba Na sétima semana de 16 a 20 de julho Paracatu, Poços de Caldas. Na oitava semana de  
116 23 a 27 de julho Varginha e Uberlândia. Então essas são as datas dos polos do Capacita SUAS.  
117 Também quero informa-los da nossa outra modalidade de capacitação que é a supervisão técnica. A  
118 SEDESE realizou encontros nas macrorregiões para construção do plano regional de supervisão  
119 técnica conforme o planejamento abaixo. Então todo mês de março, nós fizemos o planejamento  
120 reunindo as regiões em cinco macrorregiões. Em Varginha, Uberlândia, Araçuaí, Muriaé e Belo  
121 Horizonte estabelecendo aí o planejamento e cronograma da implantação da supervisão técnica. O  
122 cronograma de execução da supervisão técnica ficou assim então: em fevereiro, construção da  
123 metodologia da matriz da supervisão técnica, em março, consolidação dos planos regionais de  
124 supervisão, abril, início da supervisão técnica, primeiro encontro de concepção da supervisão técnica,  
125 compreendendo o problema comum, revisão do plano, definição do processo e produto, maio e junho  
126 execução da supervisão nas macrorregionais. Nós estamos preparando para apresentar pros  
127 senhores e senhoras... nós vamos fazer um seminário de educação permanente onde nós vamos  
128 apresentar uma proposta de resolução pra ser apresentada para a CIB e para o Conselho Estadual  
129 de Assistência Social e com o objetivo de já trazer uma discussão, de concepção, do como, de  
130 direção... Nós vamos realizar um seminário estadual de educação permanente e é lógico onde todas  
131 essas... esse conteúdo, nós vamos tentar traduzi-lo numa resolução que pretendemos traze-la depois  
132 do dia 22 de maio. Então, acho que também vai ser um momento importante de debate pra esse  
133 Conselho. Quero informar também aos senhores e senhoras que no período de 19 a 23 de março a  
134 Diretoria de Benefício e Transferência de Renda realizou dois cursos direcionados aos municípios  
135 que pertencem à regional de Divinópolis. O curso de formulários do cadastro único que contou com  
136 a participação de 27 profissionais e o curso de gestão do cadastro único do programa bolsa família.  
137 Na semana de 2 a 6 de abril, foram capacitados profissionais da área de abrangência da regional de  
138 Timóteo. Também nos cursos de cadastro único e formulários do cadastro. Também, informa-los do  
139 programa de aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS, Rede Cuidar, foi tema da segunda  
140 videoconferência da SEDESE. Foi realizado no dia 22 de março. Contou com a participação de  
141 trabalhadores e gestores das unidades contempladas com recursos do programa e transmitida para  
142 90 polos da UAITEC de todo o Estado, participamos, a SEDESE, o SERVAS, a Loteria Mineira e o  
143 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Rodrigo Silveira e Souza. Também, informar  
144 que já está disponível no blog do SUAS e no site da SEDESE o caderno de perguntas e respostas  
145 do Rede Cuidar, o caderno como combinado aqui no ultimo pleno. Contou com a colaboração dos  
146 conselheiros representantes aqui das entidades, tanto da Cristiane quanto do Márcio a quem já  
147 agradeço a colaboração e contribuição. O documento reunirá orientações com a base normativa da  
148 Rede Cuidar e da política de Assistência Social visando subsidiar a execução do recurso do incentivo  
149 financeiro e as ações de monitoramento e apoio técnico aos gestores municipais e as entidades  
150 contempladas pelo programa. Também quero informar aos senhores que a SEDESE participou da

151 Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS que é uma câmara,  
152 Conselheiros, instituída..., no processo de discussão e de articulação do governo federal, estado e  
153 municípios abrangidos pelo desastre do “Fundão”. São 35 municípios. Entramos mais efetivamente ,  
154 a Secretaria de Estado, a SEDESE, numa articulação com os 35 municípios porque a Fundação que  
155 representa a SAMARCO, que desenvolve as ações discutida com os entes federados ela estava para  
156 fazer o programa de proteção social, que o é um programa que inclui saúde e assistência social.  
157 Então, para desenvolver esse programa a Fundação Renova estava solicitando aos 35 municípios  
158 planos municipais de proteção social para que a Fundação pudesse então financiar a apoiar esses  
159 municípios. Então, numa articulação com os municípios, principalmente discutida na Comissão  
160 Intergestora Bipartite – CIB a SEDESE entrou reivindicando que também pudesse ser apresentado o  
161 Plano Estadual de Proteção Social tendo em vista que muitas ofertas é de competência do governo  
162 estadual. Então, nós fomos participar dessa Câmara Técnica, ela foi em Mariana, realizada nos dias  
163 4 e 5 de abril e nós então apresentamos a nossa proposta e nós conseguimos dessa Câmara Técnica  
164 a concordância de que os estados, tanto Minas Gerais quanto Espírito Santo, que são os dois  
165 estados, que a gente apresente também o Plano Estadual de Proteção Social que em consonância  
166 com os planos municipais, então além da SEDESE apresentar, mais a Secretaria do Estado do  
167 Espírito Santo apresentar seu plano estadual, nós também vamos apoiar, colaborar, contribuir com  
168 os planos municipais de proteção social. É, aqui também quero informar aos senhores a situação de  
169 preenchimento do plano de serviços de 2017, nós temos aprovados 824 planos de serviços, 26 em  
170 preenchimento e 3 em análise pelo conselho municipal e de 2018 nós pactuamos um prazo na ultima  
171 CIB, , pro seu preenchimento final, até final de julho, nós temos em preenchimento 819, em análise  
172 do conselho municipal 17, cadastrados 17 , no total aí de 853... (inaudível) já tá aberto, foi pactuado  
173 na semana passada , até final de julho. Então são esses os meus informes Presidente e Conselheiros  
174 muito obrigada pela atenção de todos. Rodrigo: Reunião do FONACEAS, Isac. Isac: Bom dia a todos  
175 e a todas. Isac representante da Federação de Quilombolas de Minas Gerais. Eu participei da reunião  
176 do FONACEAS que foi realizada em Aracajú, lá em Sergipe e vou trazer assim bem resumido os  
177 assuntos que foram discutidos lá. Teve uma fala do representante dos usuários do Conselho Nacional  
178 estava cobrando mais investimento em capacitação de usuários conselheiros e não conselheiros da  
179 assistência social e pra sociedade civil no geral e também assim outros membros do Conselho  
180 Nacional falaram muito sobre o desgaste que dá fazer conferência de assistência social, pareceu  
181 assim, insistiu, que deveria acontecer alguma coisa que não se fizesse conferência de assistência  
182 social de 2 em 2 anos, assim, pra que fossem fazer apenas de 4 em 4 anos e ainda falaram que  
183 muitas vezes se reúnem lá e deliberam as mesmas coisas e que não são concluídas e que deveriam  
184 rever esta questão de fazer conferência de 2 em 2 anos. Praticamente todas as falas do Conselho  
185 Nacional teve esta questão em relação às conferências. Outra coisa que foi interessante, é, deu  
186 assim a entender que o Conselho Nacional não está muito afinado a brigar pelas deliberações da  
187 conferência, porque eles em alguns momentos falaram que a conferência na legislação ela é  
188 propositiva, que quem delibera é o Conselho assim, uma fala muito nesse sentido, o Conselho  
189 nacional e que eventualmente a sociedade civil falava que é preciso mesmo a gente estar lutando  
190 por essas deliberações, lutar pelo SUAS no todo. É, foi assim muito chamativo também uma fala da  
191 Secretária Executiva do Conselho do Ceará que vem chamar a atenção pra necessidade da gente  
192 estar lutando por um percentual mínimo da receita líquida da União pro SUAS e lutar também contra  
193 a emenda 95 lutar pelo orçamento do SUAS para o próximo ano, chamou a atenção que recursos  
194 garantido pro programa Criança Feliz do próximo ano e não tem para os programas do SUAS. Teve  
195 uma usuária também do Rio Grande do Sul que cobrou do FONACEAS que ele cumpra nas  
196 convocações das reuniões uma deliberação que acho que aconteceu em Porto Alegre, numa reunião  
197 passada que... para... convocar dos Conselhos Estaduais além do Presidente e Vice-Presidente  
198 convocar um representante dos usuários pra participar lá, foi uma deliberação anterior e quanto ao  
199 plano de atuação do FONACEAS ficou decidido deles enviarem uma matriz para esse plano, para  
200 todos os conselhos estaduais e esses fazerem suas contribuições ali porque estava acontecendo a

201 troca da diretoria da coordenação do FONACEAS, então eles decidiram fazer isso, enviaram essa  
202 matriz para os conselhos estaduais e esses poderão colocar ali as suas contribuições para o plano e  
203 lá, a coordenação foi trocada. Assim, trocou mesmo, só o representante do sudeste que ficou o  
204 representante de São Paulo e o representante do centro-oeste que ficou uma representante de Goiás  
205 no FONACEAS e o restante total da nação foi reconduzido, a coordenadora continua, a Ivani e foi  
206 basicamente isso. Eu fiquei... achei muito assim estranho, o posicionamento do CNAS é... com essa  
207 questão das conferências e que teve um representante do Espírito Santo, ele cobrou, ele que é da  
208 sociedade civil, ele cobrou que seja convocada a conferência para o próximo ano e disse que até  
209 fazia sentido o que alguns estavam colocando, que desgasta ter as conferências de 2 em 2 anos,  
210 mas é garantia que aconteça conferências extraordinárias quando é necessário e disse que é muito  
211 necessário que aconteça uma conferência de assistência social no próximo ano. Referente ao cenário  
212 que a gente está. Ele também era representante de usuário da assistência social. E... falei... também  
213 chamou a atenção, que se a gente tá lá votando novamente as mesmas deliberações é porque estas  
214 não estão sendo cumpridas e precisa haver uma atuação mais efetiva, assim, do controle social para  
215 que essas deliberações sejam cumpridas, para que faça sentido as conferências. E... assim... em  
216 resumo é isso já trouxe um relatório pro CEAS que é mais detalhado nesse sentido. Tem outra  
217 questão que é uma solicitação do Fórum Nacional de Usuários da Assistência Social. Eles solicitaram  
218 que eu vá no Encontro Nacional dos Usuários que vai acontecer em Brasília no dia 3 e no dia 4 de  
219 maio. No dia 4, vai acontecer também a eleição da sociedade civil para o Conselho Nacional de  
220 Assistência Social onde o Fórum Nacional. E... candidatos também, eu fui habilitado também para  
221 participar da eleição e aí o Fórum Nacional vai estar aproveitando a eleição do Conselho Nacional e  
222 realizando dois encontros nacionais de usuários de assistência social. Aí pediram que eu vá e  
223 solicitaram que o CEAS me envie, me auxilie na minha ida para Brasília. Aí, eu trago essa solicitação  
224 pra esse Conselho pra ver se aprova minha participação lá, representado esse Conselho também,  
225 acho que é um momento também pra gente fazer uma conversa entre os usuários da assistência  
226 social a nível nacional. Visto que o Fórum esteve presente aqui conosco na conferência, é, do ano  
227 passado e existe aqui o nosso desejo de construir o Fórum Estadual de Usuários da Assistência  
228 Social e nas regionais também que eu fui e que o Fórum Nacional possa estar contribuindo conosco,  
229 eu também acho bem interessante essa participação lá. É Isso por enquanto. Rodrigo: Pois bem, eu  
230 vejo essa solicitação Isac, inclusive como deliberação de conferência e muito tempo que a gente está  
231 lutando mesmo, enquanto CEAS, fortalecer Fóruns, URCMAS ... algum Conselheiro quer se  
232 manifestar... é contrário? Não? Então é isso tá? É... (Voz ao fundo... inaudível) vai nos representando  
233 por favor (risos), é, Simone pediu questão de ordem. Simone: Não, só pra informar aqui que eu recebi  
234 ontem uma informação, viu Isac, vou passar para o seu Whatsapp. Esse Isac gente, eu vou te falar  
235 um negócio. Eu recebi pelo Whatsapp e vou passar pro seu também, que amanhã, no sábado, aqui  
236 em Belo Horizonte, vai ter um treinamento dos coordenadores de campo de uma pesquisa de  
237 satisfação dos usuários dos CRAS e CREAS, que é uma pesquisa que tá sendo realizada pelo Centro  
238 de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais da UFMG, financiada pelo Ministério do  
239 Desenvolvimento Social, então como já é pra treinamento de quem vai aplicar a pesquisa é, acho  
240 que seria interessante que também o Fórum de Usuários, queria te perguntar se você tem  
241 conhecimento disso, se o Fórum Nacional foi consultado , sobre essa pesquisa , se vocês discutiram  
242 essa pesquisa e senão eu acho muito importante que vocês se apropriem , até pra saber exatamente  
243 do que trata uma pesquisa que vai discutir a satisfação dos usuários é, de CRAS e de CREAS, eu  
244 vou passar para o seu Whatsapp, aí eu acho que você podia nos informar. Obrigada. Isac: Assim,  
245 deve ser um ensaio que a gente participou durante a Conferência Nacional de Assistência Social,  
246 vocês lembram que quando eu fui eu ia como delegado, mas fui pelo Fórum Nacional de Usuários,  
247 lá o Fórum Nacional de Usuários foi convidado acho que pelo MDS a participar de um ensaio de  
248 pesquisa que eles estavam fazendo pra aplicar nos CRAS, porque os usuários... eles dissessem  
249 sobre a satisfação, sobre o atendimento... se foi isso a gente participou desse ensaio, respondemos  
250 aos questionários durante a Conferência Nacional de Assistência Social do ano passado, deve ser

251 alguma coisa, mas eu não fiquei sabendo do lançamento aqui esse dias não. Rodrigo: Dona Arlete  
252 pediu a palavra aqui para falar a respeito da Barragem de Fundão, rapidamente antes de passar pro  
253 próximo informe. Arlete: Arlete, Graal, Buritizeiro. Então, quando a Simone falou assim acerca da  
254 Barragem de Fundão eu lembrei-me que eu ouvi hoje, pela manhã, no noticiário, falando de uma  
255 pesquisa, que vai ser apresentada a conclusão agora pela manhã na UFMG é... e com... acho que  
256 quem conduziu essa pesquisa, isto, departamento de saúde mental com o apoio de Cáritas é  
257 interessante que é de imediato a professora que estava falando, dizia que eles ficaram três dias,  
258 ouvindo as pessoas atingidas. Eram 64 pesquisadores, que nesse período eles conseguiram  
259 identificar 250 casos de pessoas com problemas de adoecimento mental em consequência desse  
260 desastre e vai ser apresentado hoje e possivelmente, depois, esse resultado vai estar liberado e...  
261 bom eu só queria falar disso. Ok. Obrigada. Rodrigo: É... Mesa Diretora. Bem, eu deixei o relato da  
262 Comissão provisória junto com a Mesa Diretora, que aí eu já entrava... Já falava tudo. É... no dia  
263 03/04, houve a reunião da Comissão Provisória e estiveram presentes: eu (Rodrigo), Dona Arlete,  
264 Simone, Gilberto, a Marta da SEDESE, o Marcio Caldeira – ASSPROM, Consolação, Leonardo  
265 Lobato, é... o Marcio da ADEFIB, Sara Alves representado a SEDPAC e a Dra. Paola Domingos  
266 Botelho representando a Procuradoria do Estado. É... nós... perdão, o Ministério Público, é... nós  
267 tivemos como pauta devolutiva do MP e outros se houvessem, reuniões ampliadas do CEAS, é...  
268 com o CNAS que foi uma deliberação aqui desse pleno e definição de novos encaminhamentos. É...  
269 então nós abordamos primeiro, é... até a Doutora chegar...porque, Doutora Paola chegar, que havia  
270 sido na primeira, que quem participou foi a Doutora Kátia, , e até que ela conseguiu, ela tinha outro  
271 compromisso, justificou pra gente, aí nós fomos tratando desses pontos de pauta. Então, primeiro  
272 nós falamos, discutimos, sobre as possíveis datas considerando os encontros estaduais como Fóruns  
273 e URCMAS. Foi proposto pra junho, junto com as reuniões ordinárias do CEAS, refletiu-se a  
274 importância de discutir sobre os desrespeitos nas deliberações de conferências, o posicionamento  
275 do MDS que chamou o Colegiado de Gestores FONSEAS e falou que não reconheceria as  
276 deliberações de conferências, lembrou-se também do relato da Conselheira Arlete, que esteve na  
277 reunião com o CNAS e ainda a questão da composição dos Conselheiros, que muito avançou do  
278 ponto de vista do CNPJ. É, desde a perseguição das entidades com o marco regulatório, mas que há  
279 muito que avançar do ponto de vista do CPF. Que a questão vivida do estado hoje, é... e falou da  
280 questão vivida do estado hoje. É... e aí, já partindo pra questão da comissão, quando a Doutora  
281 chegou, nós fizemos então o relato de tudo que aconteceu, aquele histórico, da posse, da  
282 conferência, a legislação, tudo. Recuperamos todo aquele histórico pra ela e aí então percebeu e nos  
283 falou que ela deveria então ir naquele encontro já com um posicionamento de reunião marcada. É...  
284 e aí, que não adiantava é, a gente ficar falando ali, alongando mais uma vez que os interlocutores  
285 não estavam todos ali. O Márcio também externou um pouco a sua insatisfação. O seu sentimento  
286 em relação a tudo o que estava acontecendo. Disse que chegou a pensar em pedir pra entidade  
287 substituir o nome dele, e aí que nós reafirmamos que a nossa luta, a luta do CEAS, e a luta pela  
288 nomeação dele. Que depois, é uma decisão dele ficar, mas que ele também, tem que estar conosco  
289 e ele entendeu e disse: “Não... estou com vocês”. E aí se mantém nessa luta. Doutora Paola então  
290 ficou de despachar com o Procurador. Com o Promotor. Falamos também recuperamos a questão  
291 que procuramos, mandamos ofícios, procuramos o representante, o Deputado André Quintão, pra  
292 mediar esse debate como líder de governo. Então, todo esse histórico foi resgatado pra ela e ela  
293 ficou então de novamente de voltar para o Promotor e fazer, é... acionar esse... a Casa Civil. Oficiar  
294 a Casa Civil pra uma reunião. Então... é, e aí a Doutora Paola informou que o Procurador está  
295 encaminhando o ofício pra Casa Civil, então, já retorno que temos retorno dessa reunião, solicitando  
296 esclarecimentos sobre o ocorrido e que após o retorno da Casa Civil ela vai avaliar as providências  
297 a serem tomadas. É... perguntamos a Doutora Paola a respeito do ofício e sobre a assessoria do  
298 governador, por que na Mesa Diretora, no dia da reunião, foi falado pela Sara da SEDPAC, que a  
299 tramitação agora é: A Casa Civil avalia toda a documentação, encaminha para o Governador que faz  
300 a nomeação. Então é seria importante acionar essa assessoria também. Então, nós perguntamos pra

301 ela isso e ela respondeu ontem que ia verificar a possibilidade. Então ontem a tardezinha... a  
302 Consolação até mandou a informação no final da noite, me dando esse retorno, que ela vai averiguar  
303 a possibilidade de chamar também a assessoria do governador. Então, é isso, nós estamos  
304 aguardando agora essa reunião e essa interlocução. Esse retorno da Casa Civil e da Assessoria do  
305 Governador para o Ministério Público. A Consolação está diuturnamente acompanhando via  
306 whatsapp, ela passou o whatsapp pra Consolação pra que ela pudesse manter interlocução mais  
307 fácil, mais próxima, a Consolação está diuturno com isso, diuturno mesmo Consolação, que até me  
308 mandou ontem à noite, então e aí a gente continua tensionando e aguardando... pensamos também  
309 ontem, na Mesa Diretora de oficial novamente a Assessoria do Governador enquanto CEAS, visto  
310 que nossos ofícios foram para casa civil e a gente chegou a conclusão que não valeria a pena que  
311 não era o momento uma vez que eu já estava ministério público nosso interlocutor agora é o ministério  
312 público. Então a gente decidiu por aguardar as providências, tá. Se algum membro da comissão  
313 quiser contribuir colocar mais alguma questão tá aberto, ok. Também ontem, já agora entrando  
314 propriamente dito na mesa diretora de ontem. É... nos abordamos as questões da comissão, das  
315 Comissões Temáticas, reunião conjunta, entre... perdão, Comissão de Normas, Apoio, Orçamento e  
316 Política, falamos também da instituição da comissão de ética que é conselheira... tem que ter  
317 paridades e de monitoramento das deliberações da conferência, que é um representante de cada  
318 Comissão. Da Comissão de orçamento que foi uma reunião conjunta de orçamento e normas na  
319 primeira parte dela, vou passar só o que foi encaminhado porque a Comissão vai relatar isso, mas à  
320 tarde. Nós levamos agenda e luta e resistência... convidasse... lembrasse a comissão de propor  
321 estratégias para o debate, convidar a Assessoria Jurídica da SEDESE para explicar sobre a Lei de  
322 Responsabilidade fiscal e o impacto na assistência e do PL, do projeto de lei que tá no congresso e  
323 aí a comissão pensou algumas estratégias para relatar. Comissão de Política, o que foi encaminhado  
324 para ela, pra ser discutido, foi pedido, sobre o Núcleo de Educação Permanente, a resolução da  
325 SEDESE de ter a representação do Trabalhador. Quais entidades educacionais para a questão do  
326 credenciamento. (...Inaudível) e aí a Comissão também vai relatar... ainda na de Políticas sobre as  
327 vagas do Capacita, atualizar resolução do CEAS para essas vagas, dentre outros. Apoio, apresentar  
328 proposta de encontros estadual de secretária executiva. Outro ponto foi representação do Fórum  
329 Interconselhos, são dois, tem que ser paritário, seu João Crisóstomo diz ter se oferecido na plenária  
330 anterior e a gente, pelo que eu entendi, foi concordado e falta do governo eleger. Já tem? Já tem  
331 quem? Então, será a Soyla que vai participar do fórum interconselhos. Ok. Então, seu João e Soyla  
332 participarão do fórum, representação do CEAS no fórum. Há outra questão e isso foi uma mudança  
333 significativa na agenda do Conselho é um encontro Estadual é... foi feito um estudo tem que tem todo  
334 um relato aqui, toda uma ementa, vamos colocar assim, ele seria no dia 7 e 8 de Maio. E aí a gente  
335 esbarrou numa série de questões... o tempo é exíguo mesmo, e aí foi encaminhado então, foi  
336 deliberado pela Mesa Diretora para a gente discutir isso nessa mesa diretora inclusive ainda estava  
337 com presença da Luanda que é trabalhador do SUAS, que esteve em uma reunião conosco e incluiu,  
338 trouxe, essa pauta do Fórum do Trabalhadores Estadual para esse encontro, então pode, teve  
339 bastante representatividade ontem e nós caminhamos uma sugestão de alteração da data. É para  
340 junho. Visto toda a tramitação burocrática que tem para você trazer 400 pessoas, previsão para 400  
341 pessoas para cá, porque tem o lançamento do CRP, então tem... então, são 400 no primeiro dia e  
342 200 no segundo, pra um encontro com 200 pessoas e aí a gente também foi, foi falado, foi levantado  
343 pela secretaria executiva e a gente discutiu bastante a questão da prestação de contas da  
344 Conferência Estadual, que existe algumas pendências de algumas questões e que as pessoas que  
345 viriam nesses encontros seria provavelmente as mesmas pessoas que ainda tem umas questões pra  
346 ser resolvidas em relação a prestação de contas. Então, vários fatores corroboraram pra a gente  
347 dilatar esse prazo. E aí... só que a gente tem outro problema, que a gente vai ter que se atentar muito  
348 nas muito proposições, seja em âmbito de municípios... é que o nosso calendário além dos feriados,  
349 normalmente órgão público emenda, esse ano é um ano com bastante feriado. Nós temos o  
350 calendário da copa do mundo que vai atravancar bastante nossa vida aí. E na data proposta... é,

351 deixa eu pegar aqui a data, mudei aqui sem querer... ah, vocês vão apresentar. (Vozes ao fundo...  
352 inaudível) Ah, é verdade perdão, é, eu fui direto, (risos) é só informe. Perdão, eu entrei, empolguei.  
353 Mas então a Comissão vai dar o resto dos informes (risos). O outro informe são as correspondências  
354 recebidas, nós tivemos ontem, o Conselho, ele foi convidado para ir Divinópolis pela Diretoria  
355 Regional da SEDESE, convidado para palestrar sobre benefícios eventuais e... a Simone já vai estar  
356 lá nesse dia, Simone. A Secretaria Executiva de Rio Casca, solicitando orientações sobre o processo  
357 de inscrição e também a comissão vai dar esse retorno, foi encaminhado para comissão de Apoio.  
358 Comissão dos atingidos pela Barragem de Braúna, solicitando reunião com o CEAS, a Rosa preparou  
359 um resumo, também para Comissão. CNAS informando sobre a reunião Regional Sul/Sudeste, 3 e 4  
360 de Maio. Ainda a gente não tem pauta. Não chegou a pauta ainda, então nós achamos por oportuno  
361 esperar essa pauta. Denúncia parada desde 2017 sobre CMAS de Betim, passar pra Comissão de  
362 Apoio também e a Secretaria Nacional de Promoção e de Desenvolvimento Humanos do MDS,  
363 confirmando a presença do Secretário Halim na plenária de Maio, solicitando que o ponto seja o  
364 primeiro, ele vai falar sobre a primeira infância, tá o criança feliz, (vozes ao fundo... inaudível) o  
365 secretário nacional. Eles estão firmes nesse propósito do criança feliz, muito firmes. É... outra  
366 questão, chegou ontem à tarde é um novo e-mail da secretaria executiva da diretoria Regional de  
367 Timóteo pedindo, é... convidando o CEAS pra participar da abertura do Encontro Regional  
368 Trabalhadores do SUAS na regional Timóteo que será realizada no dia 25 de abril, no Teatro João  
369 Paulo Segundo na UNI Leste, Coronel Fabriciano, de 8 às 13 horas ela convida também. Faz o  
370 convite extensivo aos Conselheiros, mas, chama o representante de usuários, chama o Isac, para  
371 contribuir na mesa temática que irá falar da valorização dos usuários e dos trabalhadores do SUAS.  
372 Então vai ser no dia 25 de abril de 8 a 13 Isac. ISAC: Pra mim eu acho que dá pra eu ir. Rodrigo: OK.  
373 Então você encaminha para a Secretária Executiva, e aí a gente vê a disponibilidade Presidência e  
374 da Mesa Diretora aí mas, se houver necessidade. O outro informe foi a questão da gravação da Ata  
375 passada. Houve um problema aqui no CEAS e a ata passada não foi gravada, tá. Eu ontem eu passei  
376 isso pra sociedade civil não sei se a gestão do governo teve essa conversa, mas na sociedade civil  
377 nós tivemos, então o fato já está esclarecido lá. O que que é, gerou um arquivo com o tempo total da  
378 reunião, contudo ele não tem áudio. E aí, a Secretária Executiva chamou o técnico da SEDESE, fez  
379 vários estudos e viu que a mesma situação tinha acontecido com o Conselho de Igualdade Racial,  
380 também. Ele emitiu o parecer técnico dele, tá aqui a documentação, depois eu vou passar para vocês.  
381 Existe também um aviso sobre o uso do equipamento aqui, e aí diante disso também a gente pede a  
382 colaboração de todos conselhos não mais coloque nada naquela tomada perto do computador porque  
383 foi um fio que desconectou, ele deve, segundo o técnico, ele não deve ter desplugado  
384 completamente, senão a gente teria visto, ele não deve ter ficado encaixado e a gente achando que  
385 estava tudo normal. Então, em cima disso ao ser comunicado pela Secretaria Executiva nós da Mesa  
386 Diretora pedimos a Secretária Executiva que acionasse a professora Eleonora Schettini para ver uma  
387 metodologia adequada de registro dessas informações. A professora então pediu a primeira questão:  
388 que relatasse isso aqui, o que foi ocorrido, e aí, eu vou ler exatamente a resposta dela..." é um caso  
389 atípico... comunicado o fato acima, bem como todas as providências que foram tomadas, que foram  
390 as providências que a Consolação tomou, junto a assessoria técnica da SEDESE e tal... sugerimos  
391 a Secretaria Executiva que faça um registro a partir das anotações que tem, conforme os pontos de  
392 pauta da reunião para um documento inicial, um documento base a ser revisto, primeiro, pela Mesa  
393 Diretora e Conselheiros a partir das próprias anotações que possuem. Depois compilar tudo e  
394 encaminhar de novo o documento para nova contribuição dos conselheiros e posterior aprovação em  
395 plenário. Então, na ata passada, houve esse problema é... (vozes ao fundo, inaudível)... não vi  
396 nenhuma questão. É óbvio que podemos ter perda de algumas informações, algumas falas,  
397 informações não, acho que falas, porque aqui a gente fica pessoalmente gravado, mas não vi  
398 nenhuma, nenhum problema com relação ao conteúdo da Ata. Então é isso a questão da Ata... e o  
399 outro foi sobre, o outro informe, é sobre a publicação da deliberação da 12ª conferência. Foi dito aqui  
400 que havia sido publicada. E então... a gente é... foi um equivoco, ela não havia sido publicada de fato



401 e aí pedi a Secretária Executiva que fizesse então um relato em tópicos sobre a situação, então  
402 lembrando, em outubro foi a conferência, nós tomamos posse em dezembro. Em dezembro a gente  
403 tem a decisão também, de não eleger a mesa diretora. No dia 19 de janeiro de 2018, a secretaria  
404 seletiva encaminhou publicação da resolução 315/2018. Ela não dispunha de assinatura  
405 considerando a inexistência do presente e de mesa diretora naquele momento. O fluxo para a  
406 publicação para publicação da resolução do CEAS é encaminhado para Subsecretaria de Assistência  
407 Social, que envia para a Assessoria Jurídica da SEDESE, para encaminhamentos devidos e para a  
408 Imprensa Oficial. No dia 29 de janeiro, recebemos da assessora jurídica da SEDESE a recomendação  
409 de que a resolução fosse assinada por todos os conselheiros, uma vez que não poderia ser publicado  
410 sem assinatura. Como o conselho retornou das atividades integrais em 23 de Março, ela (A Ata) só  
411 agora pode ser publicada, pode ser assinada para ser publicada. Houve um erro de informação, a  
412 resolução do CEAS 618 foi publicada em 4 de abril de 2018. E aí ontem na reunião da sociedade civil  
413 a gente também discutiu sobre a questão de como qual que é o fluxo de entender como é o fluxo, da  
414 data da publicação. Então eu pedi a Consolidação a Resolução 545 de 2015. Foi publicada em 18 de  
415 dezembro de 2015. Resolução 464 de 2013, foi publicada em 16 de dezembro de 2013, Resolução  
416 392 de 2012 foi publicada dia 25 de janeiro de 2012, então fica esclarecido também a sociedade civil  
417 com relação a esse... (Vozes ao Fundo... inaudível)... perdão, ao conselho também com relação a  
418 data das resoluções. Então, a questão da data e da publicação é isso. O CREAS também, tem o  
419 informe, e aí já... pode a Mesa Diretora... o CREAS te, um informe que a comissão de assistência  
420 está a pleno vapor tem um calendário já, divulgado. A gente pede que divulguem para os municípios  
421 para que participem. Existem várias ações que são transmitidas online e nós estamos com um  
422 levantamento, uma pesquisa no site do CREAS e no facebook, sobre as dificuldades, são várias  
423 perguntas sobre as dificuldades da assistência social no território, no processo trabalho, tentando  
424 entender qual que é a necessidade dessa categoria, no âmbito do SUAS para que depois a gente  
425 pense em estratégias de enfrentamento, seja através de mini curso, seja através palestras, de  
426 eventos, de notas técnicas, mas que a gente assume... acionando os parceiros, Fórum Estadual,  
427 CRP, dentre outros, então a gente pede para os municípios que divulgue nas reuniões nos seus  
428 conselhos também e peço as assistentes sociais para preencher essa pesquisa para qualificar o  
429 processo, . Eu acho que a gente tá com um momento bacana de enfrentamento e algumas  
430 dificuldades, muito, muito pungente assim... no território... então é isso. Juanita tinha pedido a  
431 palavra. Juanita: Bom dia a todos e a todas, Juanita da Federação das APAES do Estado de Minas  
432 Gerais, eu pedi a palavra para constar no registro da Ata, porque como na plenária passada a  
433 demanda da solicitação da resolução do CEAS que dispunha sobre as deliberações foi apresentada  
434 por mim, é... só para registrar mesmo, , que na verdade a gente sabe que esses processos podem  
435 ser... aparecer problemas no meio deles, isso é completamente justificável, não é esse, não é essa  
436 a justificativa aqui, e nenhum comentário aqui, é simplesmente para registrar em ata mesmo, , que  
437 por todas as justificativas apresentadas pela Secretaria Executiva, a resolução não tinha sido  
438 publicada, mas foi publicada e inclusive eu estou com ela aqui, é só esse registro mesmo, que na  
439 época tinha sido feito o equívoco da publicação, quando for buscar, não tinha sido, mas aí eu já pedi  
440 hoje e ela já está aqui. Obrigada. Rodrigo: A Cris pediu a palavra. Cristiane: Bom dia, Cristiane do  
441 Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora. É... Ontem eu partilhei com os colegas  
442 s presentes nas reuniões a qual participei é com relação a uma situação que acontece que está  
443 acontecendo em Belo Horizonte e que nós precisamos... entendo que o Conselho Estadual precisa  
444 se posicionar em relação a isso, é... foi enviado... eu não sei se chegou no grupo do CEAS, um vídeo  
445 que conta a história da Dona Vilma, eu não sei se alguns aqui já conhece, estão informados, a  
446 atuação da Dona Vilma é uma situação muito grave, uma senhora idosa, ela mora atualmente no  
447 bairro São Pedro, São Bento... é, a Dona Vilma, ela... a casa onde ela mora, o terreno onde ela mora  
448 é da família dela, foi adquirido pela família dela, o pai dela foi operado, que fez esse calçamento que  
449 o centro de Belo Horizonte tem de pedrinhas, ele foi um calçamento feito pelo pai que era servidor  
450 público na época... é... a regulamentação e a legislação permitia que terrenos públicos da prefeitura

451 fossem vendidos para os trabalhadores e ela tem inclusive contracheque com desconto de  
452 pagamento do terreno, do imóvel. Acontece que a área onde ela está, existe uma grande especulação  
453 imobiliária, porque ela tá numa área de prédios, numa área nobre de Belo Horizonte, a casinha dela  
454 hoje , o terreno, tá avaliado entre oitocentos e um milhão de reais, e. acontece que em 2011 a  
455 prefeitura registrou em cartório (Vozes ao Fundo...inaudível)...e...fizeram uma forma de despejo  
456 dando a ela até o dia 15 desse mês, de maio, para sair do imóvel ela com sua família que ela tem  
457 dois filhos e a situação era essa assim, é muito grave e aí ela está sendo acompanhado pelo “diálogo”  
458 que é um “coletivo” , é um programa da Cáritas, é... que faz acompanhamento de pessoas em  
459 ocupações... é, em regularização fundiária, enfim, está sendo acompanhada pela Cáritas. O Elerson,  
460 que é o coordenador, ele está de férias, e... eu estive lá na casa da Dona Vilma, acompanhei. Existe  
461 toda documentação, inclusive estavam presentes lá uma mobilização grande de pessoas assim...  
462 diversas áreas, e por causa de toda essa mobilização, a prefeitura... saiu nos jornais e tudo... a  
463 prefeitura disse que cedia para ela morar, até, enquanto ela vivesse. E o que nós entendemos, é uma  
464 decisão muito precária da prefeitura, isso não contempla porque a gente não cede o que é direito, é  
465 direito dela, ela tem documentação, o ultimo IPTU ela registra que ela pagou recentemente foi de R\$  
466 3.500,00. Ela perdeu. Então, ela tem registro de IPTU que ela paga desde 1927, assim é uma forma  
467 muito complexa. É o que nós temos, é que outras situações dessas já aconteceram na cidade. Vários  
468 órgãos posicionaram contra essa decisão da prefeitura... (inaudível) assim e aí eu quero pedir aos  
469 colegas aí comprei uma Moção de apoio a situação a Dona Vilma é de repúdio posição da prefeitura,  
470 pela população brasileira mas primeiro de apoio a ela já pô não tem processo e assim eu vou  
471 disponibilizar no grupo sérias a história a fala dela tudo que foi feito a construção toda, a formalização  
472 jurídica de disto é a matéria para os conselheiros terem um maior aprofundamento E aí é isso. Rodrigo  
473 abriu pra discussão a questão da moção. Felipe – CMAS/Campo Belo disse para Cristiane que era  
474 muito bacana a questão do documento Então vou abrir discussão pra essa questão do documento  
475 que a Cris pede. Felipe - CMAS/Campo Belo. Bom dia a todos, Cris eu queria dizer que é muito  
476 bacana solicitação desse documento que dá destaque a esse caso e eu me lembro que você disse  
477 que este é um caso que está tendo um destaque uma visibilidade porém tem outros casos,  
478 enquanto conselheiro, eu gostaria de nos colocar para os conselheiros a possibilidade de ter  
479 informações desses outros casos, acho importante destacar também é a plenitude desse  
480 desenvolvimento. Rodrigo perguntou se algum conselheiro gostaria de falar. Marta disse que  
481 só queria sugerir como ontem na coleção de normas nós trabalhamos sob novo minuta  
482 de Resolução, minuta de resolução sobre denúncias inclusive denúncias orais que podem chegar a  
483 esse conselho que a conselheira que a gente registre isso e se torne uma denúncia oral que vai ser  
484 apreciada por este Conselho passando pela mesa diretora pela Comissão afeta para apuração  
485 ok depois o conselho se manifesta sobre o fato crie sua relação conselheiros Felipe em relação as  
486 outras denúncias Elas não chegaram a ser acompanhadas por órgãos assim, isso foi um  
487 levantamento que foi feito pela própria família identificando não isso já aconteceu com medo de que  
488 elas apresentaram de acontecer com elas como aconteceu a viram isso acontecer então tem registro  
489 documental disse assim a gente pode inclusive até ao final tem feito esse levantamento que é para  
490 poder documentar isso. Rodrigo disse que então a questão que a Marta trouxe teria que ir pra  
491 Comissão, não é isso Marta? Tá bom a gente já pode despachar pra Comissão de Normas então tá  
492 então a questão é nós acolhemos a denúncia E aí tá o encaminhamento ou é, eu posso pôr em  
493 votação aqui agora, então tá, eu não posso por isso em votação agora já porque pelo que estou  
494 entendendo a comissão vai precisar debruçar pegar a documentação aí. Então podemos  
495 encaminhar para comissão de política ok então estamos todos de acordo em acolher a denúncia e  
496 encaminhar pra Comissão de Política. Débora sugeriu então que a conselheira Cris encaminhasse  
497 mais informações, documentações para que a comissão de política pudesse debruçar. Rodrigo  
498 perguntou pra Cris se era possível isso. Rodrigo disse que iriam pedir urgência primeiro, prioridade  
499 absoluta nessa situação? João Crisóstomo disse pelo que o Isac falou, ele não tinha entendido  
500 direito ou se ele comentou não entendeu é com relação à participação dele, se ele foi convidado,

501 convocado pelo FONACEAS ou pelo Fórum de Usuários para ser candidato é isso? Isaac disse que  
502 não foi convidado para ser candidato não, que o fórum nacional dos usuários vai estar fazendo  
503 dois encontros dos usuários no dia 3 e 4 de Maio em Brasília e no dia 4 de Maio também acontecer  
504 a eleição da sociedade civil para o CNAS, sendo que já nesse eleição o Fórum Nacional era  
505 candidato na categoria de usuários e ele foi aprovado para votar. É eleitor ele não era candidato ao  
506 CNAS não. Infelizmente ele não tinha tempo. Arlete - Graal do Brasil, Buritizeiro, após a nossa  
507 plenária anterior a partir da fala Conselheiro Irajá eu fiquei lá eu me comprometi Aqui a procurar os  
508 equipamentos públicos que tá tendo relacionamento com os indígenas de Buritizeiro, então ela  
509 procurou o sindicato trabalhadores rurais e o... assim como a Secretaria de políticas sociais. O que  
510 ela ouviu sindicato dos Trabalhadores Rurais assim como do CMDRS é um acompanhamento é  
511 constante algumas negociações inclusive com a polícia acerca das Vidas lá no na fazenda e esses  
512 dois sendo CMDRS e Sindicato estão acompanhando e fazendo o que cabe a eles é só que eu pedi  
513 que fizesse o favor de colocar isso em documento para que eu trouxesse isso para este  
514 conselho. Com relação a Secretaria de políticas sociais também. Solicitei um relatório de qual tem  
515 sido o acompanhamento a essa comunidade indígena que estava lá na fazenda eles ficaram também  
516 de produzir um relatório para que seja de conhecimento deste CEAS, claro que a gente não pode  
517 responder mais do que isso mas pelo menos essa comunidade que está lá para a gente está  
518 acompanhando e sabendo qual que tem sido a vida desse povo com relação aos equipamentos  
519 públicos e sociais. Irajá disse que só queria dar dois informes assim como pediu também na reunião  
520 passada sobre alguns movimentos que acontecem no mês de abril, principalmente na semana do dia  
521 19 que tem como principal acontecimento na terra livre que acontece na Esplanada em Brasília, esse  
522 ano tá marcado para 23 a 27 de abril aonde o tema é lutar pela garantia dos direitos dos nossos  
523 povos, onde cada um tem o objetivo de luta, a bandeira de luta e esse ano é nosso tema da luta e  
524 também vai acontecer em Montes Claros, na Unimontes, a violação dos direitos em Minas Gerais e  
525 no Brasil, a violação dos direitos indígenas, uma mesa redonda de reflexões a partir de um itinerário  
526 e dados demográficos com professores universitários que vai discutir algumas questões das  
527 comunidades indígenas. Isso também será no dia 19, às 19 horas no auditório na Unimontes e  
528 também para informa, irá acontecer a festa do Auê e Ruamissu que também é a festa na cidade de  
529 Carmésia das comunidades indígenas Pataxó e Carmésia que vocês querem saber o  
530 significado então é uma Peça também que acontece todo ano e também tem a festa das águas que  
531 acontece todo mês de agosto mas essa é tradicional do mês de abril e também outro informe que  
532 acontecerá também a 8ª festa da Aldeia Gerotucumã que em Açucena, distrito de Felicina, então  
533 quer dizer, isso é uma festa que também em outras comunidades vai tá acontecendo movimento  
534 em outros Estados, movimentos indígenas para que nós possa tá lutando por esse direito eu acho  
535 interessante quando a nossa conselheira Cristiane também fala desses, integração de posse, a gente  
536 também sofre na pele recentemente os guarani sofreram em Mato Grosso do Sul uma violação dos  
537 seus direito aonde são mais de 300 anos naquela localidade. Uma localização tradicional. Quase  
538 sofreu uma reintegração de posse mas graças a Deus no último caso foi suspenso medidas com  
539 muitas famílias que sofrem por isso, então assim, a gente sofre por isso também acha que é solidário  
540 a essa luta também porque sabe o que é isso, e também ficou ali de informar aos conselheiros os  
541 municípios e as comunidades indígenas existentes no Estado de Minas Gerais. Ele iria trazer pra  
542 entregar aos conselheiros a atual situação de cada povo de cada município mas infelizmente ele não  
543 pode pude fazer isso a tempo mas prometia a todos que na próxima reunião iria trazer. Então, Pataxó  
544 estão nos municípios de Açucena, Araçuaí, Carmésia, Guanhões e Itapeçerica; Pataxó Hã Hãe, em  
545 Bertópolis; Maxacalis, em Bertópolis, Ladainha, Santa Helena de Minas e Teófilo Otoni; Pankararú,  
546 em Araçuaí e Coronel Murta; Xacriabá, em Itacarambi e São João das Missões; Tuxá, em Buritizeiro;  
547 Xucuru, em Caldas; Mokuriñ, em Campanário; Kaxixó, em Martinho Campos; Krenak, em  
548 Resplendor; Aranã, em Araçuaí, Coronel Murta e Região Metropolitana de Belo Horizonte; Puris, em  
549 Barbacena, Buritizeiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte; e Catu Awá Arachas, em Araxá e  
550 Barbacena. Então são esses os povos deles espalhados e o total só na cidade metropolitana dá mais

551 de 3 mil. Isso é uma fonte de pesquisa que foi feita pela FUNAI e o Instituto ANAÍ. E também  
552 totalizando no Estado de MG mais de 17000 indígenas espalhados por esses municípios. Prometeu  
553 também que mandaria pelo whatsapp, no grupo, esses nomes. Rodrigo disse, só para ciência, que o  
554 Ofício já tinha sido enviado para a SEDESE naquela apresentação das políticas para o povo indígena  
555 que ele havia solicitado já tinha sido enviado e tinha certeza que já estava em estudo para fazer  
556 apresentação para o CEAS. Irajá disse que gostaria de dizer aos conselheiros como não tinha  
557 representante, que o CEAS tem representantes da SEPLAG e da SES e que e eles tinham diálogo  
558 com a SEPLAG pra discutir inclusive a doação dessa fazenda para o povo indígena e do povo Tuxá  
559 como a Fazenda do Estado então teria que fazer a transferência dessa fazenda e estavam em  
560 discussão SEPLAG em uma mesa de diálogo onde compõem todos os membros do Estado. Rodrigo  
561 falou sobre a Resolução CEAS 613 de 2017 que dispõe sobre aprovação ad referendum dos critérios  
562 de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros e responsabilidade do Estado e Municípios na  
563 execução de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida - LA e de prestação de  
564 serviço a comunidade (PSC) no âmbito da Proteção social Especial nos municípios de Pequeno Porte  
565 I, pactuados pela Comissão Intergestora Bipartite. Essa resolução tinha que ter entrado na pauta  
566 passada, sendo que Simone havia até explicado no informe já e aí como ela saiu a gente optou por  
567 deixar para tirar alguma dúvida e deixar para essa plenária. Simone disse que só iria retomar ali.  
568 Favor Fernanda aí no considerando da outra página pode passar por favor considerando a resolução  
569 do CEAS 524, la no considerando Fernanda, bem vou só dar uma historicizada, então nós temos  
570 como conselheiros e conselheiras sabe um plano estadual de regionalização esse plano estadual de  
571 regionalização ele foi aprovado pelo EAS através da resolução 524 de 2015 e ele estabelece prazos  
572 e como que vai ser implementada a oferta da proteção especial para usuários que necessitem dessa  
573 proteção e que residem em municípios de pequeno porte principalmente esses municípios que cuja  
574 a oferta dos serviços de responsabilidade governo estadual e nós neste modelo do plano estadual  
575 de regionalização ele então aponta e apresenta os serviços regionalizados e que os serviços  
576 regionalizados eles então devem ser ofertados pelo governo estadual Mas tendo sua gestão  
577 compartilhada com os municípios e também considerando a reforma administrativa que a SEDESE  
578 então passa a ser gestora da política de meio aberto no SUAS e também considerando a resolução  
579 nº 01 de 2017 integrada com Conselho Estadual da Criança e do Adolescente que aprovou a política  
580 estadual do Meio aberto e na política estadual de meio aberto nós temos um grupo no Estado  
581 coordenado pela SEPLAG que nós temos então planejamento para a execução dessa política e uma  
582 das responsabilidades do subgrupo responsável pela política do meio aberto o que é coordenado  
583 pela SEDESE foi da gente então discutir política em meio aberto aprovar política pelos conselhos da  
584 assistência e da Criança e nós tínhamos no orçamento do ano passado um orçamento que nós temos  
585 que fazer a partilha dele ainda no ano passado e como a gente tinha a Conferência estadual de  
586 assistência social e nós já temos um rumo quer dizer e a gente já sabia o que deveria fazer porque  
587 o plano estadual de regionalização estabelece cronograma para implantação dos CREAS regionais  
588 e portanto também já está estabelecer quais municípios eram da área de abrangência do centro de  
589 referência especializados Então como o regimento interno do Conselho Estadual de assistência  
590 permite, então eu e a vice-presidente Geisiane nós aprovamos *ad referendum* uma resolução  
591 estabelecendo os critérios de partilha desse orçamento que veio da antiga subsecretaria de meio  
592 aberto que era ligada à segurança pública e mais um orçamento que a conselho tinha conquistado  
593 na debate da comissão de Participação Popular e também nós tivemos a tranquilidade de que o  
594 debate da partilha além de todos os instrumentos e direção que o conselho já tinha ele também já  
595 havia passado por debate já tinha resolução da Comissão Intergestores Bipartite então é nesse  
596 contexto que eu estou então submetendo aqui aos senhores a resolução da partilha que fizemos  
597 então vou pedir a nossa Secretária Executiva para ler a resolução E também que aqueles que  
598 quiserem destaque por favor também possam proceder os destaques. A Secretária Executiva  
599 realizou a leitura da Resolução: "Resolução CEAS nº 613 de 2017 dispõe sobre aprovação ad  
600 referendum dos critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros e responsabilidade do

601 Estado e Municípios na execução de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida  
602 - LA e de prestação de serviço à comunidade (PSC) no âmbito da Proteção social Especial nos  
603 municípios de Pequeno Porte I, pactuados pela Comissão Intergestora Bipartite. A Presidente do  
604 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições  
605 conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pelo Regimento Interno deste,  
606 principalmente, o disposto no inciso XV do artigo 21 e pela Norma Operacional Básica do Sistema  
607 Único da Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012, e Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de  
608 julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências;  
609 Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de  
610 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; Considerando  
611 a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência  
612 Social; Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução do  
613 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre  
614 as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;  
615 Considerando a Resolução do CONANDA 119/2006 – que institui o Sistema Nacional de Atendimento  
616 Socioeducativo – SINASE; Considerando a Resolução do CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006,  
617 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência  
618 Social – NOB-RH/SUAS; Considerando a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS,  
619 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Considerando a Resolução CNAS  
620 nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional  
621 Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece  
622 as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços  
623 socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social –  
624 SUAS; Considerando a Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 – Lei do SINASE, que define as  
625 atribuições do Estado na oferta das medidas socioeducativas, do apoio técnico e da suplementação  
626 financeira aos municípios; Considerando o Decreto Estadual nº 46.873, de 26 de outubro de 2015,  
627 que dispõe sobre as transferências de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social  
628 – FEAS; Considerando a Resolução do CEAS/MG n.º 524/2015, que dispõe sobre o Plano Estadual  
629 de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;  
630 Considerando o Decreto Estadual nº 46.982, de 18 de abril de 2016, que altera o Decreto nº 38.342,  
631 de 14 de outubro de 1996, que aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Assistência Social –  
632 FEAS; Considerando a Reforma Administrativa do Estado - Lei 22.257, de 27 de julho de 2016 e as  
633 novas atribuições da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE relativas à política  
634 das medidas socioeducativas em meio aberto; Considerando o Decreto Estadual nº 420, de 8 de  
635 agosto de 2016, que instituiu o Grupo de Trabalho (GT) destinado a promover estudos e propostas  
636 de reestruturação do Sistema Socioeducativo no Estado de Minas Gerais; Considerando a Resolução  
637 CEAS/CEDCA nº 01/2017 que aprova a Política Estadual de Atendimento ao Adolescente em  
638 Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Minas Gerais; Considerando o Termo  
639 de Cooperação Técnica nº 100/2017, firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais,  
640 por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria  
641 de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, com o objetivo de fortalecer e qualificar a  
642 articulação interinstitucional entre as partes; Considerando a Resolução CIB nº 09/2017 que Dispõe  
643 sobre critérios de elegibilidade, partilha dos recursos financeiros e responsabilidades do Estado e  
644 Municípios na execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA)  
645 e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no âmbito da Proteção Social Especial nos  
646 municípios de Pequeno Porte I; Resolve: Capítulo I, Das Disposições Preliminares: Art.1º Aprovar a  
647 pactuação dos critérios de elegibilidade e partilha e responsabilidades do Estado e Municípios quanto  
648 ao cofinanciamento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e de  
649 Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), aplicadas pelo poder judiciário, em municípios de  
650 pequeno porte I, para implantação de Referência Técnica de Proteção Social Especial, realizada pela

651 Comissão Intergestores Bipartite – CIB, conforme disposto nesta resolução. Capítulo II, dos Critérios  
652 de Elegibilidade: Art.2º Serão elegíveis para o recebimento do cofinanciamento todos os municípios  
653 de Pequeno Porte I, localizados nos Territórios de Desenvolvimento com implantação de CREAS  
654 Regionais, conforme disposto no art. 3º, desta resolução, que não recebam: I – Cofinanciamento  
655 Federal do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC; II – Cofinanciamento Estadual do Piso Mineiro  
656 Variável para unidades de CREAS Municipal; II – Cofinanciamento Estadual do Piso Mineiro Variável  
657 para instituição de referências técnicas de proteção social especial; Art.3º Considera os Territórios  
658 de Desenvolvimento com implantação de CREAS Regionais: I – Território de Desenvolvimento Vale  
659 do Rio Doce; II - Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha; III - Território de  
660 Desenvolvimento Mucuri; IV - Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha; V - Território de  
661 Desenvolvimento Norte; VI - Território de Desenvolvimento Vale do Aço; §1º O processo de  
662 implantação dos CREAS Regionais segue o cronograma pactuado e deliberado no Plano Estadual  
663 de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. §2º Para  
664 os territórios de desenvolvimento sem implantação dos CREAS Regionais, serão pactuados na CIB  
665 os critérios de partilha dos recursos financeiros e responsabilidades do Estado e Municípios,  
666 respeitando-se os prazos estabelecidos no Plano Estadual de Regionalização de Proteção Social  
667 Especial de Média e Alta Complexidade. (Redação dada pela Resolução do CEAS n.º 622/2018).  
668 Capítulo III, Dos Critérios de Partilha dos Recursos: Art.4º A distribuição dos recursos será realizada  
669 entre os municípios que atenderem os critérios descritos no artigo 2º desta Resolução. Art.5º O valor  
670 do cofinanciamento será de R\$2.000,00 (dois mil reais), para cada um dos municípios a ser  
671 repassado por meio do Piso Mineiro Variável. Art.6º O primeiro repasse contemplará o valor de 03  
672 (três) parcelas, consideradas para implantação. Art.7º As parcelas seguintes serão repassadas após  
673 a demonstração da instituição da referência técnica de proteção social especial no Cadastro Nacional  
674 do SUAS – CADSUAS. Capítulo IV, Das Atribuições da Referência Técnica: Art.8º Constitui atribuição  
675 das referências técnicas de proteção social especial no atendimento aos adolescentes em  
676 cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto: Contribuir para o alcance dos objetivos  
677 das medidas socioeducativas dispostos pelo Art. 1º, § 2º da Lei 12.594/2012 – Sinase; Realizar a  
678 troca de informações periódica com o equipamento/equipe regionalizado; Participar de reuniões de  
679 alinhamento com a equipe dos serviços regionalizados; Planejar conjuntamente com a equipe técnica  
680 de referência dos CREAS regionais, por meio dos instrumentais próprios, as ações a serem  
681 desenvolvidas no âmbito do atendimento e realizar as intervenções com as famílias e indivíduos; I -  
682 Acompanhar os encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial no município, demais  
683 políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; II- Alimentar registros e sistemas de  
684 informação sobre ações desenvolvidas no município; III - Contribuir na construção de fluxos de  
685 encaminhamento, troca de informações, mecanismos e instrumentos para registros de atendimento  
686 e acompanhamento às famílias e indivíduos. Capítulo V, Das Competências do Município: Art. 9º  
687 Realizar o Termo de Aceite, a ser disponibilizado pela SEDESE, em sistema próprio. Art.10. Instituir  
688 referência técnica exclusiva para proteção social especial, respeitando as formações previstas na  
689 Resolução CNAS nº 17/2011 e demonstrar no CADSUAS. Art.11. Disponibilizar espaço físico para  
690 realização dos atendimentos aos adolescentes e suas famílias em local com condições de segurança  
691 e sigilo. Art.12. Possibilitar a participação da referência técnica de proteção social especial nos  
692 espaços de formação a serem ofertados pela SEDESE e nas reuniões ampliadas da Comissão  
693 Regional de Gestão Compartilhada do seu Território de Desenvolvimento. Art.13. Apresentar em até  
694 180 dias, após demonstração de implantação da referência técnica, o Plano Municipal de  
695 Atendimento Socioeducativo, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e realizar a inscrição  
696 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme disposição  
697 legal e orientações da Política Estadual de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida  
698 Socioeducativa em Meio Aberto. Art.14. Preencher regularmente os Sistemas de Registros e  
699 Monitoramento a serem disponibilizados pela SEDESE. Capítulo VI, Das Competências do Estado:  
700 Art.15. Disponibilizar o sistema do Termo de Aceite e orientar os municípios quanto a utilização e

701 prazos. Art.16. Cofinanciar os municípios na execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto  
702 de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no âmbito da Proteção  
703 Social Especial e apoiá-los tecnicamente para elaborações dos documentos previstos no Art. 13  
704 desta resolução e na metodologia de atendimento aos adolescentes em cumprimento das medidas  
705 socioeducativas em meio aberto. (Redação dada pela Resolução do CEAS n.º 622/2018). Art.17.  
706 Vincular as referências técnicas municipais de proteção social especial aos CREAS Regionais,  
707 qualificando os atendimentos e contribuindo na organização da proteção social especial nos  
708 municípios. Capítulo VII, Das Disposições Finais: Art.18. O montante total de recursos a ser  
709 repassado no exercício de 2017 obedecerá ao limite orçamentário e financeiro disponível. Art.19.  
710 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 13 de novembro de 2017.  
711 Simone Aparecida Albuquerque, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.” Rodrigo  
712 pediu pra ir para os destaques: 1º) Simone - não só aqui no parágrafo segundo por que havia uma  
713 proposição nossa de levar a discussão dos prazos dos outros CREAS Regionais até abril mas como  
714 a gente não ainda não fez essa discussão na CIB então eu sugiro que no parágrafo segundo "para  
715 os territórios de desenvolvimento sem implantação dos CREAS regionais, serão pactuados na CIB"  
716 aí tira a data, "os critérios de partilha dos recursos financeiros", porque senão aí fica esquisito; 2º)  
717 Juanita - na verdade eu quero fazer um destaque no artigo 17, não no artigo 17 mas no capítulo em  
718 si, e queria fazer um outro comentário de reflexão. Nesse capítulo específico do artigo 17 trata das  
719 competências da SEDESE onde tem três artigos eu penso que deve ter ali também como  
720 competência da SEDESE o repasse financeiro que a competência é dela eu acho que ela mesmo  
721 é da competência do Estado tem que ser incluído aí o repasse do recurso financeiro e a outra questão  
722 assim na fala da Simone ela fez toda a contextualização da resolução que dispõe de critérios de  
723 elegibilidade partilha considerando a resolução da CIB com toda a questão pessoal também,  
724 conferência do processo de trabalho entretanto a resolução é tratada de dia 13/11 e tá vindo agora  
725 para atuação desses conselhos então assim o ato *ad referendum* ele é um dispositivo do CEAS do  
726 presidente de fazê-lo numa situação emergencial que não dê tempo de chamar o pleno para deliberar  
727 com relação a isso e ele tem autoridade para fazê-lo mas eu só queria refletir aqui o lapso temporal  
728 de vir para esse plano para nossa deliberação considerando novembro de 2017 Também sei de todo  
729 esse processo que nós vivenciamos até aqui por causa da não publicação do ato que nós tínhamos  
730 cancelado todas as agendas mas eu só gostaria aqui de registrar essa questão do lapso temporal da  
731 mesma forma que aconteceu com a resolução das deliberações da conferência só para fazer uma  
732 reflexão com esse pleno mesmo considerando todo esses processos vivenciados a gente já tem uma  
733 resolução que está em efetivo efeito, vamos dizer assim, só para gente refletir mesmo. Rodrigo disse  
734 para Juanita, somente lembrado, que ela tinha colocado as questões mais a Resolução é de  
735 novembro e a eleição dezembro. Essa Resolução estava na Plenária passada, março e que tinham  
736 retomado o Plenária em fevereiro então só para a título de registro em ata mesmo, sendo que houve  
737 esse lapso temporal mais foi em função dessa tramitação mesmo, então ele não teria o lapso  
738 temporal porque ela estava na plenária de Março. 3º) Márcio Caldeira - bom dia a todos e pediu  
739 desculpa ao presidente por não ter manifestado o destaque no momento da leitura, pois passou  
740 batido alguns questões eu ele queria um esclarecimento em relação ao Art 2 que fala sobre a questão  
741 da elegibilidade dos municípios fazer também já o que a lei coloca, que não receberão aqueles que  
742 já tem cofinanciamento. Ao longo da Resolução você tem instituição das referências técnicas e o  
743 aporte financeiro para essa constituição da referência técnica... de acordo com a resolução é da  
744 ordem de 2 mil reais eu vejo assim como é um serviço ou uma ação que ainda não é desenvolvida  
745 em todos os municípios dentro dessa lógica o percurso ele é suficiente para implementação  
746 dessa referência nesse sentido e se houver no município o cofinanciamento para Esta ação  
747 complementando o financiamento proposto pela Resolução do primeiro piso variável, a gente não  
748 teria uma aporte financeiro melhor para o município implementar essa ação de referência  
749 técnica? Então a minha questão é essa nesse sentido, esclarecer nesse aspecto. Porque o critério  
750 de elegibilidade pode dificultar a implementação dos serviços. Simone disse que tem uma Resolução

751 do CNAS que ela estabelece os parâmetros para a regionalização nos parâmetros para  
752 regionalização, se tem dois tipos de modelo a quem os Estados podem fazer adesão ou o Estado  
753 avalia que os municípios devem ter cada um deles um CREAS Municipal ou o Estado avalia que pela  
754 demanda existente ele deve plantar os serviços regionalizados no caso de Minas Gerais nós temos  
755 os dois Lógico nós temos os municípios que já tem a oferta são os municípios acima de 20 mil  
756 habitantes e para os municípios pequenos o Conselho Estadual Então dentro do Plano Estadual de  
757 regionalização, optou para que o governo do estado ofertasse junto com os municípios. Então, é  
758 ofertar junto, não é que vai 2 mil do cofinanciamento para município ofertar sozinho, pois uma parte  
759 é ofertada pelo governo do Estado e junto com os municípios é um modelo que a gente está  
760 implementando aqui é uma gestão compartilhada de serviços Então na verdade esse  
761 cofinanciamento ele faz parte de um povo por quê é referenciado no CREAS regional então ele tem  
762 a equipe do CREAS regional mais a gestão é estadual e é um tipo de cofinanciamento. O recurso é  
763 suficiente? Eu não sei te dizer se o processo é o suficiente ou não. Ele é um recurso de  
764 cofinanciamento e acho que ele é um recurso indutor de um modelo mais do que de qualquer outra  
765 coisa neste momento ele vai induzir aí uma gestão compartilhada entre os entre os municípios Qual  
766 que é a realidade hoje no diagnóstico que nós temos? Hoje os municípios de pequeno porte tem uma  
767 demanda de proteção especial nos CRAS, tem ido diretamente para o centro de referência social,  
768 então o que esse modelo tá fazendo é induzir para que os municípios de pequeno porte tenham uma  
769 interlocução mais qualificada da proteção especial e porque que nós vou ver se eu consigo me fazer  
770 Entender no modelo Nacional o que tinha feito resolução até hoje que hoje eu já tenho uma notícia  
771 aqui para dar que acabei de receber, só o PAEFI tinha sido na média complexidade só o PAEFI tinha  
772 diretriz Nacional de pactuação. As medidas de LA e PSC só tiveram hoje porque eu acabo de ficar  
773 sabendo que Conselho Nacional pactuou parâmetros de pactuação do cofinanciamento para LA e  
774 PSC no SUAS. Só ontem e por nossa felicidade nosso modelo de MG influenciou bastante aí o debate  
775 nacional, então no PAEFI pela regra nacional o PAEFI deve abranger de 5 a 8 municípios no  
776 máximo então nós já temos alguns municípios de Minas que já recebem cofinanciamento de  
777 referência técnica porque estão na área de abrangência do PAIEF, segundo as determinações, os  
778 parâmetros da resolução 31 a 35 do Conselho Nacional. Então, está resolução está dizendo que para  
779 esses municípios eles não irão receber porque já recebem então vamos passar para área de  
780 abrangência dos CREAS dos municípios de pequeno porte que não recebem cofinanciamento de  
781 referência técnica e agora, acho que isso é importante, esses que já recebem também vão receber  
782 do governo federal Então, já vai ser uma porte porquê isso entrou no critério de partilha estabelecida  
783 na pactuação da CIT e na pactuação do Conselho Nacional então não sei se eu consegui me fazer  
784 entender com essa rápida explanação, mas estou a disposição. Márcio Caldeira disse que ficava  
785 muito feliz com essa ação dentro da assistência do ponto de vista de estar trabalhando de uma forma  
786 efetiva no modelo de financiamento do LA e do PSC, algo que a Assistência realmente tinha um  
787 débito a fazer, acho que isso é um avanço, que ele se sentia contemplado na fala que foi colocada  
788 pela conselheira Simone e acreditava que se tem um modelo implementado que ele será aprimorado,  
789 que é uma ação... Inicial que está sendo reflexo de uma ação constituída lá atrás aonde foi aberta  
790 uma dotação orçamentária para esse financiamento e trabalhou-se em conjunto dentro do PPAG  
791 então estão se vendo a efetividade de um processo extremamente importante, com a constituição de  
792 uma política pública e não uma política temporária. É uma continuidade. É uma ação que se tinha  
793 que aprimorar e a demanda pelo do serviço socioeducativo ela tem ampliado ainda mais os pequenos  
794 municípios, então é uma resposta efetiva que a gente tem que estar dando para que se possa  
795 trabalhar na implementação e ampliação desses recursos para o fomento desta ação. O conselheiro  
796 Rodrigo disse que ocorreram duas alterações sendo a proposta da Juanita de inclusão... e colocando  
797 a responsabilidade do Estado de cofinanciar e retirando a data colocando que será deliberado na  
798 CIB. Disse que a Secretária Executiva Consolação pediu para que voltasse a tarde para deliberação  
799 para que ela já pudesse corrigir. Simone perguntou se a competência não seria que a proposta da  
800 conselheira Juanita iria cofinanciar os municípios de pequeno porte definidos na Resolução. Rodrigo



801 perguntou se diante disto, então poderia ser votado. Perguntou se todos estavam de  
802 acordo. Consolação esclareceu que a Resolução de aprovação de resolução ad referendum, que ela  
803 iria fazer a Resolução e falaria o que ficaria alterado. Que ela não iria copiar a Resolução toda  
804 novamente. Quando se faz aprovação de um ad referendum, que o conselho sempre fez quando  
805 tinha essas situações, então se faz uma Resolução aprovando a do ad referendum. Nessa resolução  
806 ela iria colocar dois artigos de que falam das alterações é por isso que ela precisava só de um tempo  
807 para fazer isso, pois estava pedindo só o horário de almoço. Que no início da tarde ela apresentava  
808 para os conselheiros para não ter erro, pois era assim que procedia. Rodrigo disse que então a tarde  
809 seria colocado em votação. Sobre a Ata 231ª Plenária Ordinária, como ela havia dito que foi aprovado  
810 em Plenária pela manhã a Ata 230ª Plenária Ordinária e agora para nós aí eu já expliquei aqui a  
811 questão do ocorrido da Ata 231 então o que se colocado naquele momento em votação era o pedido  
812 e a metodologia no que a Secretaria Executiva preparou. Que todos os conselheiros que fizeram  
813 anotações ou mesmo gravações da Ata 231ª Plenária Ordinária possam disponibilizar material para  
814 a Secretaria Executiva. Pediu a Secretária Executiva para minutar a ata e passar para a Mesa  
815 Diretora e demais conselheiros para as primeiras considerações e após retorno dessas  
816 considerações possa ocorrer o compilado na Secretaria Executiva gerando novo documento e que  
817 novo documento seja encaminhada à todos conselheiros para apreciação e em seguida para  
818 deliberação do Plenário. O Conselheiro João Crisóstomo pediu a todos que se alguém tivesse algo a  
819 dizer que fosse breve porque senão ficava empurrando a Ata e todo mundo tinha recebido. Que todo  
820 mundo tinha lido e ele particularmente não tinha visto nada do que tinha discutido e tivesse que ser  
821 acrescentado. Que se fosse acrescentar algo, que fosse rápido. Senão ficava com a Ata lá para o  
822 outro mês e acaba não aprovando. O conselheiro Wilson disse, somente para constar, que também  
823 participava do CONSULDEB, que gera recursos do FUNDEB da Educação, e que a ata deles era  
824 construída exatamente daquela forma. Lá não era gravado e ela era construída daquela  
825 forma. Rodrigo disse que o CEAS já tinha evoluído um pouco e a reunião era degravada na íntegra  
826 a fala do conselheiro. Então só pra reforçar que atualmente, a Secretaria Executiva, além da gravação  
827 formal, ainda tem a gravação em mídias alternativas dos celulares para poder garantir, caso algo dê  
828 errado. Aprovado então o encaminhamento, sem abstenções. Passado para o relato das Comissões  
829 Temáticas e Rodrigo disse que a conselheira Ivone tinha tido um compromisso no Palácio e ela tinha  
830 pedido para colocar a Comissão de Orçamento e Financiamento por último para dar tempo do seu  
831 retorno, ficando provavelmente para o período da tarde. Iniciado com a Comissão de Normas. O  
832 Conselheiro Helder disse que o ponto em comum com a Comissão de Orçamento ele combinou que  
833 será deixado para a parte da tarde. Iniciando pelo ponto 2 minuta de resolução que dispõe sobre os  
834 procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas do Conselho Estadual de assistência social - CEAS  
835 e revoga resolução nº 363 de 2011 do CEAS. A sugestão de encaminhamento que a Comissão de  
836 Normas traz para o Pleno a deliberação é sobre a minuta de Resolução que dispõe os procedimentos  
837 aplicáveis as denúncias recebidas no CEAS com a sugestão de alteração os artigos da resolução em  
838 vigência pela Resolução nº 363. Disse que passaria para a Marta para poder apresentar mais ou  
839 menos o desenho do fluxo para os procedimentos das denúncias. Marta disse que o esforço da  
840 Comissão de Normas no dia anterior em tentar reorganizar o fluxo e maximizar os esforços de  
841 encaminhamento das denúncias dentro do CEAS. Que o fluxo para o Posto, que na Resolução depois  
842 todos iriam ver ela tinha um conteúdo de conceituação do que é denúncia mas todos iriam visualizar.  
843 Primeiro pedia desculpas porque fizeram muito rápido pois não eram especialistas em fluxo e aí  
844 tentaram, porque ajuda o conselheiro a visualizar os passos, então o primeiro ato é que é gerado um  
845 protocolo no conselho Estadual de atos ou faz com dias de regularidades pela Secretaria Executiva  
846 do CEAS. Mesmo que seja uma denúncia oral ela ganha um protocolo e passa a ser monitorada por  
847 esse protocolo. O Presidente e Vice-presidente recebem da Secretaria Executiva as denúncias. Se  
848 necessário, um dos dois faz um encaminhamento para apuração havendo necessidade de  
849 serenidade um ou outro pode fazer o encaminhamento mas a proposta da resolução é que os dois  
850 adotem o encaminhamento. O Presidente ou Vice presidente com base nos fatos que a Secretaria

851 Executiva vai levar aos dois, ele indica o arquivamento ou ele indica pela instauração de processo  
852 remetendo isso a uma comissão. Neste passo o presidente e vice-presidente já podem solicitar  
853 esclarecimentos que eles julgarem necessário para adiantar os passos para análise pelas comissões.  
854 Havendo verificação que não seja procedente à denúncia, ele pode recomendar o arquivamento do  
855 ato ou fato mas ele teria que estar acompanhado de elementos que justifiquem esse arquivamento.  
856 O arquivamento tem que ser instruído com parecer e deve ser ratificado e informado a Mesa Diretora  
857 do CEAS, caso a gente verifique que não há indícios para que o processo prossiga. Por exemplo, é  
858 o seguinte em que a denúncia, por exemplo, não é afeta a competências do CEAS, então ele  
859 recomenda o arquivamento e o encaminhamento para o órgão responsável e competente, para  
860 apurar aquela denúncia, sendo esse, um dos exemplos que o arquivamento já pode ser enviado. Se  
861 a própria presidência não identificar a que órgão deverá ser encaminhado a recomendação é que  
862 seja remetido ao Ministério Público para apuração da denúncia. No próximo passo, se a denúncia for  
863 acolhida pelo Conselho então será encaminhada a uma comissão tendo os seguintes casos: a  
864 Comissão de Ética que é uma comissão permanente deste Conselho, se a infração teve sido cometida  
865 por um conselheiro estadual, ou uma comissão temática afeta ao assunto ou se necessário, a criação  
866 de uma comissão especial específica para apuração da denúncia. E aí instruir o processo ele está  
867 caminhando, também aí o próximo passo para a comissão para quem foi distribuído a denúncia, ela  
868 vai tentar fazer apurações e aí pedir manifestação do anunciado, do gestor público, de conselhos de  
869 assistência social, de pessoas físicas ou jurídicas ou de outros órgãos que forem identificados quando  
870 necessário requisitando que a manifestação seja retornado ao Conselho Estadual 30 dias a contar  
871 do recebimento da notificação que foi encaminhada para apuração das informações. Depois dessas  
872 manifestações recebidas pela comissão responsável e ainda que ela verifique, mesmo nesse prazo,  
873 se há necessidade de visita *in loco* também esse procedimento já pode ser é adotado pela comissão.  
874 Fim disso, a comissão elabora um relatório final para apuração da denúncia e apresenta em plenária  
875 final para deliberação e aí o que que é o passo seguinte? Se constatado que procede a denúncia o  
876 CEAS então encaminha para os... Órgãos de fiscalização e aplicação das penalidades o processo  
877 com todo o relato e parecer ou para medidas de correção porque às vezes são medidas que podem  
878 incrementar, melhorar o sistema único de assistência social com denúncias que não são aplicadas  
879 medidas administrativas ou penalidades. Por fim, se forem fatos que não se caracterizam como  
880 denúncias ... que são questões que devem ser discutidas pelo CEAS, essa deve ser remetida pelo  
881 presidente ou vice presidente porque não são afetas ao tema que podem suscitar debates e ajudar  
882 na formulação de resoluções e no aprimoramento do SUAS em MG. O que a Comissão traz da  
883 Resolução é nesse sentido para que se tenha essas etapas e o fluxo para fazer a apuração das  
884 denúncias. O Coordenador da Comissão de Normas, Helder, falou novamente sobre a minuta da  
885 Resolução que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no CEAS. O  
886 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais no uso de suas atribuições conferidas na  
887 Lei Estadual 12262 de 26 de julho de 1996 e considerando a LOAS, a PNAS, a NOB SUAS, a  
888 resolução do CNAS nº 4 de 9 de fevereiro de 2011 consolidada com a resolução 08 de 04 de agosto  
889 de 2015 e a deliberação de sua .... plenária ordinária ocorrida em... resolve: art. 1º estabelecer os  
890 procedimentos aplicáveis no processo de análise e apuração de denúncias recebidas no Conselho  
891 Estadual de Assistência Social; art. 2º - considera-se a denúncia a comunicação de ato ou fato que  
892 aponte eventuais irregularidades em assuntos de competência do CEAS. E a proposta é: Considera-  
893 se denúncia a comunicação de ato ou fato que aponte eventuais irregularidades em assuntos de  
894 competência do CEAS sendo preservado o sigilo dos denunciante. Artigo 3 - A denúncia deverá  
895 apresentar: Inciso 1º - identificação do denunciante, nome, número de documento de identificação e  
896 unidade de federação que o expediu, endereço residencial, número de telefone, endereço  
897 eletrônico para contato se houver. Inciso 2º os dados do denunciado se conhecidos. Inciso 3º -  
898 exposição clara e precisa do ato ou fato denunciado, explicitando os Indicadores de eventuais  
899 irregularidades. Parágrafo 1º - o sigilo do denunciante será preservado. "Disse que tinham retirado e  
900 passado para o final do artigo 2º. "Parágrafo 2º - as denúncias anônimas serão avaliadas e sendo

901 consideradas violações de direito serão também apuradas e a proposta que a comissão traz é: as  
902 denúncias anônimas serão avaliadas sendo obrigatório algum dado de contato para devolutiva. Artigo  
903 4 as comunicações de Atos ou fatos com indícios de irregularidade serão protocoladas e  
904 encaminhadas para a mesa diretora do CEAS. A nossa proposta é que as comunicações de atos ou  
905 fatos com indícios de irregularidades serão protocolizadas na secretaria executiva do CEAS e  
906 encaminhadas ao Presidente e ao vice-presidente. Parágrafo 1º - as comunicações apresentadas  
907 oralmente serão reduzidas a termo. A proposta seria de acrescentar o parágrafo 2º que em casos  
908 excepcionais que requerem celeridade na apuração serão encaminhadas para o presidente ou vice-  
909 presidente. Artigo 5º - O presidente do CEAS ouvido a mesa diretora mediante despacho  
910 fundamentado decidirá sobre a caracterização do conteúdo dos documentos como denúncia e  
911 indicará o procedimento para ser adotado. Inciso 1º - arquivamento. Inciso 2º - remessa a comissão  
912 de ética. Inciso 3º - remessa para discussão na Comissão Temática afeta ao assunto. Inciso 4º -  
913 remessa ao órgão competente ou Inciso 5º - instauração de processo. A proposta da nova redação  
914 é: o presidente ou vice-presidente do CEAS mediante despacho fundamentado decidirá sobre a  
915 caracterização do conteúdo dos documentos como denúncia e indicará o procedimento a ser adotado  
916 devendo na oportunidade, dar ciência ao denunciante a saber: Inciso 1º - arquivamento. Inciso 2º -  
917 instauração de processo, que é remessa a comissão de ética ou remessa para discussão da  
918 comissão temática afeta ao assunto ou remessa para a comissão criada especificamente para  
919 apuração de denúncia. Inciso 3º- remessa ao órgão competente. Parágrafo único - o presidente ou  
920 vice-presidente do CEAS poderão solicitar esclarecimentos antes da instauração do processo.  
921 Questão de ordem: O conselheiro Wilson disse que ler tudo e depois comparar cada situação com a  
922 proposta, que não iria dar certo. Que teria que ir deliberando a cada item. Porque senão terá que ler  
923 tudo e voltar tudo de novo. Marta disse que tudo bem, caso a plenária sentisse esclarecida que iria-  
924 se apenas para os aspectos que a comissão estaria propondo modificação da proposta anterior sem  
925 conhecer todo o conteúdo, a comissão encaminharia assim. Juanita disse que a metodologia adotada  
926 tinha sido muito boa porque dá pra ver as alterações, o que estava sendo proposto, os avanços.  
927 Rodrigo perguntou se algum conselheiro gostaria de se manifestar. Disse que ainda tinha duas  
928 propostas. A permanência da metodologia adotada pela comissão e a alteração de ler somente as  
929 alterações. O conselheiro Wilson disse que a proposta dele não era essa. Que a cada proposta de  
930 alteração, que fosse consultado o grupo. Que já voltava de uma vez. Porque senão no final teria que  
931 fazer tudo de novo. Lê uma coisa, lê outra, porque senão ficarão o dia inteiro pra isso. Marta disse  
932 que o Wilson estava dizendo que onde não for aprovado a apresentação de destaque, entendia-se  
933 que ela estava automaticamente aprovada a modificação. Aí voltava nos destaques. Rodrigo  
934 perguntou então que se tiver destaque já seria colocado em discussão o destaque de uma vez. Wilson  
935 confirmou que sim. Se não tiver destaque a pessoa então estaria concordando com a mudança. Se  
936 a pessoa não tiver feito destaque algum, não se volta nele mais. Rodrigo perguntou quais  
937 conselheiros aprovavam a alteração que o conselheiro Wilson tinha proposto a medida que for feito  
938 o destaque seria discutido e votava o destaque de uma vez ou a permanência da metodologia da  
939 comissão. Rodrigo disse que então teria que ir votando. Disse então, que teria que voltar. Que já teve  
940 o primeiro destaque na ementa da Resolução. Juanita disse que estavam alterando uma Resolução  
941 do CEAS que já existia e a ementa deveria dispor sobre isso: "altera a Resolução nº 363 de 2011".  
942 Rodrigo disse então, que os conselheiros que aprovavam a alteração da ementa que se  
943 manifestassem. Depois perguntou aos contrários a essa aprovação, que se manifestassem. Depois  
944 aos que estavam em abstenção. Ficou aprovado a alteração da ementa. Falou sobre o art. 3º, na  
945 proposta da conselheira Cristiane. Cristiane pediu somente um esclarecimento em relação ao que  
946 estava sendo tratado como "anônimo" porque até onde ela conhecia e de sua experiência, o  
947 anonimato era anonimato. Que a questão de ser obrigatório para retorno, a devolutiva, que não se  
948 dá devolutiva pra denunciante anônimo. Que até onde ela sabia, o disque "100" por exemplo, não se  
949 liga pra pessoa que denunciou e dá uma devolutiva, pois era anonimato, até porque ali, no CEAS,  
950 tinha vários ali que compunha rede e que podiam inclusive serem denunciados ali. Que ela acha que

951 a questão de pedir contato para devolutiva era uma questão que precisava-se discutir porque isso  
952 tirava o anonimato, deixando de ser anonimato, pois saber-se-ia de quem se tratava. Que ela ficava  
953 pensando, que o que se pode fazer seria estabelecer quais são critérios para uma denúncia anônima.  
954 Porque aí poder-se-ia colocar um maior número de informações, que era o que estava ali. Porque  
955 ali fala em identificação do denunciante quando não anônimo, pois achava importante, tanto o  
956 denunciante estar aí nomeado, e um denunciante anônimo. O que precisa-se para essa denúncia  
957 chegar, porque poder-se-ia publicizar isso. Que para você enviar uma denúncia anônima, precisava-  
958 se colocar essa e essa informação. E elas são mantidas nesse absoluto anonimato mesmo. E aí ela  
959 falava disso de experiências de denúncia de direitos humanos quando conselheira da Criança e do  
960 Adolescente, pois recebia muitas denúncias e as vezes denúncias eram de estado relacionados com  
961 órgãos que compunham o Conselho. Então ela achava que precisava-se ter esse cuidado pra  
962 realmente dar esse caráter do anonimato mesmo. Porque ela entendia que uma vez que terá uma  
963 avaliação e uma apuração, que passaria a tratar disso como uma denúncia seria o Conselho. O  
964 Conselho que assumiria isso, que ele levantou, esclareceu, e se caso existisse de fato uma violação,  
965 seria o Conselho quem iria fazer esse apontamento na rede em relação a isso. Rodrigo disse para a  
966 Cristiane que depois gostaria que ela explicasse isso melhor a ele. Falou pra ir por partes. Sobre a  
967 questão do anonimato, que ele pensava que podia-se repetir as mesmas exigências para o CEAS,  
968 salvaguardando as partes que versam sobre a identificação, mas com posição clara do objeto.  
969 Cristiane disse que era só questão do contato e devolutiva. Que isso para o anonimato, tira-se o  
970 mesmo. Que não se dava devolutiva para denunciante anônimo. Marta disse que era porque recebia-  
971 se muitas denúncias anônimas em que as pessoas realmente não se identificavam, criando e-mails  
972 e nomes fictícios, sendo que em momento algum disseram que ser anônimo ou não, primeiro que o  
973 sigilo era preservado, de quem se identificou, ou quem não se identificou. Que isso para a comissão  
974 era claro. Que a outra questão era que da denúncia anônima, o CEAS tinha dificuldades em fechar  
975 a apuração para o denunciante porque não havia como dar retorno. Que ela só estava dizendo o  
976 pano de fundo de como a Comissão tinha discutido. De tentar com que um dado de contato fosse  
977 feito para alguma devolutiva. Que quando era denúncia anônima, ela era caracterizada como  
978 denúncia anônima e nem os dados de contato eram disponibilizados pela Secretaria Executiva que  
979 preservava isso por uma questão de sigilo. Marta perguntou então, qual seria a proposta de redação.  
980 Cristiane disse que proposta de redação seria que fosse incluído no inciso da identificação de  
981 denunciante, que colocasse tanto anônimo quanto...e aí fizesse uma explicitação de qual seria as  
982 exigências para uma denúncia anônima. Porque ali tinha denunciante com nome, número,  
983 identificação e embaixo colocasse como denúncia anônima e fosse retirada a obrigatoriedade de  
984 algum dado para devolutiva. Que ela achava que isso poderia ser deixado como de interesse ou não  
985 do denunciante e não como obrigatório, até porque e-mails, tinha-se que se fazer uma avaliação da  
986 questão de crimes cibernéticos. Porque essa coisa de dizer que foi criado e-mail pra isso, ela achava  
987 que não deveria fomentar isso. Rodrigo disse pensar que o anônimo ele acompanhava a denúncia e  
988 ao assumir o anonimato também, ele não estava muito preocupado com devolutiva não. Que ele quer  
989 ver devolutiva no território dele. Que a partir do momento que chegasse a situação lá, resolvida, ele  
990 teria visto que a denúncia dele ocorreu e ficará muito feliz por isso. Que isso teria que ser preservado.  
991 Com relação a ser e-mail *fake* ou não, não teria como saber. Que seria respondido pelo mesmo e-  
992 mail que recebeu não tendo como falar de obrigatoriedade de identificação. Marta disse então, que  
993 a proposta dela seria que fosse mantido a redação anterior. "Então as denúncias serão avaliadas e  
994 sendo consideradas violações de direitos, também serão apuradas". A conselheira Arlete disse a  
995 questão da denúncia anônima era muito séria, pois o denunciante anônimo realmente quer ficar no  
996 anonimato. O que ela poderia sugerir era uma senha, pois a denúncia anônima, quando era recebida,  
997 criava-se uma senha para buscar a resolutividade, o encaminhamento, porque se elas já eram  
998 poucas, porque as pessoas não confiavam. Em sua maioria as pessoas não confiam, pois ninguém  
999 iria saber. As pessoas já faziam pouco, imagina revelando? Que inclusive tinha que acabar com o  
1000 conceito do anonimato. Que ela sugeria uma senha. O conselheiro Wilson disse concordar com a

1001 proposta da conselheira, no aspecto físico. Que se a pessoa entregar uma denúncia na forma física,  
1002 ela já receberia imediatamente uma senha e de posse dessa senha ela conseguiria pegar essa  
1003 resposta. Que já existia aplicativo próprio para isso e chamava-se SARAHA, para que você de forma  
1004 anônima possa fazer a denúncia. Rodrigo disse então que ficava registrado a existência desse  
1005 aplicativo. Disse para a comissão observar esse aplicativo e talvez vincular ao site do CEAS e o que  
1006 for necessário. Cristiane disse que gostaria de ver se existia, que aí seria uma consulta que poderia  
1007 ser feita pelo CEAS de verificar a possibilidade das denúncias virem pelo disque denúncias que é  
1008 nacional, uma vez que eram o Conselho Estadual e até as denúncias do município de BH em relação  
1009 a algumas violações elas chegavam via disque nacional e aí ela queria ver se haveria essa  
1010 possibilidade. Se já foi feita essa consulta, essa proposta. A conselheira Simone perguntou onde  
1011 estava o coordenador da comissão. Disse que deveriam continuar discutindo mas gostaria de dar  
1012 uma sugestão que retomasse o debate da resolução pois achava que todas as observações  
1013 colocadas ali deveriam ser levadas em consideração merecendo uma maior aprofundamento. Que  
1014 esse tipo de denúncia do disque 100 não era uma denúncia que iria diretamente para o CEAS. Ela  
1015 tem um fluxo sabe Cris de encaminhamento Ela vai para o suas ela vai normalmente para os CRAS,  
1016 para os CREAS, mas dificilmente são afetadas, então até que tipo de denúncia eu acho que tem que  
1017 ficar mais claro na Resolução aí pra não dar muita confusão. O Wilson sugeriu um aplicativo que eu  
1018 acho que vale a pena a Comissão conhecer eu queria sugerir também que a comissão ela tivesse  
1019 como subsídio a resolução do Conselho Nacional vocês olharam? É importante, quer dizer, a gente  
1020 devia continuar discutindo mas eu não sei se a gente tem condições Presidente de votar na resolução  
1021 hoje. Eu acho que deveria pegar todas as contribuições que elas já dão uma direção, uma subsídio  
1022 maior para a comissão de normas. Minha sugestão é continuar, trazer as questões porque senão  
1023 depois, eu não sei, é... muda de novo. Rodrigo disse que Simone fez uma proposta então eu acho  
1024 que a gente tem que curtir e votar? A proposta da gente continuar e debatendo nela sim, fazendo  
1025 que meio uma tempestade de ideias em cima dela fazendo os destaques e aí a gente não vota nela  
1026 hoje e coloca ela para o próximo pleno e dá tempo da secretaria, da comissão dedicar um pouco  
1027 mais e levantando essas questões que a gente colocar aqui, estudando um pouco melhor, para ficar  
1028 uma resolução mais ampla, um pouco mais qualificada. Concordam, podemos votar? Tem alguma  
1029 outra proposta? Continuaríamos lendo fazendo os destaques e só não votaria. A gente levaria e  
1030 teríamos também um tempo para propor outras questões para a comissão ??? e incorporar na  
1031 Resolução para a próxima plenária. Dá tempo para estudar Isso melhor. Então os conselheiros que  
1032 aprovam essa proposta...ok, contrários... abstenções ok então aprovada. Então vamos continuar  
1033 lendo. Então esse assunto a gente, a questão do anonimato eu acho também Cris que você colocou  
1034 bem que da forma como está o artigo 3º ele atende melhor do que a proposta pela comissão mas eu  
1035 acho que na parte onde diz do sigilo, do Anonimato tem que o inciso 3º ele tem que vim cá pra baixo  
1036 também. Então repetiria o inciso 3º viu comissão? Na parte do sigilo a proposta é trazer o inciso 3º  
1037 para ele também. Cristiane disse que aí ela acha que a comissão irá se debruçar sobre isso, já colocar  
1038 uma metodologia uma vez que ela viu o apontamento do pleno ali e não era o que ela achava ser o  
1039 mais viável. Acha que a devolutiva, não há devolutiva, pelo menos ela não conhecia devolutiva do  
1040 denunciante anônimo uma vez que quando, aí eu acho que é importante discutir sobre isso. Quando  
1041 o CEAS recebe uma denúncia de um território de forma anônima ele apura e vê que a denúncia tem  
1042 embasamento realmente e ela é real, quem passa a fazer essa denúncia é o CEAS. Ele sabe, ele  
1043 apurou, e acha que de alguma forma isso teria que constar na Resolução, o que o CEAS faz quando  
1044 ele apura um denúncia anônima real, que ele passa a ser quem está denunciando. Que aquele artigo  
1045 se desdobrava em outro artigo pra tratar de como o CEAS faz isso no território. Aí, isso que você está  
1046 dizendo, que o denunciante anônimo vai ver a resposta da movimentação dentro do seu território.  
1047 Wilson disse discordar da Cristiane, pois pensa que todo tipo de trabalho público, a pessoa tem que  
1048 ter retorno de que alguma coisa foi feita. Mesmo que aquela denúncia não tenha dado nenhum tipo  
1049 de consequência, sendo o que acontece na maioria das vezes. Então ele pensava que o trabalho  
1050 que foi feito no sentido de tentar apurar a denúncia daquela pessoa, isso traz para o usuário, para o

1051 cidadão, uma sensação de que o Estado realmente está trabalhando para ele. Que ele está ativo.  
1052 Então se você fizer uma denúncia, de repente nem sempre você verá um resultado acontecendo.  
1053 Talvez o resultado aconteça mas não seria um resultado tão perceptível, visível. Ele saber que o  
1054 Estado reagiu de alguma forma, ele achava importante. Ele mantém a proposta da conselheira que  
1055 se a denúncia for feita de forma física, ela recebe uma senha, e quando ela quiser voltar ali, a resposta  
1056 da senha, número tal, da denúncia, ela vai receber aquela resposta física. E se for de uma forma  
1057 virtual, que a gente nem chegue nesse aplicativo, daí a gente podia imaginar uma outra forma  
1058 tecnológica de estar resolvendo isso. Simone disse que hoje nós temos a lei de acesso à informação,  
1059 a "LAI", ela já estabelece inclusive o que são informações sigilosas então já tem definido o que são  
1060 informações sigilosas informações que não podem ser repassadas tipo informações de prontuário.  
1061 Então por isso que eu acho que vale a pena a comissão aprofundar. Que nós temos parâmetros do  
1062 Governo do Estado tem ouvidoria, tem o parâmetro do código de ética dos conselhos, então acho  
1063 que já tem parâmetros. Por isso que eu acho que mais uma vez ela recomendava, que achava que  
1064 essas observações elas merecem ser discutidas dentro do Conselho porque hoje pelo menos pela  
1065 minha experiência aqui no Conselho Estadual e nos Conselhos, o que chega muito para os Conselhos  
1066 eram denúncias de irregularidades na operacionalização do SUAS da gestação. Não vem muito  
1067 denúncia para o CEAS de violação de direitos, então por isso que, eu acho que é prever talvez se  
1068 viesse, o que seria feito. Mas também, talvez deixar mais claro. Normalmente são profissionais que  
1069 tem medo de denúncia, de falar seu nome, por medo de denúncia ou perseguição, ou assédio. Ela  
1070 achava que merecia mesmo, uma maior aprofundamento. Cristiane disse que só para deixar mais  
1071 nítido sobre o que ela estava dizendo, não é que ela não entendia que a denúncia e o CEAS tem que  
1072 tratar isso de uma maneira que não tenha Transparência em relação a isso. O que ela estava dizendo  
1073 é que, o que ter-se-ia que discutir, sendo importante isso, é quando o CEAS passa... porque se a  
1074 denúncia é anônima e o CEAS foi lá, verificou e percebeu que existe, quem passa a denunciar é o  
1075 próprio CEAS. Isso nós temos que publicizar. As atas publicizam isso. Que essa discussão que  
1076 estava sendo feita ali, era pública. Ela estava ali, registrada em ata. Então o que ela estava colocando  
1077 era naquele sentido que precisava conter essa discussão e trazer para eles mais nitidamente. Quem  
1078 será o CEAS nessa denúncia anônima. Quem que se torna o CEAS? Que ela entende como apurado  
1079 a denúncia e percebendo que ela é real, é o denunciante. A conselheira Silvana disse só querer  
1080 entender a proposta da Cristiane, pois parecia que ela tinha se desdobrado em duas, porque o que  
1081 o Wilson estava propondo era essa questão do retorno do denunciante. Que ela achava importante,  
1082 até porque as vezes se tem um retorno negativo. É feito a denúncia, mas o CEAS apura e não  
1083 acontece e essa pessoa tem um retorno negativo. Fala não, isso não procede, não aconteceu. Agora,  
1084 o que o CEAS irá fazer é outra coisa, mas o retorno para o denunciante. Então o que ela estava  
1085 entendendo seriam duas propostas? Cristiane disse que, o que ela estava pedindo era que a  
1086 comissão apresentasse com mais clareza do que é, no sentido de quando a denúncia fosse anônima  
1087 sendo constatada, quem passaria a ser o denunciante seria o CEAS. Isso era uma coisa. A outra  
1088 coisa seria em relação a devolutiva é que ela não entendia que tinha que ter essa relação com o  
1089 denunciante anônimo. O que ela entendeu que o Wilson estava colocando seria uma proposta de ter  
1090 uma senha, uma forma que esse denunciante acompanhasse e aí, junto a sua proposta, uma vez até  
1091 da negativa, porque aí, quando ela é real, ele vai ver a transformação ou atuação do CEAS no seu  
1092 território, mas se não for negativa, como ele saberá disso? Aí, o que ela estava colocando ali, ela  
1093 entendia que não era necessário, o Wilson estava colocando a proposta de ter um único (???) e o  
1094 que ela estava querendo era que a Comissão debruçasse no sentido de quando ela era anônima e  
1095 se torna real observada, acompanhada pelo CEAS, quem passava a ser o denunciante, era o CEAS?  
1096 E aí ela pensava que se tem esse entendimento, ela precisava constar na resolução. Rodrigo disse  
1097 que era o que se estava discutindo ali. Que quando uma denúncia é anônima não se sai levando que  
1098 é anônima. Era o CEAS que a partir daquele momento estava bancando a denúncia. Que ele achava  
1099 ser isso, tendo que ficar explícito. Rodrigo pediu à comissão que fosse tomando nota dessas  
1100 considerações, tendo a Ata também, para colocar então. Já que não seria votado, então passaria

1101 para o próximo destaque que era o artigo 5º. Wilson colocou-se como candidato para participar desse  
1102 discussão anterior, na comissão de normas, apesar dele ser da comissão de orçamento, que ele  
1103 gostaria de participar, quando fosse ocorrer. Rodrigo disse que os conselheiros poderiam trocar de  
1104 comissão, independente daquilo. Wilson disse que não era trocar de comissão. Seria somente para  
1105 participar da comissão de normas quando fosse discutir aquele assunto. Rodrigo disse ter entendido,  
1106 mas estava somente pontuando a troca e via problema algum dele participar. Era para ele conversar  
1107 com a comissão somente para no momento que fosse discutir, para comunicarem a ele, para ele  
1108 poder participar. O Conselheiro Bruno disse achar que quando no caso da denúncia anônima o CEAS  
1109 puder verificar e essa denúncia puder ser publicizada, então não haveria necessidade de retorno  
1110 singular para o denunciante. Mas em caso contrário, caso a denúncia não pudesse ser publicizada,  
1111 então haveria a necessidade de retorno singular para poder mostrar que o CEAS de fato estaria  
1112 verificando. Que a comissão deveria pensar, no caso, se haverá retrabalho em retornar singularmente  
1113 para o denunciante e se esse retrabalho seria muito e se teria quadro suficiente para poder fazer  
1114 esse retrabalho. Porque se for muito grande, então, as vezes não vale a pena retornar singularmente  
1115 para a pessoa. Mas se for um trabalho pequeno, de se fazer, então não teria problema. A comissão  
1116 teria que pensar nessa linha na hora de decidir se iria responder singularmente, publicamente, ou  
1117 não responder. Passou-se para o artigo 5º. A conselheira Juanita disse que na verdade o artigo 5º,  
1118 da mesma forma que estava na Resolução 363 e a proposta, ficava que a denúncia era encaminhada  
1119 a Mesa Diretora, que faz um Despacho fundamentado e tem algumas possibilidades, arquivamento,  
1120 remessa a Comissão de Ética, para as Comissões Temáticas, afetas ao assunto da denúncia ou ao  
1121 órgão competente e instauração de processo. Disse ficar ali pensando, até porque ela estava ali  
1122 quando a Resolução foi construída em 2011, se toda denúncia que chegasse ao CEAS, o  
1123 procedimento da Mesa Diretora não seria encaminhar para a comissão respectiva em vez dele fazer  
1124 uma pré análise e já fazer o arquivamento ou a indicação para os órgãos específicos que a mesa  
1125 diretora entende ser de sua responsabilidade. Porque se pensarmos em todo o processamento das  
1126 informações no CEAS, todas as informações que chegam realmente, passando pela Secretaria  
1127 Executiva, indo para a Mesa Diretora, e ela dá o despacho para a comissão afeta, ou se é diretamente  
1128 ao Presidente. Mas no caso da denúncia, se ela não deveria, toda, inclusive a que seria arquivada  
1129 ou não, iria para a comissão afeta. Que ela ficava pensando e gostaria que a comissão pensasse  
1130 nisso também, no sentido de avançar mais sobre essa reflexão dela. Helder continuou a leitura de  
1131 onde parou, no artigo 6º. Artigo 6º - será indicado o arquivamento caso a comunicação de ato ou fato  
1132 não esteja acompanhada de elementos que justifiquem a apuração por parte do CEAS. Parágrafo  
1133 único - a Mesa Diretora decidirá sobre o arquivamento ou indicará outro procedimento cabível na  
1134 forma dos incisos 1 ao 5º do artigo anterior. A proposta da comissão é que os casos de arquivamento  
1135 deverão ser apresentados a Mesa Diretora para fins de informação e ratificação da decisão instruídos  
1136 com parecer técnico da Secretaria Executiva do CEAS. Artigo 7º - a denúncia será revertida a  
1137 comissão de ética quando houver indícios de infração cometida por conselheiro estadual de  
1138 Assistência Social, observando-se o disposto no código de ética do CEAS. Artigo 8º - a comunicação  
1139 de ato ou fato que não caracterize denúncia mas que contenha questões que devem ser discutidas  
1140 pelo CEAS será remetida a comissão temática afeta ao assunto. A proposta da comissão é  
1141 encaminhar para o final da resolução. Eles entenderam que aquilo ali estava deslocado. Artigo 9º - a  
1142 denúncia cujo objeto é afeto às competências do CEAS deverá ser encaminhada para a instância ou  
1143 órgão competente indicado no despacho do Presidente ou Vice-presidente. Parágrafo único - na  
1144 impossibilidade da identificação da instância ou órgão competente para encaminhamento da  
1145 denúncia, essa será arquivada na forma do parágrafo único do artigo 6º. A proposta é que na  
1146 impossibilidade da identificação da instância ou órgão competente para encaminhamento da  
1147 denúncia, essa será encaminhada para o Ministério Público. Artigo 10º - a denúncia acompanhada  
1148 de elementos que justifiquem sua apuração pelo CEAS será objeto de instauração de processo.  
1149 Parágrafo único - a denúncia que versar sobre assuntos conexos será anexada ao processo já em  
1150 andamento e decidido conjuntamente. Artigo 11 - instaurado o processo, a Mesa Diretora deverá

1151 notificar para manifestação. A proposta é que instaurado o processo, o CEAS deverá notificar para  
1152 manifestação e/ou esclarecimentos. Inciso 1º - o denunciado, se conhecido; Inciso 2º - os gestores  
1153 públicos; Inciso 3º - Os conselhos de Assistência Social; Inciso 4º - outras pessoas físicas ou jurídicas  
1154 que possam esclarecer sobre o objeto da denúncia; Inciso 5º - os demais conselhos de políticas  
1155 públicas de direito quando necessário; Inciso 6º - outros órgãos. Parágrafo 1º - a notificação atenderá  
1156 apenas ao ato ou fato, objeto de denúncia. Parágrafo 2º - de acordo com a natureza da denúncia as  
1157 notificações citadas nos incisos de 1 a 4 poderão ser emitidas em momentos distintos. Parágrafo 3º-  
1158 o prazo para manifestação de 30 dias corridos a contar do dia seguinte ao recebimento da notificação.  
1159 Parágrafo 4º - após recebimento das manifestações poderá ser solicitado uma única vez,  
1160 esclarecimentos complementares que deverão ser atendidos no prazo de 15 dias a contar do dia  
1161 seguinte ao do A.R. A conselheira Cristiane disse achar ser importante embora pareça estar sendo  
1162 contemplado, em relação inciso 4º ao artigo 11, outras pessoas físicas ou jurídicas, o inciso 2º  
1163 colocava os gestores públicos, ela achava importante deixar nítido que era os gestores da rede  
1164 socioassistencial também. Que se está citando gestores públicos, também tem que fazer  
1165 comprometimento do gestor que está na rede privada também. Rodrigo disse que gestores públicos,  
1166 pelo que ele entendeu ali, até mesmo de outros conselhos que não afetavam o CEAS, iriam receber  
1167 e encaminhar. Porque tinham que dar encaminhamento a qualquer denúncia que fosse recebida.  
1168 Que quando colocava-se gestores públicos, abria-se para todos. Perguntou a todos se precisava  
1169 destacar gestor socioassistencial, pois essa forma fechava-se somente na Assistência Social.  
1170 Explicado que não precisava colocar rede socioassistencial. Somente gestores públicos ou privados.  
1171 O conselheiro Felipe disse que no item 4 falava sobre outras pessoas físicas ou jurídicas que possam  
1172 esclarecer sobre o objeto da denúncia. Perguntou se esse item não poderia estar contemplando os  
1173 gestores das entidades privadas. Cristiane disse que foi exatamente o que começou dizendo. Que  
1174 entendeu que ficariam contemplados todos no artigo 4º mas como estava destacando gestores  
1175 públicos, ela achava que isso poderia dar a impressão da isenção dos gestores privados, sendo  
1176 importante se está sendo destacado os gestores públicos, seria importante também, mencionar os  
1177 gestores privados. Então, teria que ter nessa perspectiva, deixar de retirar o 2 e deixar somente o 4,  
1178 uma vez que gestores públicos também são uma pessoa física. Rodrigo disse querer estar discutindo  
1179 ali era que gestor é público, de entidade de dirigente. Então teria que colocar os gestores públicos,  
1180 embaixo, dirigentes de entidades. Abriria o campo para dirigentes de entidades. Então ao invés de  
1181 colocar de gestores públicos e privados, colocaria gestores e embaixo outro inciso. Cristiane disse  
1182 que poderia ser utilizado a nomenclatura que constava no novo marco regulatório. Ela não lembrava  
1183 mesmo se era dirigente. Ela iria consultar, mas que poderia ser utilizado. O conselheiro Helder  
1184 prosseguiu na leitura. Artigo 12 - terminada a fase prevista no artigo 11 o processo será encaminhado  
1185 a Mesa Diretora acompanhado de breve relato elaborado pela Secretaria Executiva. A proposta passa  
1186 a ser artigo 13 - terminada a fase prevista no artigo 11 o processo vai ser encaminhado à Comissão  
1187 responsável acompanhado de breve relato elaborado pela Secretaria Executiva. Artigo 13 - caso seja  
1188 necessário verificação no local, a Mesa Diretora indicará um ou mais conselheiros que deverão  
1189 apresentar relatório circunstanciado da visita num prazo de 15 dias corridos de sua realização.  
1190 Parágrafo único - o conselheiro deverá ser acompanhado por um técnico da Secretaria Executiva. A  
1191 proposta é que caso seja necessário verificação no local, o Presidente, Vice-Presidente ou a  
1192 Comissão responsável pela apuração indicará um ou mais conselheiros que deverão apresentar  
1193 relatório circunstanciado da visita num prazo de 15 dias corridos de sua realização ou intervalo de  
1194 realização das reuniões ordinárias do CEAS. A comissão também propôs uma inserção do Artigo 14  
1195 que constatado indício de ocorrência do objeto da denúncia, após apuração da denúncia, o  
1196 Presidente ou Vice-presidente a encaminhará ao órgão responsável pela fiscalização e aplicação das  
1197 penalidades legais ou medidas de correção para as irregularidades acompanhada de relatório  
1198 circunstanciado contendo suas conclusões. Artigo 14 - não constatado indício de ocorrência do objeto  
1199 da denúncia, essa deverá ser arquivada por decisão fundamentada da mesa diretora. A ideia da  
1200 mesa era suprimir essa artigo 15 a comissão processante elaborará relatório final de apuração e



1201 apresentará a plenária do CEAS para deliberação. A proposta é que a comissão demandada  
1202 elaborará o relatório final da ação e apresentará a plenária do CEAS para deliberação. Artigo 16 - o  
1203 CEAS tomará as seguintes providências para correção de irregularidade comprovada: Inciso I -  
1204 Solicitar a correção e estabelecer prazo para o denunciado e promover a regularização; Inciso II -  
1205 encaminhar a secretaria de estado de desenvolvimento social - SEDESE sua decisão e cópia do  
1206 processo quando existirem indícios de responsabilidade funcional com dolo ou prejuízo para a  
1207 administração pública. A proposta seria de suprimir. Artigo 17 - após a conclusão o processo será  
1208 arquivado mediante despacho fundamentado da Mesa Diretora. Esse artigo passaria a ser o artigo  
1209 18. A proposta seria o artigo 8º virar o artigo 18. Artigo 17 - a comunicação de ato ou fato que não  
1210 caracterize denúncia mas que contenha questões que devem ser discutidas pelo CEAS será remetida  
1211 pelo Presidente ou Vice-presidente à Comissão Temática afeta ao assunto. A conselheira Marta fez  
1212 uma observação sobre um item do artigo 19 dizendo que não iriam revogar a Resolução 363, ficando  
1213 alterada. Helder disse que sobre o Regimento Interno, o terceiro ponto deles, a Comissão tinha  
1214 elaborado aspectos básicos no Regimento para o exercício da função de conselheiros e gostariam  
1215 que...foi feito esse levantamento do Regimento Interno, os aspectos que são primordiais e a sugestão  
1216 de encaminhamento deles seria encaminhar para todos os conselheiros por e-mail, as funções,  
1217 deixando bem claro que ela não substitui o Regimento Interno, mas simplesmente dá um destaque  
1218 sobre o que é, qual a função, quais as atribuições e que eles fizeram esse material para passar para  
1219 os conselheiros. Rodrigo disse que como acabou o relato da Comissão de Normas, que então  
1220 retomaria depois do almoço, às 13:30 com o relato das demais Comissões, podendo ser a de Política.  
1221 O conselheiro Felipe disse querer fazer uma solicitação aos conselheiros. Que estava proposto  
1222 naquele dia como pauta, às 17h a composição da Comissão de Ética, às 17:30 a composição da  
1223 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Estaduais de Assistência Social.  
1224 Que levando em consideração, que, ele acreditava não somente ele, mas os conselheiros, um  
1225 compromisso com o transporte, com o retorno à cidade às 18 horas, impede de ficar até o final e até  
1226 levando em consideração que ele também tinha interesse em participar da Comissão de Ética, ele  
1227 gostaria de pedir o adiantamento da formação dessas comissões para que ele não ficasse impedido  
1228 de participar desse procedimento. Rodrigo disse que tudo bem, que conversaria na parte da tarde,  
1229 abrindo essa questão. A reunião retomou a tarde e Rodrigo perguntou se a sociedade civil estava  
1230 toda ali. Disse que pra ganhar tempo iria para o relato da Comissão de Apoio. Então nós vamos que  
1231 o coordenador da política não chegou ainda então vamos para a Comissão de Apoio porque aí  
1232 ganhamos tempo. Isac disse que a Comissão tinha reunido no dia anterior e iria passar os pontos de  
1233 forma resumida e os conselheiros que participam da comissão que quisessem completar alguma  
1234 coisa que ele deixasse de falar, que se colocassem e dos demais também que desejassem  
1235 esclarecimentos ou alguma contribuição que se manifestassem. O primeiro ponto de pauta foi o  
1236 Encontro Estadual dos Fóruns Regionais de Usuários e de Trabalhadores e de URCMAS e as  
1237 entidades de Assistência Social também, pois na última plenária foi apresentada uma proposta desse  
1238 encontro para ser realizado em maio mas por uma questão que o presidente do Conselho já iniciou  
1239 na parte da manhã, por questão de tempo teve uma necessidade de reverem, principalmente a data  
1240 e programação desse encontro e a proposta que eles tinham se debruçado nela no dia anterior para  
1241 apresentar na plenária que ele iria ler, os companheiros poderiam ir completando, para deliberação  
1242 da Plenária, naquele dia. "Proposta: Encontro Estadual dos Fóruns Regionais de Usuários, de  
1243 Trabalhadores, de URCMAS, Entidades e lançamento estadual da "Campanha de Combate ao  
1244 Preconceito contra a Usuária e o Usuário de Assistência Social". Foi apresentada à Comissão uma  
1245 nova proposta para o Encontro Estadual, pela secretária Executiva do CEAS, Consolação,  
1246 informando que haverá processo licitatório, para possível contratação de empresa para realização do  
1247 evento. Portanto, o mesmo sofrerá um adiamento, sendo sugerido pela comissão os dias 28 e 29 de  
1248 junho, com uma plenária ampliada do CEAS a partir do meio-dia do dia 29 com a participação desses  
1249 representantes das regionais. As mesas temáticas foram sugeridas na mesa de abertura a presença  
1250 do Fórum Nacional dos Trabalhadores, Fórum Nacional dos Usuários, Presidente do CNAS, ou

1251 segmento de usuários, Dilma Roussef, Nilmário Miranda, Ministério Público (Dr<sup>a</sup>. Paola - CAO da  
1252 Infância ou representante do Procurador-Geral do Ministério Público - Dr. Tonet). Dep. André Quintão,  
1253 Secretária da SEDESE. Isso para a mesa de abertura. Depois terão outras mesas que ele iria passar  
1254 mais a frente pois são um pouco mais detalhadas, que terão representantes de usuários, de  
1255 trabalhadores, de entidades, URCMAS e outros. Pelos usuários eles pensaram a princípio no  
1256 representante do Fórum nacional de usuários, uma vez que o coordenador do Fórum da Regional  
1257 Sudeste que é de São Paulo ele já manifestou anteriormente uma vontade de vim aqui em Minas  
1258 Gerais dialogar com o Fórum Nacional de Usuários do Estado, no sentido de fortalecer esse espaço  
1259 e aí pensaram em ver se haveria disponibilidade dele vim pra essa data e também pensaram na  
1260 Maria Alves, se ela pudesse. A última vez que ela já teve uma passagem pelo CEAS, ela teve uma  
1261 ação muito importante no fomento a construção do Fórum Estadual de Usuários, eles pensaram que  
1262 poderia ser interessante convidá-la para participar também. Haveria uma Mesa Conjunta para  
1263 fortalecer o Sistema Único em rede articulada nesses espaços de discussão para construção dessa  
1264 rede, envolvendo demais entidades da sociedade civil. Uma observação é que o conselheiro Gilberto  
1265 sugeriu envolver as associações de municípios, para articulação das URCMAS e demais Fóruns.  
1266 Que essa associação poderia gerar uma pauta oficial na hora de chamar tantos os trabalhadores  
1267 quanto os usuários para estarem participando desses encontros e aí ele iria ajudar para que os  
1268 municípios auxiliassem na participação dessas pessoas nesses espaços. Na Mesa de Entidades, os  
1269 representantes das mesmas ficaram de indicar os nomes para estar participando e também os  
1270 representantes de trabalhadores ficaram de indicar os nomes para estarem participando das mesas.  
1271 Na Mesa das URCMAS foi sugerido o Sávio e mais alguém da SEDESE, os Conselheiros do CEAS  
1272 e a Sec. Executiva do CEAS. Ele esqueceu de falar, quanto aos usuários, os conselheiros  
1273 representantes dos usuários estariam participando desses momentos. Para o segundo dia, haverá  
1274 uma mesa de convergência, com a discussão plural entre as diversas mesas de discussão do dia  
1275 anterior. Deverá ser equacionada uma relatoria dos pontos discutidos no evento. Deverão ocorrer  
1276 apresentações culturais durante o encontro. O encontro seria de 2 dias. No primeiro dia com a Mesa  
1277 de Abertura, um ato político e a tarde um início de conversa entre os grupos, uma mesa temática e  
1278 depois uma divisão dessas pessoas para o seguimento conversarem entre esses espaços para  
1279 continuar esses trabalhos e aí no segundo dia pela manhã antes do encerramento teria uma espécie  
1280 de plenária para convergência dessas discussões e apresentação desses trabalhos. Depois disso,  
1281 um encerramento daquilo ali e na parte da tarde teria a plenária ampliada do Conselho com os  
1282 visitantes. Teria uma parceria com o CRP no sentido de ficar com o lançamento estadual da  
1283 campanha de combate ao preconceito contra a Usuária e o Usuário de Assistência Social. Também  
1284 foi até sugestão da conselheira Cristiane que trouxesse também para o debate o racismo, o  
1285 preconceito de gênero, temas que precisam estar sempre nas discussões, nas ações da Assistência  
1286 Social. A estimativa seria de 200 pessoas. Que achava ser um pouco mais, havendo uma alteração  
1287 para 400 pessoas. Que teve o acréscimo dos representantes de entidades. O COGEMAS, o  
1288 FETSUAS e Fórum Mineiro seriam chamados como parceiros para a organização do Encontro. Falou  
1289 que iria passar a programação e depois passaria para que os outros conselheiros da Comissão  
1290 trouxessem outras contribuições que não estavam no documento. Programação: Dia 28 de junho de  
1291 2018 – local a definir. A proposta seria a abertura dos trabalhos às 8 horas, a Mesa de abertura às  
1292 8:30 horas, às 9:30 horas um Ato público com o lançamento da campanha e defesa do BPC foi o  
1293 ponto central que saiu na discussão do dia de ontem, com proposta de ser em frente à sede da  
1294 previdência social na região central. Às 12 horas almoço, às 13:00 horas seria a Mesa sobre os  
1295 Fóruns, URCMAS e Entidades – aspectos comuns para o fortalecimento desses segmentos; as 15:00  
1296 horas uma Divisão em quatro grupos onde esses segmentos iriam trabalhar questões específicas  
1297 das suas necessidades e às 18 horas seria o encerramento. No dia 29 de junho 2018 iniciaria com  
1298 às 8 horas com o retorno das atividades dos quatro grupos – Convergência sob a condução do  
1299 presidente do CEAS. Seria apresentando as demandas pelos 04 relatores dos grupos. Às 11:00 horas  
1300 seria a apresentação da conclusão dos trabalhos, às 12 horas o encerramento e na parte da tarde

1301 seria a plenária ampliada do CEAS. Disse que o Ato público eles listaram com os aspectos mais  
1302 importantes seriam mobilizar os usuários – BF, BPC, entre outros e o CRP providenciaria cartazes e  
1303 folders. Seria incluído também a participação das entidades – dois representantes por regional, que  
1304 foi o pedido da Cristiane na outra plenária sendo que a proposta estimativa de orçamento seria de,  
1305 com a participação de 176 pessoas, onde o valor do encontro estaria no mínimo em R\$ 216.480,00.  
1306 Esse foi o primeiro levantamento feito. Disse que iria passar somente para os demais conselheiros  
1307 da comissão, que completem a apresentação dele e em seguida que os demais coloquem as  
1308 considerações e tirem as dúvidas. A conselheira Cristiane disse que no dia anterior tinham feito uma  
1309 discussão pensando em cada momento do evento. O calendário tinha sido uma questão difícil porque  
1310 nesse ano lembrem-se porque acho que todos estão esquecidos que tem copa e conseguiram chegar  
1311 nessa data e agrupar todos os anseios, necessidades de todos os segmentos do conselho e inclusive  
1312 o anseio dessas comissões todas montadas no Estado, sendo um desafio muito grande para 2 dias.  
1313 Mas então nós pensamos em fazer quatro plenárias porém ontem, é importante ressaltar porque a  
1314 representante dos trabalhadores não estava presente pois isso limitava muito no pensamento dos  
1315 temas e aí teria mesmo que reportar aos trabalhadores que estavam ali, representantes de  
1316 trabalhadores, mas ali também não tinham feito a discussão na Comissão. Tinha 3 representantes  
1317 de entidades e ainda não tinham feito a discussão com os demais representantes de entidades do  
1318 que poderia ser pensado para aquele momento. Que tinham conversado com o conselheiro Isac para  
1319 que cada segmento que não conseguiu fazer a discussão no dia de ontem, trouxesse uma proposta.  
1320 Que discutiram com a entidade e a proposta deles para o encontro, e ela achava importante registrar  
1321 ali, até porque na outra ata eles não tem, que foi solicitado na última plenária que fossem incluídos a  
1322 participação de 2 membros dos representantes de cada regional conforme foi pensado para  
1323 trabalhadores, usuários e URCMAS, também pra entidades e que fizessem, inclusive funcionar e  
1324 valer a função das URCMAS de fazer valer essa articulação dentro do município e até pra dentro da  
1325 própria URCMAS que eles entendem que nas URCMAS mesmo tem lá representante de entidades  
1326 via Conselhos Municipais. Então eles pensaram em utilizar e fazer como metodologia de articulação  
1327 as próprias URCMAS pra essas entidades podendo discutir como seria isso. Isso é uma coisa. A  
1328 outra coisa é que o que pensaram enquanto entidade dentro do encontro seria a apresentação do  
1329 que seria a proposta que eles já tem que é a construção dos fóruns regionais e do fórum estadual.  
1330 Fazer essa apresentação para os grupos presentes. Das experiências de fóruns que eles tiveram,  
1331 eles têm 3 experiências de fóruns registrados no Estado e a importância dela, o que os une, enfim, e  
1332 eles discutiram algumas metodologias mesmo de realização e efetivação dos fóruns regionais  
1333 pensando no ponto de vista das experiências práticas que eles já têm de fórum. Da necessidade de  
1334 estrutura, de apoio logístico, enfim, seriam 3 momentos. Que eles entendem que nesse primeiro  
1335 momento, seria importante os conselheiros estaduais representantes de entidades estarem a frente  
1336 dessa plenária para efetivar isso. Então foi isso, no ponto de vista do segmento deles. E só com  
1337 relação complementar ao Ato público, eles ficaram pensando muito no dia de ontem, que ato público  
1338 seria esse, pois tinham diversas pautas hoje para se fazer um ato na Assistência Social, no país,  
1339 politicamente, democraticamente, na defesa de direitos, mas antes de discutir, era importante dar  
1340 uma bandeira para esse ato, porque no momento atual podem acabar perdendo um momento  
1341 importante e o foco, a força pra uma questão importante. Que discutiram que a questão do BPC é  
1342 uma questão hoje, não querendo dizer que não tenham outras questões de fundo que possam ser  
1343 tratadas nesse ato e discutiram também que pela quantidade de pessoas que estariam, o impacto  
1344 disso para a rua seria muito pequeno em questão de visibilidade, de proporção e de mostrar força e  
1345 que talvez pelo fato de ser BPC, pensaram em fazer isso na área da previdência social uma vez que  
1346 conseguem focalizar e fazer um movimento ali próximo, mas acha ser importante a contribuição e  
1347 discussão pois estavam num momento político, num momento que eram muitas pautas e de repente,  
1348 talvez não seja essa a proposta pensada para um ato mas foi o que discutiram ontem lá. A conselheira  
1349 Luanda disse que primeiramente tiveram uma reunião do Fórum Estadual dos Trabalhadores no dia  
1350 anterior a noite, justamente para começar a pensar e discutir o encontro deles pois estavam

1351 precisando de fazer a muito tempo. Então eles já trazem uma proposta até pronta para apresentar  
1352 naquele dia, mais ou menos pronta, uma proposta de encontro de plenária e aí ela sente, do que vai  
1353 apresentar ali, perceberão que irão precisar de um pouco mais de tempo entre os trabalhadores,  
1354 então talvez que se pense num período de uma tarde inteira porque estavam precisando fazer coisas  
1355 que demandavam tempo. E inicialmente pensavam que teriam a tarde de um encontro de  
1356 trabalhadores e parte da manhã de sexta também, então o que pensaram foi, porque precisavam  
1357 fazer uma plenária de eleição de coordenação estadual do fórum, eleição das comissões do fórum  
1358 estadual, eleição da coordenação executiva do fórum estadual. A gente tem uma demanda aí  
1359 também, vai ser instituído o núcleo de educação permanente e a gente precisa eleger isso  
1360 democraticamente dentro do plano de trabalhadores. Então, a eleição dos membros do núcleo  
1361 de educação permanente, a gente tem um regimento interno que está desatualizado com  
1362 relação ao movimento de trabalhadores no estado, a gente precisava também rever esse  
1363 regimento interno, discutir esse regimento interno em uma plenária e a gente tem uma  
1364 demanda dos FORTs que é muito grande. Esses FORTs tem nos procurado pedindo  
1365 orientações, querendo espaço para conversar, tirar dúvidas e a gente precisava também  
1366 desse espaço contado de bate bola mesmo, de tirar dúvida inclusive de discutir a  
1367 confecção do regimento interno dos FORTs, a gente tentar fazer uma normativa melhor  
1368 para isso. Então, são 4 coisas, que já eram muita coisa para um dia só e além de tudo a  
1369 gente pensou numa mesa de formação política e autonomia do trabalhador, que seria  
1370 para isso, a gente ir conversando sobre essa autonomia dos FORTs mesmo. Então, eu  
1371 acho que tem muita coisa aqui, e são coisas que a gente está precisando fazer, que é  
1372 essencial a gente aproveitar esse momento que os trabalhadores estarão reunidos para  
1373 fazer e aí eu peço que a gente consiga rever a questão do tempo mesmo, que a gente  
1374 vai precisar. Inicialmente a gente tinha pensado nisso, do encontro ser uma parte de um  
1375 encontrão grande, mas depois a gente tem naturalmente de se dividir mesmo, a gente  
1376 tem questões muito específicas de cada segmento para tratar. Então, a gente tenta  
1377 pensar nisso, uma questão do tempo mesmo, que a nossa demanda é por um tempo  
1378 entre os trabalhadores. (Rodrigo) – Tá, o Soyla está continuando o relato da comissão.  
1379 (Soyla) – CMAS Paracatu – É com muito pesar, que a gente comunica que dia 27 tem  
1380 jogo do Brasil, então a gente teve uma série de preocupação porque o pessoal que vem  
1381 são usuários, trabalhadores, entidades, URCMAS, governo, todo mundo vai tá aqui, e  
1382 assim, por mais que eu não sou muito chegada em futebol sabe, eu prefiro mil vezes  
1383 uma boa conversa, uma luta, a gente vai estar na estrada, o usuário, o usuário que o  
1384 divertimento dele de repente é assistir um jogo do Brasil, ele vai estar na estrada. Muitas  
1385 vezes, ele vai estar encarando 9 horas de viagem, se ele não estiver aqui dia 27 ele vai  
1386 estar vindo, então, quando a gente pesou isso, pesou a questão do usuário,  
1387 principalmente do trabalhador, também tem que ter lazer, quando a gente pensou essas  
1388 situações, a gente verificou que era necessário que fosse dia 28 e 29. E daí uma outra  
1389 questão também, que foi levantada pela Consolação, seria a possibilidade da gente fazer  
1390 a plenária ampliada dia 20 e 21 ou 21 e 22, daí a gente falou não, vamos otimizar, vamos  
1391 lá economizar recurso, a gente vem aqui para fiscalizar também, o estado e dessa forma  
1392 como fiscalizador a gente tem que otimizar recurso também, dar o exemplo e então  
1393 verificou-se a necessidade de compactuar tudo, entendeu? Porque por nós a gente ia era  
1394 fazer um ato de 24 horas. Mas eu achei importante a gente falar isso, viu. Agora sim,  
1395 uma outra coisa que eu gostaria de enfatizar, é a questão do primeiro momento, é, no  
1396 período da tarde depois do ato, é, essa mesa tem um caráter político, não partidário,  
1397 pelo amor de Deus, compreendemos isso, e uma abertura para legitimar, mostra a

1398 sociedade que a gente está legitimando esses Fóruns, as Urcmas, essa visão é muito  
1399 importante no primeiro momento, não só a gente pensou em profissionais para gente  
1400 trazer, para trabalhar redes, fortalecimento dessas redes, falar sobre a logística, então  
1401 a gente pensou em tudo isso e levantou, e nada mais importante do que nesses processo  
1402 é que os Fóruns Estaduais estejam junto mesmo, para poder tá ajudando a gente, por  
1403 exemplo a questão do Sávio, o Sávio é referencial hoje em Urcmas, e acho que ele vai  
1404 ser referência pro resto da vida, ele e o seu Luiz Jorge, querido, então assim, a gente,  
1405 me preocupou até demais, porque quando você falou sobre a frente, eu lembrei que as  
1406 Urcmas não podem se reunir pra pensar também, então assim, vão ser os conselheiros  
1407 que participam de Urcmas que vão se ter que se ajuntar pra montar uma metodologia  
1408 de trabalho para o grupo. Me preocupou isso, então assim, é importante mesmo que a  
1409 gente participe. Tá? É só isso. Obrigada. (Rodrigo): Isac, tá aberto para fala? Sobre esse  
1410 ponto? Tá aberto para a fala? (Isac): tá aberto é, para considerações pra gente tentar  
1411 arrumar isso. (Rodrigo): Dona Arlete - (Arlete) - Graal de Buritizeiro - É agora, (Arlete)  
1412 - Graal Buritizeiro, pegou? Então tá, retomando um pouco essa discussão nossa de  
1413 ontem, contribuindo aí com o que já foi dito, é, um dos fatores que, que nos ajudou a  
1414 tomar a decisão do evento que está ocorrendo no 28 e 29 também foi a orientação de  
1415 Consolação a nos dizer que se fosse no 21 e 22 também não teria tempo para licitar o  
1416 evento então a gente já começa dessa parte legal de uma contratação de uma empresa  
1417 para a realização do evento é, e, aí aqui no, no, na, na, no registro eu quero retirar o  
1418 nome de Euclides Manso porque eu falei de Euclides quando a gente falou da construção  
1419 de rede, não foi bem matemática, eu trouxe o nome dele pensando na construção de  
1420 rede que é uma pessoa que tem nos ajudado muito. Agora, eu percebo, agora a gente  
1421 aqui conversando que a gente tem muita pauta pra pouco tempo, e nós vamos ter que  
1422 realmente otimizar esse tempo e essa pauta considerando que o CEAS tá, tá chamando  
1423 pra gente unificar todo esse trabalho com essa proposta que chegou da gente estar unido  
1424 no primeiro momento mas a gente também não está abrindo mão da reunião do CEAS.  
1425 Então é isso. (Rodrigo): (Simone): Não, eu queria fazer algumas observações, eu acho  
1426 que não ficou claro, coordenador, o objetivo do Encontro ou os objetivos, que eu imagino  
1427 que são alguns pelo que eu compreendi, porque nós temos que pensar o que é comum,  
1428 o que é comum eu acho é a decisão do Conselho Estadual de fortalecer a Sociedade Civil  
1429 em MG, então é preciso ter um debate da importância do fortalecimento da Sociedade  
1430 Civil, acho que isso é uma coisa importante que une todo o debate, agora com relação  
1431 aos segmentos nós vamos que ter muito cuidado, coordenador porque é diferente de  
1432 processos, nós temos categorias como os trabalhadores e os usuários que eles tem  
1433 Fóruns Regionais compostos, em outras regionais tem comissões pro-fóruns, só aí já tem  
1434 uma diferença enorme, tem categoria que tem Fórum Estadual e tem categoria que não  
1435 tem Fórum Estadual. Então, nós temos que ver o que nós vamos fazer, não dá pra gente  
1436 compreender que é que vai dar pra gente homogeneizar as coisas, tem categoria que a  
1437 organização tá muito incipiente, que não tem Fórum Estadual, não tem Fórum Regional,  
1438 não tem comissão organizadora do Fórum Regional, então pra essa categoria de  
1439 organização incipiente, nós também vamos ter que pensar como é que a gente trabalha,  
1440 pra compor, ainda é, ainda é para compor é naquela parte das conferências regionais  
1441 ainda. Então, como que a gente com tanta adversidade no cenário pra gente ter clareza,  
1442 ter clareza do, do, dos fatos. É, então isso é uma coisa, a gente tem que ter claro quais  
1443 são os objetivos, porque quando a gente pensou por exemplo, o ato público, foi um ato  
1444 pra discussão dos preconceito dos usuários, o ato tem esses objetivo, porque o Conselho

1445 decidiu fazer esse Encontro junto com os Fóruns com todos os Conselho, então a ideia  
1446 inicial desse ato é a ideia de discutir o preconceito com os usuários, claro que o  
1447 preconceito pode ser geral, nós podemos focar e, escolher que tipo de voto que nós  
1448 vamos dar, sem problema nenhum, então acho que isso é uma coisa, tem que ficar  
1449 claro quais são os objetivos, e além disso, além dos Fóruns, ainda tem os Fóruns de  
1450 Conselhos Municipais, que também tem uma pauta do Conselho Estadual com eles. É,  
1451 nós podemos até priorizar, não os Conselhos Municipais, as URCMAS, nós vamos priorizar  
1452 a organização das entidades, nós vamos discutir com eles isso, como que eles vão  
1453 colaborar pra, organizar as entidades, aí nós vamos ter que ver se todas as URCMAS  
1454 tem entidades, que nós também sabemos que não tem entidades com presença em todos  
1455 os municípios, e em todas as regiões da mesma forma, tem regiões que tem mais do que  
1456 em outras, vamos dizer assim, então eu acho que nós temos que aprofundar aqui. E por  
1457 último eu não sei se vocês me permitem aí uma sugestão, talvez nesse momento no caso  
1458 das entidades, é talvez o mais importante aqui nesse momento seja o encontro dos  
1459 Fóruns já existentes ou daquela Comissão que tirou na Conferência Estadual, não tiramos  
1460 uma Comissão? Então, ali eu entendi que tem uma representação de todas as regiões,  
1461 então não sei, tem que ver exatamente qual que é o objetivo, meu medo é a gente juntar  
1462 tanta adversidades com tantos acúmulos diferentes, e a gente não ter clareza do  
1463 objetivo, do que é que a gente quer com cada uma dessas representações. (Rodrigo):  
1464 (Cris): Então, eu acho que talvez a gente não conseguiu fazer um relato, porque ontem  
1465 a discussão foi muito intensa, acho que tiveram muitos pontos que talvez a gente não  
1466 conseguiu trazer com a dimensão toda, proporção. Só para a gente visualizar a  
1467 organização do que nós pensamos. Ô Leo, por favor você só coloca a apresentação. O  
1468 que nós pensamos foi uma mesa de abertura, que tivesse lá um viés político, a gente fez  
1469 uma discussão muito importante pra uma mesa ser sólida para um Encontro desse, que  
1470 é um Encontro Estadual, é importantíssimo pra gente, histórico, a gente pensou numa  
1471 mesa que tivesse a presença do executivo, judiciário, legislativo, tá faltando aí gente,  
1472 não sei não, enfim, para dar essa solidez, pra mesa, na primeira mesa. Ô Simone talvez  
1473 eu não sei se isso contempla nesse sentido que você está dizendo o objetivo, não, lá em  
1474 baixo por favor, na primeira mesa nós pensamos da gente poder, essa discussão, não,  
1475 essa primeira, cadê a primeira, a tá, aí no ato, só pra gente ir na ordem, ali, a gente  
1476 tem a abertura, que vai ser uma mesa política, essa mesa de abertura, não, isso aí tá  
1477 misturado, é a mesa de abertura, e mesa de abertura é uma coisa só, a segunda parte  
1478 que seria o ato, eu acho que isso aí talvez ô Simone pela sua fala eu percebo que, acho  
1479 que você se perdeu assim sabe o que foi a primeira questão que foi pensada pra isso,  
1480 assim acho que se perdeu até a discussão, que essa a gente não fez a discussão na  
1481 perspectiva de ser a campanha ir pra rua, a gente não fez essa discussão, talvez a gente  
1482 tenha se perdido eu acho que vale a pena a comissão, fazer, rediscutir isso. No segundo,  
1483 nesse outro momento, que teria o almoço, o outro momento seria essa mesa, seria a  
1484 mesa pra gente discutir os aspectos comuns em todos os segmentos, da gente fazer essa  
1485 discussão mesmo e aí ontem nessa discussão, nós chegamos a conclusão de que era  
1486 importantíssimo fazer uma conversa que já está articulada aí, tanto com a Associação  
1487 de Municípios quanto com COGEMAS, para poder discutir questões do que nós enquanto  
1488 CEAS com o recurso que temos, com a estrutura e tal, nós podemos juntar forças para  
1489 colocar como ponto comum porque nós já estamos observando e recebendo como  
1490 demanda das comissões e dos Fóruns já formados com relação a logística e, também a  
1491 gente discutir ali qual a finalidade dessa mesa desses Fóruns, o porque disso, e fortalecer

1492    nessa perspectiva mesmo, é um espaço onde nós vamos discutir as questões mesmo  
1493    comum a necessidade da gente fazer uma articulação de fortalecimento de um Fórum e  
1494    fortalecer outro dentro de seu espaço, enfim, é um momento mais mesmo pra dar o tom  
1495    de uma objetividade, enfim o que nós vamos fazer. Nesse segundo momento ali, que a  
1496    gente pensa que é na parte da tarde é quando nós vamos nos dividir em plenárias pra  
1497    gente poder organizar de um ponto de vista das comissões regionais do COGEMAS, mas  
1498    também na perspectiva da unidade estadual desse segmento, então assim, ali são os  
1499    objetivos específicos do evento, os trabalhadores eles vão lá somados aos seus, as  
1500    URCMAS somadas as suas, fazer essas discussões pra ver esses status. É, inclusive na  
1501    primeira mesa voltando, gente, desculpe no que é comum nós discutimos muito em  
1502    questão da metodologia de rede, da gente discutir, nós pensamos nisso da construção  
1503    de redes inclusive que a Arlete deu essa sugestão que eu acho que ficou no lugar errado,  
1504    de discutir como se faz rede, metodologia pra isso, enfim, a ser pensada também pra  
1505    isso, que fez um plano junto com a Sedese, fez um plano de desenvolvimento lá do  
1506    Jequitinhonha, tem uma experiência, uma metodologia, de como desenvolver redes de  
1507    mobilização social então isso foi pensado ali, nesse segundo momento, nós vamos pensar  
1508    nos objetivos específicos, os trabalhadores tem a plenária, com o as suas necessidades  
1509    de plenária, o fortalecimento do Fórum Estadual que é o FETSUAS, enfim, as (entidades)  
1510    os usuários, o Isac fez lá uma defesa importante da discussão dentro de usuários da  
1511    questão, da importância do controle social inclusive das experiências exitosas, da  
1512    importância da participação do usuário, os trabalhadores não estavam presentes na sua  
1513    defesa mas, tem aqui já a sua proposta, e as entidades eles estão retomando que na  
1514    Conferência para os demais que talvez não tenham participado daquele momento, nós  
1515    fizemos uma reunião, uma Assembleia da Sociedade Civil das Organizações da Sociedade  
1516    Civil dentro do Fórum e fizemos uma indicativa para mostrar o mesmo na construção do  
1517    Fórum Estadual. Foi retirado uma comissão na qual quem faz parte dessa comissão  
1518    organizadora, Simone, que eu acho que é importante isso e, te responde, quem faz parte  
1519    dessa comissão organizadora são os conselheiros estaduais. Então, eles ficaram de fazer,  
1520    de fomentar isso. Outras pessoas se disponibilizaram, se colocaram, mas não existe  
1521    representatividade regional, dessa comissão. Entendeu? E aí, quando nós trouxemos aqui  
1522    no pleno anterior que foi aprovado a inclusão de entidades, foi com base na agenda de  
1523    luta de 2 anos, que tá lá prevista essa articulação e a fomentação e o fomento dos  
1524    Fóruns e com base na Resolução 580 que diz das URCMAS disso como uma função de  
1525    URCMAS de fomentar, de fortalecer então juntando essas 2 questões que nós estamos  
1526    pedindo com as entidades pra que nesse momento a gente consiga chegar nesse  
1527    momento que os trabalhadores, usuários, URCMAS estão vivendo que é ditando seus  
1528    Fóruns Regionais consolidados. Seria o que a gente conseguir fomentar as comissões  
1529    para poder organizar isso em seus territórios. Então nós estamos inclusive com as  
1530    entidades pensando estratégias de funcionamento que temos aqui entidades que tenham  
1531    perfis pra poder criar mesmo metodologias, nós já temos um apoiador pro Fórum um  
1532    apoiador de investimento pra isso, que nós já pensamos até em material mesmo para  
1533    poder fomentar os Fóruns. Então a gente acha importante trazer representantes, fazer  
1534    essa mobilização e aí nós vamos pensar dentro da comissão quem são essas entidades  
1535    que potencial que poderiam entrar aqui. A gente já fez essa discussão aqui. Temos um  
1536    conselheiro, o Márcio ele que vai fazer esse levantamento regional com instalação das  
1537    entidades, então a gente pensou bem numa coisa mais organizada não tem incipiente e,  
1538    e isso está bem assim, estratégico bem desenhado. Nós entendemos que vai ser uma

1539 oportunidade importante, porque inclusive como dissemos na outra plenária as  
1540 organizações da Sociedade Civil ela podem ser, ou, elas tem potencialidades para  
1541 fortalecer tantos os espaços de usuários, quanto de URCMAS quanto de trabalhadores,  
1542 porque muitos dessas organizações, que nós estamos aqui que estão em âmbito estadual  
1543 elas realizam estacionamento para Fóruns. Nós mesmo, enquanto Instituto dos  
1544 Missionários Sacramentinos aqui em Belo Horizonte nós vamos começar com um trabalho  
1545 de estacionamento de Fóruns, nós vamos começar pelos de usuários. Então, eu acho que  
1546 esse andamento que é importante pra nós enquanto entidade então nós fazemos essa  
1547 defesa. Agora com relação aos demais encontros gente, voltando lá pra proposta, que aí  
1548 ficaria, ah tá, uma discussão que achamos importante, nós até pensamos assim, vamos  
1549 fazer 3, 3 plenárias onde tem trabalhadores, usuários e entidades e as URCMAS nós  
1550 faríamos todos juntos porque todos compõe URCMAS todos os segmentos compõe a  
1551 URCMAS, nós pensamos onde ficariam os outros conselheiros por exemplos, vou dar  
1552 exemplo de casa, eles estariam lá em casa aonde, então a gente tem que pensar que,  
1553 é importante também os Conselhos eles fazerem essas discussões de fortalecimento e,  
1554 ter esse espaço também. Então, por isso nós pensamos em 4 plenárias. Então, subindo,  
1555 por favor ô Leo, na parte da, subindo não descendo, desculpe Leo, descendo, nós  
1556 pensamos que na parte da manhã, seria plenária de convergência, que seria uma mesa  
1557 montada pro relator dos trabalhadores, um relator das entidades, um relator de usuários  
1558 e o Presidente do Conselho Estadual, aonde nós vamos pensar juntos o que que podemos  
1559 articular quais são os nossos desafios as nossas potencialidades o que que juntos, como  
1560 é que vão voltar para as nossas regionais de maneiras articuladas em seus pares assim,  
1561 articuladas em seus pares e em segmentos pra fortalecer o SUAS. Essa é a proposta.  
1562 Então conclusão de trabalho e plenária seria basicamente isso. É, e aí é nesse sentido  
1563 mesmo, que eu acho que a gente tem que então retomar enquanto comissão, comissão,  
1564 a discussão do ato que eu acho que ele ficou acho que ficou perdido nisso que a Simone  
1565 traz de fato nós ficamos lá discutindo que são muitas bandeiras, mas já tinha uma  
1566 bandeira e uma proposta para esse ato. (Rodrigo): (Luanda): Então gente, eu queria só  
1567 reforçar essa questão mesmo do tempo, assim eu achei a proposta muito interessante,  
1568 muito mesmo, mas pra, assim, eu estou dizendo da necessidade do coletivo de  
1569 trabalhadores não vai atender a gente nessa necessidade que é que tá que é que gente  
1570 demandou pro CEAS inicialmente, inclusive na reunião que a gente teve, que é de fazer  
1571 essa plenária de trabalhadores que vai demandar muito tempo nosso, assim, reunidos  
1572 juntos mesmo. Então assim, o que a gente propõe, é pois, é – (Rodrigo): Pois é, o que?  
1573 (Luanda): Elas estão falando que faz a noite, é, o que a gente, pois é, o que a gente  
1574 propõe assim, inicialmente o que foi pensado talvez é manter aquela proposta original  
1575 da gente, da gente ter a tarde, e ter a tarde da manhã de sexta, ao invés da  
1576 convergência, a convergência vim no final, talvez assim uma hora, mas a gente ter 4  
1577 horas da manhã de sexta pra gente continuar. (Rodrigo): No microfone, gente –  
1578 (Luanda): A plenária a tarde eu sei, eu sei da plenária a tarde, só, porque a gente vai  
1579 precisar de mais, isso é real assim, a gente vai três horas para fazer uma plenária de  
1580 trabalhadores pra eleger coordenação, eleger Núcleo de Educação Permanente, rever  
1581 regimento interno, rever regimento interno de fotos, dar orientações para os outros que  
1582 estão, isto então impossível, impossível e essa é a necessidade de trabalhadores, assim,  
1583 então eu estou colocando aqui enquanto uma necessidade do Fórum Estadual de  
1584 Trabalhadores que é fazer esse Encontro de Trabalhadores mesmo, então assim, algo  
1585 que a gente vai precisar ver aqui e ver se não possível com esse programação e com



1586 esse Encontro que a gente então viabilize um outro tipo de Encontro para os  
1587 trabalhadores porque essa é uma necessidade mesmo dos trabalhadores. E, e acho que  
1588 é isso. (Rodrigo): (Simone): Não, primeiro Luanda é o seguinte, eu vou repetir, os  
1589 interesses são vários, se a gente for pegar o interesse que você está trazendo aqui e  
1590 levar pra uma região que tem pré-comissão, o interesse vai ser outro. Vai ter interesse  
1591 outro. Vai ter interesse de organizar. É isso que eu estou chamando atenção. E o  
1592 interesse aqui nós estamos encaminhando Deliberação de Conferência, se você pegar  
1593 Deliberação de Conferência, tá lá, o que que as URCMAS acham que devem ser, de ser  
1594 feito, então nós, aqui é o Conselho, nós estamos tentando conciliar uma agenda do  
1595 Conselho e não uma agenda de organização dos trabalhadores, é diferente tem coisa que  
1596 é comum tem coisa que é diferente, acho que quase tudo é comum, em estágios  
1597 diferente, vamos dizer assim, então nesse sentido eu acho que é tem algumas coisas  
1598 que a gente tem que também deixar mais claro, então eu vou fazer umas perguntas,  
1599 perguntas que ajudam a gente a, a pensar e ver se, se eu entendi. Então a primeira  
1600 mesa o objetivo dela, olha se é isso que eu entendi: como comparecer a Sociedade Civil  
1601 através da organização dos Fóruns, aí nós vamos trazer, trazer várias, debates aqui, o  
1602 debate bateria de redes, que é muito importante pra organização de Fóruns, a gente vai  
1603 trazer o debate da importância de fortalecer a sociedade civil que é o debate mais político  
1604 de conjuntura hoje e vamos trazer possíveis aliados como COGEMAS, Associação de  
1605 Municípios, aí depois discute quem são é pra, pra apoiar mesmo . Entendi. (Luanda): E  
1606 a questão da logística. (Simone): Não entendi, apoiar física, política e financeiramente.  
1607 Tá. Aí os objetivos específicos, aí é que tem que ver que nos objetivos específicos é que  
1608 eu acho que talvez a gente tem que discutir melhor nos objetivos específicos, objetivos  
1609 dos usuários, os usuários querem discutir a importância da participação dos usuários, e  
1610 aí tem que lembrar que nós temos Deliberação de Conferência e, na Deliberação de  
1611 Conferência é, deixa eu ver se eu lembro de cor, cabeça doidão, é a comissão provisória,  
1612 ela tem que dar, que for de comissão provisória, a gente tem que dar orientação pra se  
1613 transformar em Fórum e aonde tem Fórum, parece que as primeiras coisas são regimento  
1614 interno, carta de princípios. Então talvez gente, a gente pegar das Deliberações da  
1615 Conferência, pegar os objetivos, e quem sabe essa ideia mesmo que vocês colocaram  
1616 que é excelente o pessoal já sai daqui com a orientação nas mãos, que é o que eles estão  
1617 esperando, aí no caso das entidades, vê se eu entendi então, o debate com a União de  
1618 Conselhos, primeiro nós vamos pedir que os representantes das Uniões de Conselhos  
1619 sejam entidades, é isso, que quem vem representando as URCMAS sejam entidades?  
1620 Não é questão de 2 a mais não gente. Eu quero saber como as URCMAS vão fazer isso.  
1621 É transferir o conflito lá para fora. É minha opinião. Eu insisto em dizer que eu acho, se,  
1622 é Fóruns, aqui na, nas entidades eu acho que a gente tem que aprofundar como que vai  
1623 ser isso aqui. Eu estou lembrando, eu vou lembrar a vocês como é que foi a tiragem de  
1624 Delegados, vocês lembram como é que foi, foi uma confusão danada pra indicar o  
1625 representante das entidades, como que foi complicado eu só não entendi que eu queria  
1626 entender, nós não tiramos uma comissão provisória no nosso debate das entidades? Eles,  
1627 porque que não convida eles? Não é o Golpe Nome, tá, não era o Golpe Nome, eu que  
1628 tive a ilusão então que foi o Golpe Nome, então tá, entendi, é eu acho que aqui a gente  
1629 tem que clarear um pouco como que vai ser, porque as URCMAS elas são o que, elas são  
1630 a representação dos Conselhos Municipais, é então uma saída pode ser, não, a gente vai  
1631 priorizar as entidades que participam das URCMAS, duas, é, que participam dos  
1632 Conselhos que participam das URCMAS, é, então eu acho que aqui tem que ficar mais

1633 claro por que aí gente se for isso então que as URCMAS tem dois objetivos, tem a pauta  
1634 das URCMAS que também tem pauta específicas e a gente vai priorizar que elas  
1635 fomentem a participação das entidades, é isso. E aí, e aí eu acho Luanda que realmente  
1636 não tem alternativa. Eu acho que o próprio Fórum Estadual de Trabalhadores tem que  
1637 entender que nós estamos num momento de, de momento de organização, que talvez  
1638 esse debate mais, mais de, sei lá, de coisa pra frente, assim, de luta, isso talvez vocês  
1639 tem que fazer realmente em outro momento e eu acho que nós temos a noite aí também,  
1640 para todos, para usuários, para trabalhadores, para entidades, noite livre para luta,  
1641 podemos até colocar noite livre para luta. (Rodrigo): Seu João. (João Crisóstomo) –  
1642 Representante da CMAS, – Gente, é o seguinte, eu vim com uma preocupação desse  
1643 Conselho, com relação ao fortalecimento desses Fóruns, e uma questão que tem me  
1644 chamado a atenção é justamente do espaço que nós quando representante dos Conselhos  
1645 Municipais vamos ter dentro dos Fóruns porque por exemplo, a gente quando fala aqui,  
1646 Fórum de Trabalhadores, Fórum de Usuários, é isso Cris, que a minha dúvida é quase  
1647 que igual da Simone, como que a gente faz, a seleção pra isso é fácil, pra vir pra esse  
1648 Encontro, por que lá na URCMAS, lá no Fórum eles definem quem virá, aí na hora que a  
1649 gente vai falar dos Conselhos se a gente priorizar que não, que seja representante  
1650 Sociedade Civil nenhum dos dois espaços, se a gente trazer mais um, fica prejudicado  
1651 a representação dos Conselhos principalmente nós da Sociedade Civil, então a forma de  
1652 trazer que é complicado e, mais um agravante, é que nem todos os espaços de regionais  
1653 onde a gente tem as URCMAS estão constituídas pra esse Fórum de Trabalhadores, de  
1654 Usuários e da própria URCMAS que não tem as vezes representantes. Como eu estava  
1655 olhando em alguns casos, de pessoas da Sociedade Civil, as vezes quem tá lá, representa  
1656 mais o Governo dentro do Conselho do que Sociedade Civil. Então tem que pensar nisso  
1657 sim, porque senão só prejudica um lado, só nós que somos usuários, que melhor  
1658 representa os Conselhos Municipais como Sociedade Civil, acabamos prejudicados nessa  
1659 discussão, a gente tem que pensar em trazer pra cá também, essas pessoas, esse  
1660 público, esses atores, que também contribuem com a população da política mas, as vezes  
1661 não tem espaços dentro dos próprios Conselhos. É porque a gente vê no interior, nós  
1662 temos um caso, nós estávamos falando agora com a Arlete, vamos ter que fazer a nossa  
1663 reunião da URCMAS, desses Fóruns antes do Encontro, porque lá tirou um colegiado que  
1664 ficou com 60, pra tudo, e acaba que nós não tivemos uma reunião até hoje. É só pra  
1665 vocês ajudar a gente de que forma que nós vamos solucionar e equacionar essa questão  
1666 de quem virá. Entendeu? (Rodrigo): Alice – (Alice): Fórum Municipal dos Trabalhadores  
1667 de Belo Horizonte – é a gente, é porque teve uma questão inicial nisso, que a gente veio  
1668 pra mesa diretora aí do Conselho pra poder pedir apoio de financiamento pra poder trazer  
1669 as pessoas pra gente conseguir começar uma articulação a nível estadual, e aí foi dito  
1670 que esse seria o momento, então por isso que a gente pensou e organizou essa pauta  
1671 em cima desse momento, a gente tá vendo que não dá com isso aí, por que é muita  
1672 coisa, a gente não conhece, tem a questão de organização, que na verdade esse  
1673 momento a gente já teria que ter ido pra ele preparado, a gente não conhece isso, só  
1674 que a nossa dificuldade é como se preparar se a gente, não tem como trazer esses  
1675 trabalhadores pra cá, senão a gente vai acabar ficando no núcleo, hoje a nossa  
1676 coordenação provisória tá com 4 pessoas, senão a gente vai acabar ficando nesse núcleo  
1677 de 4 pessoas formado por BH, Betim e Região Metropolitana que é perto, e a gente não  
1678 vai atingir nunca os outros lugares, essa é nossa questão, assim, então existe uma outra  
1679 possibilidade da gente fazer isso em outro momento com recurso? Essa é a minha

1680 pergunta. Não. Aí vai ser difícil. Porque eu acho também que ir pra um momento desse,  
1681 despreparado de mobilização é difícil demais também, como que a gente vai chegar lá,  
1682 onde não existe trabalhador, em julho, a gente não tem a menor condição de fazer isso  
1683 não. (Rodrigo): Soyla. (Soyla) – CMAS de Paracatu – É em junho, viu. Final de junho.  
1684 Mas eu gostaria de dizer o seguinte uma coisa importante é a definição da data, eu acho  
1685 que isso é coisa extremamente importante, outra coisa é que a comissão mesmo que ela  
1686 partisse até pra madrugada, ela não ia esgotar as possibilidades para trazer para o pleno  
1687 uma coisa bem formulada, então assim tá em construção, tudo na vida acho que está  
1688 em construção ultimamente, agora a questão do FETSUAS eu gostaria de sugerir a vocês  
1689 porque pensando no cronograma, desenhando, como bem diz a Cris, a gente tem que  
1690 desenhar, então no período da tarde vai se iniciar o processo, nada impede que o  
1691 FETSUAS faça uma reunião no período da noite, como eu sei que vocês fazem, costumam  
1692 fazer, acabou a nossa reunião no período da tarde, parte para uma reunião no período  
1693 da noite, e no outro dia de manhã vamos continuar porque vai ter plenária conjunta,  
1694 entendeu? Porque algumas coisas por exemplo, dá pra trazer para regimento, já mais ou  
1695 menos moldado pra poder ser discutido lá, então já tem, mas assim eu sei que vocês  
1696 tem, é, mas assim o que é importante é só a nível de sugestão entendeu, mas a gente  
1697 pode pensar no contexto porque no período da tarde já vai estar envolvido com a fala  
1698 do FETSUAS vai pra noite envolvido na fala do FETSUAS no outro período, vai casar, vai  
1699 ter tempo vocês vão ter 1 dia e meio quase, quase um turno da noite, Simone, então  
1700 quando a gente pensa nisso a gente tem que entender também quando a gente fala de  
1701 objetivos gerais específicos, a gente tem que compreender que a gente não vai conseguir  
1702 atender todos os nossos objetivos, a gente não vai matar essa cobra com pau sabe, tem  
1703 que ser uma porrada mesmo, não vai dar, a gente vai conseguir inicialmente, legitimar,  
1704 mostrar pra a sociedade, que a gente está legitimando os Fóruns Arlete, gracinha, Arlete  
1705 levantou a possibilidade da questão das redes, que eu acho que é importante demais, a  
1706 questão da logística, a gente pensou inicialmente, a gente não vai atingir todos os  
1707 objetivos, que como bem disse Simone a diversidade é grande, e são comuns as questões  
1708 dos Fóruns? São só que estão em estágios diferentes e a gente tem diversidade regional  
1709 que é muito grande. É isso que eu queria dizer, tá obrigada. (Rodrigo): Juanita.  
1710 (Juanita)– Federação das APAEs: Na verdade com relação à representação de entidades,  
1711 que a gente pensou duas perspectivas, a gente vai amadurecer isso, a primeira inicial foi  
1712 com relação ao apoio das URCMAS porque já está organizada regionalmente e, aí já tem  
1713 todas as representações, então esse foi o pensamento inicial, no segundo momento a  
1714 gente pensou em pegar as entidades cadastradas no CNEAS regionalmente e, identificar  
1715 as duas pra tentar ter uma representatividade mais, é quando em meio território então  
1716 essa possibilidade também foi pensada porque nós temos um conselheiro que tem  
1717 habilidade pra isso, então assim apesar de parecer que está no estágio inicial, a gente  
1718 pensou em todos os prós e os contras. Será um desafio? Será, mas pra todos pra  
1719 Sociedade Civil é tudo muito desafio. (Rodrigo): Luanda: Ô gente, eu queria fazer só  
1720 uma questão de esclarecimentos mesmo porque eu acho que ficou meio confuso assim,  
1721 a questão dos trabalhadores, o que estou dizendo, o que a gente está dizendo, é que  
1722 existem Fortes de Trabalhadores Constituídos, existem Fortes de Trabalhadores em  
1723 Constituição, Comissões que o FET tá em contato com estes Fortes, a gente já atende  
1724 essa demanda deles que é de pedir regimento, pedir carta de princípios, a gente já vem  
1725 mandando isso por e-mail, fazendo conversas, participando dos grupos deles de  
1726 Whatsapp, a gente vem participando dessa mobilização dos trabalhadores. A proposta

1727 desse Encontro pra gente enquanto FET Estadual não seria basicamente pra só fortalecer  
1728 esses trabalhadores que já está em Constituição mas, para fortalecer o próprio Fórum  
1729 Estadual, porque assim, e aí foi isso o que a gente demandou quando a gente fez a  
1730 reunião com a mesa diretora no FET-CEAS e, a gente demandou isso. O Encontro seria  
1731 para que a gente recompusesse mesmo o FET, a coordenação do FET ela é a mesma  
1732 desde 2015 e, nós estamos em 2018, nós ainda não fizemos uma plenária de  
1733 recomposição do FET, então a gente teria a presença de representação dos vários  
1734 trabalhadores, das várias regionais representados aqui e que poderiam ajudar na  
1735 recomposição deste Fórum Estadual, então quando eu digo revisão do regimento interno  
1736 não é dos Fortes, é do FET a gente tem um regimento interno que é 2015, que está  
1737 desatualizado, depois de 2015 teve Forte, teve Conferência Regional, então assim, a  
1738 gente precisa atualizar nosso regimento também, a gente já vai levar uma proposta  
1739 pronta de atualização e a gente já vai votar isso lá com o coletivo de trabalhadores. Então  
1740 assim, o que eu estou dizendo é que a gente vai precisar de tempo com esses  
1741 trabalhadores para a gente articular dessa forma, não necessariamente para articular  
1742 formação de Forte, formação de Comissões, porque isso já está acontecendo. É isso  
1743 assim. Não sei se ficou agora ficou mais nítido para todo mundo. (Rodrigo): É  
1744 Consolação: É, eu entendo, essa etapa junto na demanda do Fórum, o FETSUAS estava  
1745 na mesa diretora, e vocês colocaram isso mas, colocaram também a questão do  
1746 fortalecimento porque desde o início, nós apresentamos que iria para Comissão de Apoio  
1747 naquela data, a proposta do Conselho em relação a esse fortalecimento, porque além da  
1748 pauta de vocês existe a pauta do CEAS, que é Deliberação de Conferência que tem que  
1749 cumprir também. O que eu acho interessante que a gente poderia estar propondo quer  
1750 dizer a Comissão de Apoio pensando isso, é colocar as atividades na parte da noite  
1751 compondo a nossa programação, se você compõe a programação de evento e, chama  
1752 pra aquilo, já você pressupõe uma participação integral, então você já ganha isso aí,  
1753 então a gente coloca uma programação que vai, que é como a gente fez até em relação  
1754 de Conferência. Então isso é possível de ser feito, eu acho que tem uma participação e  
1755 otimiza o que nós estamos pensando, otimizar tempo, recurso tudo que é aquilo que já  
1756 foi dito. A segunda coisa que eu queria, que eu quero colocar, é que a gente também  
1757 tem um tempo para os Ofícios, pra fazer a inscrição, porque mesmo entrando com o  
1758 processo de licitação, eu preciso já estabelecer de que município vem, quem são essas  
1759 pessoas, pra saber o custo da passagem como é que faz ou seja, eu também não posso  
1760 esperar as definições de quem vai ser convidado para a próxima plenária do Conselho,  
1761 os ofícios tem que vir agora, a gente vai ter que já chamando, identificando porque eu  
1762 apresentei ontem, na reunião da comissão, que tem etapas que a gente tem que cumprir,  
1763 saber que é, gente ver se tem alguma dívida em relação à própria Conferência que nós  
1764 estamos revisando, toda prestação de contas das Conferências, é então tudo isso a gente  
1765 tem que tá nesse processo. Por isso eu acredito que na próxima semana, ou a gente  
1766 tentar já fechar esses critérios, assim, nós vamos chamar é dessa forma, então a gente  
1767 já sabe que usuário, trabalhador e a URCMAS já saber como fazer essa solicitação, sair  
1768 hoje daqui a solicitação também para as entidades, pra que a Secretaria Executiva possa  
1769 oficializar e, a gente realmente utilizar esse tempo previsto porque senão, pode de novo  
1770 a gente não conseguir operacionalizar se esperar uma próxima reunião. Obrigada.  
1771 (Rodrigo): Gilberto – (Gilberto) – COGEMAS - Eu acho que a gente tem dois objetivos aí,  
1772 eu queria falar até enquanto membro da Comissão, que é defender usuários e reorganizar  
1773 os Fóruns, todos os Fóruns inclusive , o Fórum de trabalhadores ele sai com uma

1774 vantagem, na frente, porque ele já tem uma pré-experiência de organização, da  
1775 mobilizado mas o Fórum de Usuários por exemplo a gente não tem nenhuma experiência  
1776 de organização nem localmente nem regionalmente, então a gente tem essas duas  
1777 tarefas que vira objetivo então pra gente gastar esse tempo com essas duas tarefas o  
1778 ato vai cumprir o objetivo de defesa dos usuários, na minha opinião com mais clareza, é  
1779 claro que a organização dos Fóruns também cumpre esse papel de defender usuários,  
1780 mas pra gente conseguir dado as questões levantadas pelo pessoal do Fórum de  
1781 trabalhadores, eu acho que a gente deveria fazer o ato a mesa de abertura e, depois  
1782 ficar só dedicado a organização dos Fóruns, e cada segmento depois produzir material  
1783 como relatório e compila esse relatório depois socializa, até pra gente poder saber o que  
1784 aconteceu em outros espaços de outros Fóruns. É quanto a questão das entidades, eu  
1785 ainda não tenho um juízo formado não, preciso pensar com mais clareza, mas a respeito  
1786 disso eu acho que gente não precisa se encontrar numa plenária final para contar um pro  
1787 outro o que fez, a gente tem que cumprir a tarefa de que, sair com Fóruns minimamente  
1788 organizado pra que a gente possa mobilizar pro interior também. Eu acho que eu penso  
1789 dessa maneira eu não sei se contempla uma saída pra a gente poder encaminhar essas  
1790 duas tarefas também pra fazer. Obrigado. (Rodrigo): Débora – (Débora) – SEDESE- Eu  
1791 acho que o Gilberto já colocou bastante na linha que eu queria colocar, além desses dois  
1792 objetivos eu acho que tem dois, vamos dizer assim, dimensões da organização dos  
1793 Fóruns eu acho que uma tem haver, da carta de princípios, é da luta, inclusive foi  
1794 aprovado na Conferência um plano de lutas, e eu acho que é bacana, o que eu acho que  
1795 é novo do que está acontecendo aqui em Minas é que esse plano de lutas ela é de todo  
1796 os segmentos, à entidades, as URCMAS eu acho que isso que é bacana que, que é a  
1797 dimensão que eu diria, que é do plano de luta, de defesa do SUAS, de defesa da política  
1798 com enfoque aqui que a gente vai dar na visibilidade do preconceito que a sociedade  
1799 tem com os usuário. Agora acho que tem uma outra dimensão, que eu entendo o que a  
1800 Luanda está trazendo que é da organização, assim, do Fórum Estadual que vamos dizer  
1801 assim que é da dimensão de quem é da Coordenação, da eleição da, da nova  
1802 Coordenação, tal, acho que isso é fundamental mesmo e, aproveitar esse momento era  
1803 importante, mas eu penso que assim, por outro lado a gente muitas vezes a gente faz  
1804 essa parte institucional, organizativa sem conteúdo as vezes porque também não tem  
1805 tempo então nós estamos em vantagem aqui porque a gente vai ter toda uma discussão,  
1806 e aí é claro que tem pautas exclusivas para cada um dos segmento e, aí Luanda eu acho  
1807 que seria muito importante, eu acho que essa parte eu não sei se demoraria mais que  
1808 uma hora sendo que durante o seminário, consegue vencer essa pauta de conteúdo  
1809 mesmo, de como que os trabalhadores vão organizar, talvez seja o ideal seja é fazer fora  
1810 do horário mesmo, sei lá, uma hora, uma hora e meia no final, não precisa nem entrar  
1811 a noite a dentro, pra luta também ser, acontecer divertida, mas porque, porque tem  
1812 representante de URCMAS que são trabalhadores também, as vezes ele não está no  
1813 Fórum do Trabalhadores mas tá lá no da URCMAS, então uma oportunidade e, aí eu diria  
1814 que tem também pessoas que talvez não estarão no Seminário, especialmente BH e  
1815 região metropolitana, que podem ser convidada para essa reunião extra, aí eu acho que  
1816 é uma reunião que o Fórum chama, aproveitando que os trabalhadores estão aqui com  
1817 a institucionalidade que o Fórum tem pra isso, pra fazer eleição da nova Coordenação,  
1818 etc. e tal, eu penso que mais ou menos por aí poderia ficar legal porque aí inclusive é  
1819 mais amplo pro Seminário. (Rodrigo): Pessoal eu vou, Alice pediu e eu acho que já tinha  
1820 que começar a pensar nos encaminhamentos, você agora Cris, porque o nosso tempo já,

1821 a hora já está bem adiantada, e agente precisa eleger pelo menos a comissão atendendo  
1822 o que foi pedido, a gente concordou que seria no retorno, se alongou muito, mas eu sei  
1823 que fechar obviamente não estou cerceando a democracia jamais, mas eu acho que a  
1824 gente precisar dar, agora começar dar encaminhamentos, tá? – (Cris): Então, só pra, eu  
1825 acho que a gente vai fazendo as discussões, e a gente são tantas discussões, tanta  
1826 discussão que faz a gente perder o foco mesmo, nós estamos tratando aqui sim de uma  
1827 Deliberação de Conferência, uma Conferência Estadual que foi muito forte é com  
1828 deliberações que vem de Regionais, que já foram diretamente absorvida com uma  
1829 Deliberação Estadual, nós temos uma Conferência aí muito sólida que traz essas questões  
1830 todas, então eu acho que o objetivo de fato ele tá na discussão das organizações dos  
1831 Fóruns mas, nós temos que pensar gente em metodologia, não vamos aqui enquanto  
1832 Conselho Estadual achar que nós vamos dar conta de tudo, nós não vamos dar conta de  
1833 tudo, por isso que ontem enquanto a gente estava na Comissão de Apoio, nós fizemos a  
1834 discussão que é possível sim e, já tá encaminhado uma conversa com a Associação de  
1835 Municípios, com o COGEMAS, que a gente sabe que não vamos dar conta disso e, aí eu  
1836 acho que é quando o FETSUAS vem aqui e traz olha nós precisamos organizar o FETSUAS,  
1837 nós precisamos entender que o FETSUAS pode ser um forte parceiro para a organização  
1838 dos Fóruns, nós enquanto Conselho Estadual, nós não temos nem recurso e, nem pernas  
1839 para poder fazer essa organização dessa a essa maneira, então nós temos que pensar  
1840 que talvez também seja o momento da gente dar espaço e possibilitar o fortalecimento  
1841 desses parceiros, eventuais parceiros, o FETSUAS ele enquanto Fórum Estadual de  
1842 Trabalhadores, e aí eu acho que é o segmento talvez que seja melhor organizado nessa  
1843 discussões tá em outro momento e eu acho que a gente como Conselho Estadual precisa  
1844 respeitar esse momento dos trabalhadores. Eu penso isso. Agora com relação a defesa  
1845 dos usuários, eu acho que aí foi muito feliz o meu colega, que é de falar disso, disso para  
1846 frente o NOT a grande motivação de toda a organização é a defesa do usuário, e eu acho  
1847 que isso é a transversal e é discussão inclusive com as entidades, isso tá muito, pra nós,  
1848 tá muito nítido isso, e quando nós colocamos aqui colocamos na minha fala inclusive que  
1849 nós enquanto entidade podemos e somos forte potencial pra organização dos Fóruns não  
1850 só de Entidade mas, os demais Fóruns é entendendo que a Assistência Social na  
1851 Assistência Social na resolução 27 do Conselho Nacional está lá a prerrogativa do  
1852 assessoramento a Fóruns, Usuários, tá escrito isso escrito lá e, muitos de nós executamos  
1853 isso, então isso é uma coisa que eu acho que a gente tem que pensar isso assim até  
1854 porque quando a gente fala de Fóruns Usuários e eu estou fazendo esta reflexão pra  
1855 dentro da organização pela qual eu represento porque que nós lá nós vamos direcionar  
1856 outro dia até me perguntaram do Fórum Estadual porque a gente não doa tanto mais  
1857 como a gente doava antes, pra organizações, nós fizemos uma reorganização do nosso  
1858 estacionamento para que o nosso estacionamento fosse mais voltado pro usuário mais  
1859 possível, quanto mais voltado para o usuário melhor, e aí quando nós pensamos que  
1860 75% das vagas hoje na assistência social está dentro da rede das organizações da  
1861 sociedade civil, nós estamos dizendo que a mobilização também para o Fórum de  
1862 Usuários apertasse a nova rede então eu acho que isso, com as entidades, nós pelo  
1863 menos as entidades que estão aqui, nós temos muito nítido isso, nós temos aqui 3  
1864 entidades, 4 entidades que são de assessoramento, então pra gente está muito nítido,  
1865 então eu acho que a direção pra todos nós eu acho que essa defesa de usuários, acho  
1866 que nós temos de fazer aqui uma reflexão de que o CEAS não dá conta sozinho. Nós  
1867 temos que buscar os parceiros. E hoje eu vejo o FETSUAS como parceiros. Não pelo

1868 detalhe que acho que a gente não reforçou aqui, aí eu vou pedir licença aos usuários pra  
1869 poder dizer que nós falamos disso ontem e, talvez isso não tenha sido colocado foi a  
1870 questão do Fórum Estadual de Usuários que existe essa necessidade dessa discussão que  
1871 foi colocado ontem, que tá lá e que precisa ser mobilizado, que precisa ser tratado, então  
1872 tem alternativas de questões que já estão postas, não dá pra gente desamarrar e pensar  
1873 somente na organização dos Fóruns Regionais, existem outras questões que já estão  
1874 postas que também precisam ser acabadas no sentido da sua discussão, de finalidade, de  
1875 esgotar a discussão pra fortalecer todo o movimento, porque parece que são várias  
1876 discussões que não estão amarradas e elas estão amarradas, Fóruns Estaduais eles são  
1877 só potencializadores dos regionais e os regionais dos municipais, então assim, eu acho  
1878 que a gente tem que ter esse cuidado de, pensarmos que para efetivar uma Deliberação  
1879 existem caminhos, e aí a gente se prender só, é Deliberação? É, o objetivo é esse, mas  
1880 vamos ter que passar por aqui ou por ali, eu gostaria muito de que essa proposta e esse  
1881 momento dos trabalhadores inclusive fossem compartilhado conosco e aí quando eu faço  
1882 a defesa da mesa final de amarrar é de compartilhar as metodologias, essas metodologias  
1883 que os trabalhadores tem inclusive de uma metodologia que eu acho que é  
1884 extremamente importante os trabalhadores entendem isso como movimento, não  
1885 entendem isso somente, quando se propõe aqui a reunir a noite, e que as reuniões do  
1886 FET aqui e de trabalhadores são feitas a noite, a gente tinha que fazer essa discussão  
1887 para dentro dos usuários, a gente tem que fazer essa discussão pra dentro de URCMAS,  
1888 a gente tem que fazer essa discussão pra dentro de entidades também, como que é isso  
1889 e pensar na metodologia por isso que eu acho diferente do que foi colocado aqui, que  
1890 essa mesa de que nós vamos fazer convergência ela é extremamente importante, porque  
1891 nós vamos fazer convergência de experiências, nós vamos fazer convergência de  
1892 condicionalidades de dizer assim olha, tem organização tal que tá, a organização de  
1893 sociedade civil tanto que tá dentro do estado, que tem uma influência regional que tem  
1894 ali o seu estacionamento que pode de repente dar uma estrutura administrativa para  
1895 alguns desses Fóruns, então eu acho que nós precisamos desse espaço da convergência  
1896 sim é eu acho que a gente precisa discutir logística de nossos parceiros e nossas  
1897 parcerias na primeira mesa, da gente discutir pra dentro, as nossas questões, cada um  
1898 dos Fóruns aqui tá num momento, cada segmento tá num momento e, nós precisamos  
1899 acho que amarrar isso numa plenária final. Então eu assim defendo a proposta e defendo  
1900 a proposta fazendo a defesa dos parceiros que vão vir para sanar isso. (Rodrigo):  
1901 (Wilson): É porque eu estava pensando o seguinte em relação a essa questão eu ouvi  
1902 várias falas de ter encontro e não ter encontro, eu estava pensando seguinte, se existe  
1903 a possibilidade da gente de tentar negociar a questão do horário, por exemplo se a nossa  
1904 Conferência fosse só pela manhã uma coisa mais objetiva mais planejada de 2 horas e,  
1905 o encontro ocupar a partir de 10 horas o dia inteiro e ir até a hora que acabasse, isso  
1906 não seria viável não? (Rodrigo): (Simone): Ô gente, calma são só sugestões  
1907 companheiros, eu queria presidente propor o seguinte, propor que esse debate claro,  
1908 volte pra comissão de acompanhamento de conselhos, nós precisamos aprofundar só que  
1909 tem vários elementos pra comissão pensar, ou até a luz da nossa discussão aqui, eu  
1910 entendi que tem coisas que são comuns, então me pareceu que o objetivo que foi  
1911 sistematizado pelo conselheiro Gilberto, todo mundo concordou que nós vamos fazer o  
1912 Encontro Estadual pra defender os usuários e fortalecer os Fóruns, então esse é o  
1913 objetivo, e nesse título é importante que o ato, que a mesa que é comum no primeiro  
1914 dia eles traduzam um pouco esse objetivo comum e parece também que há um consenso

1915 que precisam separar pelo menos separados e aí, tem 2 propostas que parece, eu não  
1916 sei se elas são antagônicas, é preciso um método resolver isso, como que separa e  
1917 integra, que dependendo do método é absolutamente possível fazer isso, é separar e  
1918 integrar, mas eu acho que a grande novidade que apareceu aqui na conversa tencionada  
1919 pelo glorioso Fórum dos Trabalhadores é a importância do debate dos Fóruns Estaduais.  
1920 Então ele tem que entrar aqui, aí tem o debate do Estadual que é diferente do Regional,  
1921 ele tem que ser contemplado, aí não é negócio de sobrar noite não, aí nós vamos ter que  
1922 contemplar e, talvez contemple dentro da noite mesmo aí discutir o Fórum Estadual dos  
1923 Usuários, Fórum Estadual dos Trabalhadores e o CEAS com os Conselhos Municipais, que  
1924 aí também tem o debate estadual, eu acho que é diferente mesmo tem razão, tem o  
1925 debate que é regional e tem o debate que é estadual, e acho que a tensão de vocês foi  
1926 ótima aqui, nós em cima de vocês e vocês em cima de nós, nós com a regional e vocês  
1927 com o estadual, pra gente compreender que é importante, que todos dois são  
1928 importantes, não adianta fortalecer um se não fortalecer o outro, a verdade é essa gente,  
1929 se é que a verdade existe. Agora o gargalo gente, com todo o respeito que eu tenho e o  
1930 que depender da gente puder ajudar pra organizar as entidades, quando eu falo  
1931 incipiente, não é incipiente com sinônimo de negocinho não, é incipiente no sentido que  
1932 ainda não tem Fórum, só isso, é só isso mesmo. Esse aí ainda nós temos que pensar  
1933 melhor, eu tenho certeza que vocês vão trazer uma proposta lembrando gente, que olha,  
1934 esse negócio da gente escolher é complicadíssimo, isso é complicadíssimo, vocês viram  
1935 aqui, o João já levantou uma lebre a mesma da Conferência Estadual, a mais vai chamar  
1936 as URCMAS, vai ser URCMAS, vai ser para apresentar as entidades, vai para apresentar  
1937 Conselhos então é uma questão que eu acho que vocês deveriam debruçar e pensar  
1938 como que vai ser nesse momento. Enfim, eu faço essas sugestões, e não acho que a  
1939 gente tem que fechar, e nem tem condições de fechar nada aqui, na verdade nós  
1940 levantamos pontos que eles devem retornar pra comissão. (Rodrigo): É, vou passar a  
1941 palavra pra vocês Alice, rapidinho, mas eu penso também, aproveitando esse  
1942 encaminhamento da Simone que poderia talvez ser, uma reunião conjunta entre a  
1943 comissão de Políticas e a de Apoio pra desenhar esse Encontro, ou então se, se não puder  
1944 ser em função das pautas, que nesse momento pra desenhar esse encontro, que os  
1945 trabalhadores vão pra comissão de Apoio pra contribuir porque igual a Cris disse, o  
1946 trabalhador não estavam representados lá, então várias discussões tiveram que ser feitas  
1947 aqui, então como é uma coisa, uma pauta urgente, um encontro grande, que vai  
1948 direcionar uma série de questões do Estado e Apoio as Fortes, e as URCMAS, etc. eu  
1949 acho que tem que ser prioridade e aí fazer esse momento, mas eu acho que a melhor  
1950 saída é fazer essa pauta conjunta. É minha sugestão. (Alice): É pensando, não o que a  
1951 gente já discutiu aqui, e aí a gente pensou numa proposta que é o seguinte, de  
1952 encaminhamento de seguinte, eu posso ir pra reunião da comissão de apoio pra poder  
1953 definir, e a nossa reunião do Forte seria proposta por organização de 15 às 20 porque  
1954 depois dessa mesa sobre os Fóruns e as URCMAS, e coloca, e aí a organização já coloca  
1955 a gente de 15 às 20 pra gente poder fazer o que a gente precisa. (Rodrigo): Ô Alice,  
1956 desculpe, eu não, eu não ouvi, me perdoa - (Alice): É uma proposta, a proposta é a  
1957 primeira, eu estou na comissão de política e vou (pra pauta) vou nessa pauta da comissão  
1958 de apoio que é da organização, e a segunda é que (a) dentro da, da, da programação a  
1959 gente esteja de 15 às 20 como Encontro do FET, 15 às 20 do primeiro dia. (Alice): é  
1960 (Rodrigo): Perdão, aí no caso é uma proposta. (Alice): Uma proposta. (Rodrigo): De 15  
1961 às 20 e aí (depois) cada, cada segmento iria pro seu e a gente enquanto FET. (Alice):



1962 Enquanto FET (15) por que aí depois desse, cada segmento iria pro seu e isso já é, e aí  
1963 de 15 às 20 é o Encontro do FET coloca isso na programação. (Rodrigo): Entendi. É,  
1964 Consolação pediu a palavra porque ela tem alguns esclarecimentos à dar. (Consolação):  
1965 Gente, (é) ontem eu estava falando dessas etapas, eu estou muito preocupada com  
1966 definições sim, e de quem participa, porque não adianta eu entrar num processo  
1967 licitatório, se eu não sei, eu tenho um prazo pra entregar, quem são as pessoas, quais e  
1968 como fizeram as passagens, senão a gente perde do mesmo jeito, a empresa vai entrar  
1969 com o processo, olha só nós vamos ter que construir tudo isso, termo de referência, eu  
1970 tenho que dar mais ou menos um indicativo de onde está saindo isso, pra saber olha de  
1971 tal região, eles vem de tal município, porque isso impacta em valor, uma coisa da diária  
1972 não mas a questão da passagem ela impacta em valor, então realmente não dá pra  
1973 esperar a próxima plenária, isso que eu, eu estou insistindo nisso entendeu, eu vou ter  
1974 uma reunião na terça feira pra construção do termo de referência, com setor de compra,  
1975 pra ver se, aí eu vou saber, eles já falaram que eu tinha que levar tudo, mas eu acredito  
1976 que até o final da semana eu consigo segurar pra terminar o termo. (Simone): Eu tenho  
1977 uma sugestão pra gente não enterrar o processo. Então pra gente não enterrar o  
1978 processo talvez a gente pudesse combinar aqui que nós vamos, que o financiamento da  
1979 passagem vai ser da sede da regional até aqui, é melhor, porque aí gente vai discutir na  
1980 organização e, quem for tirar representação já sabe que vai ser de Montes Claros aqui,  
1981 de Paracatu aqui, porque senão não sai esse ano vai ser igual a conferência Estadual.  
1982 (Rodrigo): A gente estava até a discutir aqui porque, se for olhar o tempo que a gente  
1983 precisa para construir isso com calma teria que jogar isso para julho, e julho não dá, só  
1984 novembro. Então ou a gente corre e abre mão de algumas coisas inclusive e faz ou a  
1985 gente deixa pra novembro, construir com calma e coisa. (Cris): E, em relação a esta  
1986 questão de tempo, essa questão de tempo nós como entidade nós vamos tentar articular.  
1987 É, enquanto entidade nós vamos nos articular até terça, sexta-feira, com relação, a  
1988 programação e para contemplar para não ficar um negócio até 20 horas eu fico pensando  
1989 pra gente repensar aí quanto comissão e aí eu gostaria de já sair da plenária com a  
1990 opinião dos conselheiros do que que pensam disso. O objetivo nosso é a defesa do  
1991 usuário, eu acho que isso é absolutamente legítimo e concordamos todos nisso. E teria  
1992 o ato que seria o, o plano forte disso assim dentro do momento, mas eu fico pensando  
1993 que de repente da gente possa ao invés de fazer um ato em Belo Horizonte sobre a  
1994 defesa do preconceito de usuários em Belo Horizonte, a gente possa levar isso pra  
1995 Regionais então isso sobre uma ação conjunta dos trabalhadores, usuários, URCMAS nas  
1996 suas regionais, atos lá e aí a gente faria aqui, pegaria esse momento que seria o ato para  
1997 tratar isso pra, pra ampliar o tempo de, de, espaço. Gostaria de saber o que, os que  
1998 prestaram atenção possam dar sua opinião. (Rodrigo): Pois bem Conselheiros. (Cris): Já  
1999 temos o encaminhamento. (Consolação): Em questão de, de encaminhamento em  
2000 relação a operacionalização, essa semana então a gente já encaminha ofício para os  
2001 usuários, pra URCMAS, Fóruns e comissões, já solicitamos as indicações daquilo que já  
2002 foi acertado. As entidades ficaram de encaminhar no máximo até sexta-feira pra gente  
2003 fazer esse ofício, então já faço todo esse encaminhamento para já saber essas pessoas,  
2004 em relação a programação então eu acho que aí, a gente pode deixar essa discussão e  
2005 agora pra próxima plenária e aí a é só um parêntese é na minha opinião técnica eu tenho  
2006 total também direito de fazer, de fazer aqui, o ato é super importante gente do Conselho  
2007 assumir essa questão enquanto preconceito, eu acho que isso é um marco eu acho que  
2008 fazer esse ato nesse momento que é a primeira reunião com os Fóruns que eu acho que

2009 isso dá o quê, lembra, a gente discutiu muito sobre isso de motivar essas pessoas no  
2010 primeiro Encontro de Fóruns e de URCMAS, então assim, eu achei muito bom, muito  
2011 bonito essa proposta do CRP e eu acho que realmente a gente tem que pensar talvez  
2012 outras estratégias, mas falar que é no evento que a gente iniciou inclusive a discussão  
2013 desse evento foi junto com o ato eu acho que ele, ele realmente não deveria ser retirado,  
2014 mas isso é a minha opinião minha como meu jeito, como secretaria executiva de ficar  
2015 falando. (Simone): Então anota a minha sugestão pra gente não ser, pra gente manter  
2016 a coerência, eu sugiro que a gente pegue as propostas que a secretaria executiva viu,  
2017 Consolação, sistematize as propostas que saírem daqui encaminhe-as para a comissão,  
2018 pra ela trazer, eu não vejo, não vou dar minha opinião porque eu já estou fazendo é  
2019 encaminhamento, minas, então a minha sugestão é essa que a gente volte, que a gente  
2020 tente fazer uma proposta que atenda pelos menos a maioria dos objetivos aqui colocados.  
2021 (Rodrigo): Gilberto, proposta de encaminhamento aqui. (Gilberto): Gente, (Gilberto)-  
2022 COGEMAS: o seguinte, pra gente saber quanto tempo a gente tem e quando a gente vai  
2023 fazer, a gente vai ter que decidir acho que essa proposta da Simone antes, que a gente  
2024 pode sair da cidade sede que seria as regionais, eu acho que a gente tem que decidir,  
2025 porque a gente vai saber temos muito, temos pouco tempo, vamos fazer antes ou vamos  
2026 fazer depois, porque se o Conselho também decidir que a gente pode sair da cidade sede,  
2027 a gente vai ter condições de reunir e ainda fazer no mês de junho, senão a gente vai ter  
2028 que fazer em novembro mesmo, ainda também tem um encaminhamento aqui que a  
2029 gente tem de resolver. Eu acho sabe. (Rodrigo): Então vamos colocar em votação isso,  
2030 estão esclarecidos ou em discussão, mas, ou sai das regionais da SEDESE as 22 regionais  
2031 da SEDESE, os municípios encaminham pra lá e a gente pode tentar ver. Juanita: É  
2032 rapidinho, é a secretaria executiva poderia ver nesse primeiro momento que está  
2033 montando essa logística mais macro, essa logística mesmo a saída das regionais,  
2034 entretanto conseguir com a Sedese com os setores específicos lá é, um prazo até sexta-  
2035 feira ou até quinta-feira ou até quarta-feira, mas um prazo, um prazo dentro dessa  
2036 semana para que as representatividades encaminhem, entendeu o nome da cidade onde  
2037 vai vir a pessoa. (Rodrigo): Só possível. Então precisaria. (Juanita): Ela faria uma  
2038 primeira análise via regional, e tentaria negociar lá com o setor específico da SEDESE  
2039 uma data nessa semana, e ela falaria no grupo qual é essa data para as organizações  
2040 encaminharem para ela, entendeu? (Rodrigo): E aí então. (Juanita): 2 representantes  
2041 com a entidade e 2 representantes com a regional. (Rodrigo): Então a sua proposta já é  
2042 sair da cidade sede. Juanita Ah? Rodrigo: A sua proposta já é considerada saída dos  
2043 município. Juanita: Primeiramente sim e que ela tentaria um prazo lá dentro dessa  
2044 semana para que fosse enviada os nomes. Entendeu? (Rodrigo): Soyla. (Juanita):  
2045 Porque a preocupação é de quem vai arcar com essa despesa da cidade dele igual da  
2046 região de Montes Claros, o território é muito distante para ele sair de Januária pra ir até  
2047 Montes Claros. Entendeu? (Rodrigo): (Simone): Não, eu acho que primeiro é uma  
2048 representação, uma representação, dois, me parece que a proposta da Juanita é quem  
2049 mandar o nome até sexta-feira que vem nós temos condições de trazer do município  
2050 indicado até aqui quem não fizer a indicação até sexta que vem, sai da regional. É.  
2051 (Rodrigo): É possível Consolação? Ok. Soyla- (Soyla) CMAS Paracatu: Eu fico preocupada  
2052 com os usuários, eu fico pensando assim, as entidades elas não tem como conseguir  
2053 recurso para ir pra cidade sede, eu tenho Formoso, que fica a quase 400 e tantos Km de  
2054 Paracatu, o usuário sai lá de Formoso para ir pra Paracatu, como que ele vai fazer. Eu  
2055 fico pensando nisso, sabe. (Rodrigo): (Simone): Eu acho que eu vou voltar a proposta

2056 original do Gilberto, nós vamos ter que votar aqui, ou a gente decide que nós vamos  
2057 trazer todo mundo igual a Conferência Estadual, aí é igual vocês viram como é a  
2058 Conferência Estadual como foi , é aquela coisa, aí é como vai, ou nós vamos conseguir  
2059 fazer em novembro, é uma decisão, ou a gente vai assumir o risco de trazer, de trazer  
2060 da sede até da regional até aqui, é então, como nós vamos fazer eu não sei, se nós  
2061 vamos negociar, eu não sei, mas é uma decisão que nós temos que tomar, porque,  
2062 porque nem adianta, a gente, bom, nós estamos falando de Fóruns Regionais, até a  
2063 correspondência sair dos Fóruns regionais de que se eles vão mandar o nome até sexta-  
2064 feira, nós vamos financiar, quer dizer essa proposta não existe pra nós, porque até a  
2065 gente comunicar quem tem Fórum, quem tem Fórum não tá presente aqui, está  
2066 espalhado em 21 locais do Estado de Minas Gerais, então eu acho que a gente tem que  
2067 aprofundar a discussão aqui e assumir se achar que nós devemos fazer em novembro,  
2068 fazemos em novembro. (Rodrigo): E aí conselheiros? Dona Ivone. Ivone-Boa tarde,  
2069 (Ivone)- COGEMAS: Eu acho que essa proposta de ir pra sede e depois vir pra, pro  
2070 Encontro não funciona não. Tem municípios que ir pra sede é pior que vir para Belo  
2071 Horizonte. (Rodrigo): Dona Arlete. (Arlete)- Graal- Buritizeiro: Agora, é eu vejo neste  
2072 evento também que é um marco político para nós, e eu vejo a importância dele, tanto  
2073 antes quanto depois da eleição, mas, eu faço opção que seja antes da eleição de outubro.  
2074 (Rodrigo): Débora. (Débora)-Oi gente. (Débora)-SEDESE: Eu queria assim, que a gente  
2075 fizessem um esforço no sentido que saísse agora, eu acho muito importante, a gente fez  
2076 essa Conferência no ano passado, foi super trabalhoso, importante aquele envolvimento,  
2077 muita gente que está aqui participou disso, fomos em todas as conferências geramos  
2078 Fóruns, os Fóruns tão, tão pedindo, eles mandam volta e-mail, lá para a Sedese também,  
2079 pedindo informação e tal, então eu acho o seguinte, que a gente, essa questão de Fórum,  
2080 e sempre complicado, porque Fórum não é instituição, Fórum é participação, então tem  
2081 aquela questão de mobilização, da militância, etc. e tal, então sempre vai ter essa  
2082 dificuldade aí do financiamento, de como vir e tal, eu acho que se a gente tem a  
2083 oportunidade agora de conseguir trazer, representantes, e esses representantes vão ser  
2084 a voz lá depois da região, a gente já está fortalecendo os Fóruns, não precisar estar todo  
2085 mundo aqui, então se um município é distante, nesse momento a opção que a gente tem  
2086 que fazer, é de ver, que é impossível gente, a gente faz isso nas militâncias quando tem  
2087 dinheiro, talvez a gente faz, quem pode vir? Fulano que mora mais perto, fulano não sei  
2088 o quê, ele que vem e essa pessoa tem a responsabilidade de devolver isso, depois isso  
2089 vai ser desdobrado nos Fóruns regionais, a gente não importa centralizar não, a gente  
2090 não quer centralizar, a gente quer que todas as regionais tenham Fóruns, o que a gente  
2091 tá fazendo agora é trazer pra cá mais uma vez, é dar uma diretriz mais unificada, para  
2092 possibilitar troca de experiência entre eles e depois o movimento acontecer lá no  
2093 território. É lá que acontece gente, então assim, eu fico, estou preocupada assim, que  
2094 eu acho uma dó da gente não aproveitar esse momento, em fazer do jeito que é possível  
2095 com todas as dificuldades que tem mas, fazer do jeito que é possível, com representantes  
2096 e, depois a gente acompanhar porque aí depois gente, a gente vai ter uma direção já vai  
2097 ter algo mais alinhado. É o que eu peço. (Rodrigo): Isac, depois você olha pra mim.  
2098 (Isac): Assim, dessa nova questão com relação de fazer agora ou fazer depois, eu acho  
2099 que apesar de todas as dificuldades, novembro está muito longe mesmo, é muito incerto  
2100 o que que acontece daqui até lá, acho que houve um esforço grande em tentar construir  
2101 foi fala que a gente não conseguiu avançar mais nisso por tudo que aconteceu mas, acho  
2102 que considerando tudo a gente deve fazer isso tudo para que aconteça agora. A gente

2103 sabe assim questão de data é ver a frustração dos Fóruns dos Trabalhadores, porque até  
2104 comissão lembra que a proposta inicial era de 3 dias mas não conseguiu por causa de  
2105 tudo que foi explicado antes, de fazer em 2 dias assim, a gente comeu uma parte da, da  
2106 programação pra que faça a coisa melhor possível, então acho que se não tiver como  
2107 mesmo, trazer os representantes de seus municípios de origem eles vão fluir bastante,  
2108 acho eu a gente poderia tentar pensar numa forma de ajudá-los, até que seja  
2109 conversando com os municípios, pedindo para que auxilie, mas se for por mim eu prefiro  
2110 que aconteça agora em junho porque assim dada a importância que é o Encontro, por  
2111 tudo que a gente já discutiu aqui tudo que já amadureceu nessa mesa aqui, acho que  
2112 todas as contribuições que veio, que vieram, elas foram muito necessárias assim, a gente  
2113 na comissão a gente não conseguiria trazer isso tudo nunca, acho que assim  
2114 responderam um monte de coisas que estavam vagas ai e, eu estou sentindo que a cada  
2115 vez que a gente avança na resposta pra um problema, a gente encontra outro, então  
2116 parece que daqui até novembro a gente vai ter muito mais problemas, até a vontade das  
2117 pessoas, então por mim é que aconteça o mais rápido possível, que aconteça na data  
2118 que a gente proveu da forma que a gente conseguir fazer. (Rodrigo): Damião, Ivone.  
2119 (Ivone) -COGEMAS: É, eu quero de fato o Isaque ele falou muita coisa que eu queria  
2120 falar, é acho que é, nós estamos vivendo um momento muito desfavorável das políticas  
2121 e principalmente para os usuários, então eu acho que é fundamental este evento, este  
2122 Encontro, de apelo e de manifestação e de compromisso desse Conselho com os  
2123 usuários, é exigido que não é o desenho que a gente não gostaria de fazer, talvez não  
2124 tenha perna de fazer ele regionalizado depois estadual, mas todas as URCMAS estão se  
2125 organizando a nível das regionais, eu acho que as URCMAS podem tirar isso como  
2126 encaminhamento, como propostas, e tirar os seus representantes, ai o Conselho Estadual  
2127 limita o número de pessoas para esse encontro, não é um encontro, tá, então, aí seria a  
2128 gente aproveitar as mobilizações das URCMAS que estão já, em vento e popa nas regiões  
2129 e, esses encontros priorizar o papel do usuário, a importância do usuário, a importância  
2130 do Encontro Estadual do CEAS para o usuário, que nós queremos trazer em pauta os  
2131 usuários, e nesse ponto de pauta aproveitar os trabalhadores e as entidades, mas trazer  
2132 a pauta dos usuários agora eu acho que é fundamental, nesses moldes da política pública  
2133 nestes casos de usuários, nem que seja para a gente fazer um Encontro com menos  
2134 pessoas, mas fazer, fazer a demarcação, aí no ano que vem eu vou construir essa meta  
2135 do sonho que nós estamos colocando aqui. Acho que deixar pro ano que vem? (Rodrigo):  
2136 Gilberto. (Gilberto)-COGEMAS: É o seguinte, tem um camarada que nasceu nessas terras  
2137 de Minas Gerais, que é Guimarães Rosa, que ele fala o seguinte, que a vida esquentava  
2138 esfria, aperta, afrouxa, mas no final das contas ela quer é coragem sabe, eu acho que a  
2139 gente tem de imbuir também no nosso Conselho aqui de mais coragem, saber que a  
2140 gente vai trazer aqui 40 usuários aqui pra Belo Horizonte e, se a gente não der conta de  
2141 mobilizar 40 usuários nós podemos fechar esse Conselho aqui e ir embora, apagar a luz,  
2142 entendeu, acho que todo mundo tem contato com regiões aqui, todo mundo tem contato  
2143 com regiões, todo mundo sabe telefone de prefeito, a gente liga pro prefeito, liga pro  
2144 deputado da cidade, pede ajuda, sabe, se a gente não conseguir trazer 40 pessoas aqui  
2145 em Belo Horizonte, nós podemos ir embora e esperar a revolução pode ser a daqui 200  
2146 anos, sabe, assim, então eu acho que a gente tem de que pensar dessa maneira.  
2147 (Rodrigo): Soyla. (Soyla-CMAS Paracatu): Eu acho que me sinto respaldada em todas as  
2148 falas Ivone, Ivone sempre, Ivone sou sua fã, então assim, qual a questão que eu  
2149 compreendo assim, eu estava falando sobre a questão do usuário porque a gente as

2150 vezes a gente se sente em 2015, 2016 sabe, depois a gente aterrissa, parece que eu caí  
2151 numa nave espacial nesse momento, percebi que eu estou em 2018, e que a qualquer  
2152 momento a nossa democracia pode ir pro saco , a gente acordar numa ditadura, ditadura  
2153 política a gente já está vivendo , só falta colocar um militar na nossa porta, então diante  
2154 disso eu, eu acredito que a gente tem que lutar mesmo Gilberto, a gente vai ter que ir  
2155 pra luta mesmo, ter coragem, conversar com nossa lideranças regionais lá, fazer muito  
2156 barulho, pra trazer esse usuário, nem que a gente pegue nosso carro próprio, faz  
2157 vaquinha, e vai buscar o povo como enfermagem, entendeu? 500 km e daí, a gente  
2158 enfrenta a serra, agente vai ter que fazer isso regionalmente, e daí diante do nosso  
2159 sossego, nossas lágrimas e nosso suor. Tá bom. Eu concordo literalmente. Vamos lutar.  
2160 (Rodrigo): Ok. Então vamos, o seguinte. E agora vamos entrar em regime de votação e  
2161 tal. Porque a questão é o seguinte, antes a questão era a pauta. Conversando aqui, pauta  
2162 nós temos tempo pra organizar na comissão mês que vem, tá, organizar temática,  
2163 trabalhador, usuário. O que vai entrar em regime de votação é: vamos fazer em junho  
2164 ou vamos fazer em novembro. Então quem vota pra junho, quem vota pra junho? Quem  
2165 vota pra novembro? Abstencões. Novembro. Wilson. Abstencão, Abstencão Wilson. Então  
2166 junho. Agora dar o encaminhamento para que isso aconteça em junho. Tá. Ok. Então, a  
2167 comissão de apoio tem alguns outros retornos, não tem Isac, tá, eu vou pedir pra vocês  
2168 segurar um pouquinho pra gente, pra gente colocar a votação de comissão de ética  
2169 atendendo ao pedido do conselheiro Felipe, é pra gente comissão de ética e comissão de  
2170 acompanhamento de Deliberação de Conferência, tá, então vamos primeiro comissão de  
2171 ética, são 2 conselheiros do governo e 2 conselheiros de sociedade civil é isso  
2172 Consolação? Ok. É, então a sociedade já tem o Felipe que se candidatou, tá, então,  
2173 vamos lá, ok meu jovem, vamos lá. Comissão de ética, conselheiros, conselheiros,  
2174 conselheiros, conselheiros, Consolação vai passar aqui o papel da comissão de ética, por  
2175 favor – (Consolação): É, rapidamente a resolução 320 de 2010 desse Conselho, dispõe  
2176 sobre o Código de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social, em seu título 6º da  
2177 Comissão de Ética- art. 12 dispõe: A Comissão de Ética, é órgão normativo, executivo  
2178 no âmbito da competência, composta de 4 membros, representação paritária, depois  
2179 fala, a comissão de ética, vai procedimento, cada comissão de ética, receber denúncias  
2180 propostas para averiguação de infração ética que lhe for encaminhada, indicando a  
2181 conveniência de instalação de procedimento específico e aplicação de eventuais  
2182 penalidades, instaurar de ofício procedimento sobre ato, a matéria que considere  
2183 configurar interesse, infração do princípio de ética, instruir o procedimento que deverá  
2184 ser popularizado fora do prazo e elaborar relatórios disso, ou seja, esse procedimento  
2185 são de apuração de algum tipo de denúncia, de conformidade com a matéria exposta  
2186 nesse código de ética do Conselho Estadual de algum conselheiro que por ventura venha  
2187 descumprir o que está aqui disposto, tá, que é salvo conduta, em relação aos  
2188 fundamentos da legalidade, pessoalidade, moralidade aí vai discorrendo sobre todo sobre  
2189 toda questão desse Código de Ética do Conselho. Ok? (Rodrigo): Esclarecidos  
2190 conselheiros. Alguma pergunta? Não. Então Governo já tem as pessoas? Posição? Ah tá,  
2191 da Sociedade Civil estão indicados Arlete e o Felipe. Governo. Daqui a pouquinho. Então  
2192 vão pra monitoramento das Deliberações de Conferência, é um por cada comissão, é um  
2193 de cada comissão. Comissão de orçamento, então, comissão de orçamento Juanita se  
2194 colocou à disposição, eu vou ter que anotar isso aqui, tá anotando? É apoio, daqui a  
2195 pouquinho? Então tá, Política? Comissão de Política? Normas, oi? Márcio Caldeira, ótimo,  
2196 Apoio Cecília, falta de políticas, Governo, Wilson e Camila na Comissão de Ética, depois

2197 troca se for o caso. Luanda, ok então, política ficou a Luanda depois a comissão se optar  
2198 eles trocam o nome. Tá. Então as comissões estão formadas. Obrigado. É, Isac prossiga  
2199 com os encaminhamentos da comissão de apoio por favor. (Isac): Então, voltando o  
2200 nosso segundo ponto de pauta, o tema dele é o nosso querido chapeuzinho da comissão  
2201 que é o perguntas e respostas, houve uma devolutiva da conselheira Débora, o  
2202 encaminhamento gerado para a Deliberação de Plenária é para isso não, é para  
2203 aprovação final do documento, a gente já passou por um processo, de o CEAS enviar  
2204 para os e-mails dos conselheiros para que pudessem fazer as contribuições e, depois  
2205 passou por revisão também, aí o documento, a comissão entende que ele está pronto  
2206 assim, pra ser divulgado e queremos também o que foi discutido lá, que provavelmente  
2207 depois que ele for divulgado não terá considerações, que é outras pessoas não achar  
2208 interessantes esses ponto, que provavelmente a gente vai ter que fazer outras edições  
2209 dele no sentido de melhorar mas, que é possível divulgar uma vez que foi feito um  
2210 trabalho muito grande da comissão em cima dessa ferramenta e, que achamos que já  
2211 passou da hora de entregarmos isso, então acho que não precisamos, não precisamos  
2212 da leitura aqui porque já foi enviado para os conselheiros antes e todos eu acho que já  
2213 tem conhecimento e quem não tiver conhecimento, acho que tem nos e-mails mesmo  
2214 então e, pelo tamanho do documento também a comissão decidiu não trazer pra leitura,  
2215 então o encaminhamento que trouxemos é que delibere pela divulgação dele o mais  
2216 rápido possível. Isso é pra votação, no meu entender. (Rodrigo): Perguntas e repostas a  
2217 Consolação disse que vai enviar por e-mail. (Isac): Quer votar isso primeiro ou passa  
2218 todos os pontos. (Rodrigo): Apresenta. (Isac): Tá bom, o terceiro ponto de pauta foi com  
2219 relação ao acompanhamento de URCMAS, é, tivemos solicitações diversas de URCMAS  
2220 que pediram esse tipo de encaminhamento da comissão, e o encaminhamento que a  
2221 gente trouxe aqui, é que a comissão pensou em usar o espaço do UAITECs para vídeo  
2222 conferências, aproveitar a presença dos conselheiros na parte da manhã nas quintas-  
2223 feiras, antes das reuniões temáticas para que esses conselheiros possam estar  
2224 participando de reuniões com as URCMAS e mesmo, que esses conselheiros possam ir  
2225 nas unidades dos usuários perto das regionais para que façam capacitações, conversem  
2226 com essas URCMAS pra tirar dúvidas alguma coisa nesse sentido, e foi pensado também  
2227 articular ações com o COGEMAS, com a Associação Mineira de Municípios no sentido de  
2228 ajudar na convocação de reuniões, ajudar em esclarecimentos também e imaginamos  
2229 que o outro que está programado para acontecer em junho que vai ter a presença das  
2230 URCMAS que a gente possa estar apoiando as URCMAS. Isso foi o que a gente trouxe  
2231 depois de discutir bastante. Acrescentar o ser aqui. (Soyla): Rapidinho é só pra dizer que  
2232 a comissão pretende continuar com os plantões atendendo as demandas, se necessário  
2233 agendar com as URCMAS para elas virem até aqui e receberem a orientação necessária  
2234 também, mas a gente acredita profundamente que no Encontro a gente vai ter novas  
2235 propostas, uma questões levantadas, até um crédito nas perguntas e respostas que é  
2236 um filho. (Isac): O ponto quatro o tema era acompanhamento de denúncias que foram  
2237 para a comissão de apoio, a gente discutiu e teve uma ideia de fazer um sorteio dos  
2238 conselheiros da comissão pra que averigue mais de perto algumas denúncia no sentido  
2239 de otimizar o trabalho dessa comissão, assim, o conselheiro iria pegar como tarefa aquela  
2240 denúncia pra olhar e fazer um estudo preliminar pra amadurecer mais o entendimento  
2241 daquela denúncia e, depois discutir na comissão e dar os encaminhamentos, esses com  
2242 certeza iria ser feito assim que chegasse essas denúncias porque tinham várias denúncias  
2243 lá que a gente não deu conta de olhar todas ontem até porque essa questão do primeiro

2244 ponto de pauta mesmo ela tomou uma parte grande da reunião e, pelo tempo que o  
2245 CEAS ficou parado também o pessoal já ficou com uma pendência nesse assunto, e  
2246 houve, a gente tratou de uma denúncia que veio de Betim, ontem que era a respeito de  
2247 uma pessoa, de uma pessoa, que tinha concurso na área de Educação mas, tinha uma  
2248 formação com a Assistência Social e teria sido contratada como, como Secretária  
2249 Executiva do Conselho, a gente não entendeu bem o que era a denúncia, e o  
2250 encaminhamento foi porque é assim a denúncia não explicou do que estava reclamando  
2251 não, então a gente, o primeiro entendimento é que não era assim competência do CEAS  
2252 a gente decidiu dar uma devolutiva para o denunciante para que ele averigue lá o que,  
2253 o que estava acontecendo, encaminhar para o sindicato para ver se era um problema de  
2254 violação aos direitos trabalhistas porque assim, na denúncia não deu pra gente identificar  
2255 uma violação ao SUAS ali, então foi a única que a gente tratou, e essa questão que a  
2256 Soyla trouxe de os conselheiros estarem fazendo plantões nas manhãs pra conversar,  
2257 é uma coisa que a gente está pensando para atender além das URCMAS, outras  
2258 demandas também dos Conselhos Municipais, é como já era feito assim lá em 2016 por  
2259 aí no início ou antes ainda, porque eu não lembro, quando eu cheguei não tinha mais, e  
2260 também é, foi isso que a gente discutiu, nas próximas reuniões serão discutidas as  
2261 competências da comissão e o nivelamento dos conselheiros da comissão, para que todos  
2262 tenham mais entendimento de que que é a competência da comissão em si e dos  
2263 conselheiros, pois temos conselheiros que são novos no CEAS e que ainda, não conhecem  
2264 bem a comissão e nem o Conselho, a gente vai ter uma questão de preparo voltado pra  
2265 nós para que possamos atender melhor esses municípios. É só isso que a gente trouxe.  
2266 (Soyla): É bom lembrar, relembrar que a gente tem hoje 8 processos, um deles foi que  
2267 a gente resolveu agora na última, a gente já deu início uma tratativa, quanto a questão,  
2268 mas tem 7 processos, a gente já repartiu agora o pessoal do apoio vai tá organizando  
2269 isso, o pessoal da secretaria executiva tá passando pra nós, caso a caso, esses processos  
2270 que vão pra o apoio é assustador, são processos páginas numerosas e fica muito difícil  
2271 pra a gente se organizar, se a gente cuidar do coletivo de caso a caso, compreendendo,  
2272 lendo aquele processo monstruoso, muitas vezes Leo, você e Maria Paula trás pra nós  
2273 esmiuçado, mas fica muito difícil porque a gente quer entender os detalhes, pra  
2274 compreender a situação enriquecer o cenário, mas assim fica muito complexo, e daí a  
2275 gente perde horas ficando com esse processo, e a gente, daí os outros tipo assim, se  
2276 resolve assim, ah vamos pedir pra oficializar o CMAS para ele trazer maiores informações,  
2277 daí passa-se 1 mês, mas aí tem um evento, daí demora-se 2 meses, daí 3 meses, então  
2278 tem casos nossos lá que tem mais 1 ano, Leo, devem ter casos de processos, isso não  
2279 dá porque a gente tem que dar um retorno para o denunciante, pra melhorar a qualidade  
2280 a gente resolveu dividir o trabalho e, temos que trabalhar. Tá. É isso. (Isac): Dever de  
2281 casa dos Conselheiros da comissão. É isso gente que a gente trouxe. Alguém assim quer  
2282 complementar mais comissão? Não? Tá. (Rodrigo): Ô Isac, Isac e Soyla que falaram,  
2283 vocês, esse sorteio pelo que eu entendi, vocês estão atentos a comissão, vocês fizeram  
2284 um contatos com a comissão de normas, com esse novo, com esse novo fluxo já, vocês  
2285 já se atentaram, a comissão de normas estão propondo novo fluxo para essa denúncia,  
2286 vocês estão atentos a isso? (Isac): Não, eu acho, a gente teve a reunião ontem, aí hoje  
2287 teve a apresentação da comissão de normas, então essas coisas já estavam lá pra a  
2288 comissão, foi feito com relação aos que estavam lá acho que, eu estou entendendo que  
2289 a denúncia que chegaram para a comissão de normas, pra comissão de apoio, a comissão  
2290 de apoio tem que se debruçar sobre elas, então, mas o que eu entendi também é que as

2291 denúncias seriam encaminhada para as comissões, e aí se chegar para comissão de  
2292 apoio, a comissão tem que se debruçar sobre elas, então no sentido de melhorar, agilizar  
2293 o serviço que está lá, pra gente que é tarefa no momento a gente pensou nisso. Tá bom?  
2294 (Rodrigo) Ok. Débora- É, eu queria fazer uma sugestão aí pra comissão, porque a gente,  
2295 já deliberou aí que o encontro vai ser em junho , e aí a gente tem aí agora a tarefa de  
2296 fazer uma proposta de metodologia , da organização, de como vai ser isso, aí eu queria  
2297 sugerir assim, porque eu acho que nessa hora, é bom a gente contar com pessoas, é que  
2298 tem experiências na área, que estão de fora, eu queria sugerir pessoas que ajudaram na  
2299 Conferência, que foram da organização, que ajudaram a pensar que foi a professora  
2300 Eleonora, professora Marcia Mansur, de fazer um convite a elas pra na próxima reunião  
2301 da comissão, elas estarem presentes, na reunião da comissão e depois se possível na  
2302 plenária, pra ajudar pensar na metodologia porque , são pessoas que tem experiência  
2303 nisso, acho que podem contribuir, é uma sugestão ai que eu quero deixar. (Simone):  
2304 Sugestão número 2, cadê Mariana, Mariana foi embora, é Mariana que fala? Patrícia,  
2305 Alice, nossa Alice desculpa, viu Alice. Não, eu queria sugerir que a gente do Conselho  
2306 Estadual pudessem convidar e, ver com a Prefeitura de Belo Horizonte se a MOBS pode  
2307 entrar e fazer um enquete para nós sobre o preconceito com relação aos usuários, acho  
2308 que seria bem legal. (Rodrigo): Ok. É, então tá. É, antes, antes de passar pra outra, pra  
2309 comissão de orçamento, nós temos também que votar a questão da resolução, a  
2310 Consolação trouxe a resolução, coloca ela pra gente por favor, para gente já matar isso,  
2311 que é ponto de deliberação, se não vai ficar pra próxima reunião. (Consolação): Então,  
2312 eu vou fazer a leitura aqui, então, como que ficou, Resolução 622 do CEAS dispõe sobre  
2313 a aprovação do ad referendum relativo a resolução do CEAS 613, que dispõe sobre a  
2314 aprovação ad referendum que compete elegibilidade, partilha, está certo aí, é 2017, 613  
2315 de 2017 corrige por favor, que dispõe sobre aprovação ad referendum compete a  
2316 elegibilidade, partilha dos recursos financeiros, e responsabilidades do estado e  
2317 municípios, na execução de medidas socioeducativas e, meio aberto de liberdade  
2318 assistida, e de prestação e serviço a comunidade, no âmbito da Proteção Social Especial  
2319 nos municípios de pequeno porte 1 pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite, o  
2320 Conselho Estadual de Assistência Social no uso das contribuições legais, conferidas pela  
2321 lei 8.742 que é a LOAS, a lei estadual 12.262 que é a nossa que criou o Conselho,  
2322 conforme Deliberação da 232ª plenária ordinária que ocorrida no dia 13 de abril de 2018,  
2323 presente data, resolve: art. I – Erradicar a aprovação ad referendum da resolução  
2324 613/2017 que dispõe, aí é a mesma coisa que eu li lá atrás, com as seguintes alterações:  
2325 Parágrafo I – O parágrafo II do art. III passa a vigorar com a seguinte redação. Parágrafo  
2326 II – Para os territórios com desenvolvimentos sem implantação dos créditos regionais  
2327 serão pactuados na CIB os critérios de partilha dos recursos financeiros e  
2328 responsabilidades do estado e municípios respeitando-se os prazos estabelecidos no  
2329 plano estadual de regionalização de proteção social especial de média e alta  
2330 complexidade, aí a alteração, tirou a data e pôs pactuados na CIB. Artigo, Parágrafo II –  
2331 O art. 16 passa a ter a seguinte redação: art. 16 – Cofinanciar os municípios na execução  
2332 de medidas socioeducativa em meio aberto, de liberdade assistida, de prestação de  
2333 serviço a comunidade no ano da proteção social especial e apoiá-los tecnicamente para  
2334 elaboração dos documentos previstos no art. 13 dessa resolução, na metodologia de  
2335 atendimento dos adolescentes, em cumprimento das medidas sócio educativa em meio  
2336 aberto. Ai foi essa inclusão do cofinanciamento, fez uma nova numeração do art. 16 pra  
2337 gente não ter que incluir o artigo e mudar de novo toda numeração da resolução. Então



2338 fez, fiz aqui e consolidei. O art. II dessa resolução, essa resolução entra em vigor na  
2339 aplicação. É isso. (Rodrigo): Alguma questão conselheiros? Não? Então os conselheiros  
2340 que aprovam a resolução 622/2018? Contrários? Abstenções? Então Comissão de  
2341 Políticas. Podemos? Gente eu sou o (Bruno)-CMAS Juiz de Fora, é eu estou, até ontem a  
2342 Luanda era a coordenadora da Comissão de Política, é a partir de ontem eu assumi a  
2343 coordenação da comissão de política que eu queria falar, é sobre, só um segundo, a  
2344 instalação do núcleo estadual de educação permanente NEEP do SUAS em MG, o Jaime  
2345 ele tá aqui para auxiliar a gente ele vai falar um pouquinho sobre. Só um segundinho.  
2346 (Jaime) – Bom gente, nós estamos trazendo uma resolução que altera a resolução do  
2347 CEAS 555, não é esse não, (Bruno): Esse primeiro, é, a instalação do núcleo estadual de  
2348 educação permanente. (Jaime): Primeiro é o núcleo, podia ter pra nós então um núcleo.  
2349 Bom gente, eu vou explicar rapidamente, nós temos nós já temos uma resolução que  
2350 institui núcleo de educação permanente, que é uma, que já tá estabelecida na Política  
2351 Nacional de Educação Permanente, foi definido nacionalmente, que todos os estados  
2352 deverão implantar um núcleo que tem a função de definir, discutir os rumos da política  
2353 de educação permanente para o estado, , é, eles tem a responsabilidade de estar  
2354 avaliando quais são as necessidades da qualificação, quais são os perfis dos profissionais,  
2355 para que a gente possa ter uma política de educação permanente adequada no estado.  
2356 É, rapidamente, passa lá pra nós o que é. É uma assistência colegiada, não é uma  
2357 assistência de deliberação, não é uma assistência que vai discutir, vai definir proposta  
2358 que serão discutida pela CIB e pelo CEAS. É uma assistência colegiada, pode passar, só  
2359 para explicar no programa qualifica SUAS, que foi lançada pelo secretário André Quintão,  
2360 nós temos 4 eixos e um deles é a implantação do núcleo de educação permanente. Ele  
2361 também é uma meta do pacto de aprimoramento de gestão estadual, os objetivos então  
2362 do núcleo é qualificar o planejamento das ações de capacitação de forma a garantir seu  
2363 caráter continuado e permanente e, o alinhamento as reais necessidade dos  
2364 trabalhadores e prioridades pactuadas para o estado. Propor meios e instrumentos para  
2365 os procedimentos e, operacionalização das diretrizes da política de educação permanente  
2366 em MG, e de produção, de sistematização de disseminação de conhecimento. Promover  
2367 a inclusão, a interlocução, a troca constante de conhecimento, o diálogo constante com  
2368 as instituições de pesquisa ensino e extensão, de forma de pertencer ao núcleo das ações  
2369 de capacitação, apoio técnico e supervisão técnica. Promover a interlocução, cooperação  
2370 de diferentes sujeitos envolvidos na implementação de política de educação permanente  
2371 no estado. A implantação desse núcleo, isso a gente já trouxe da resolução que é uma  
2372 resolução de 2015? Promover a realização do diagnóstico de competência, necessidades  
2373 de qualificação, contribuir com a elaboração do plano estadual de educação permanente,  
2374 que a gente precisa construir, planejar ações de formação e capacitação, acompanhar as  
2375 ações de formação que a capacitação realizadas, promover a produção de conhecimentos  
2376 de diferentes aspectos da educação permanente e gestão de trabalho do estado,  
2377 organizar observatório e práticas profissionais socializadas em seminários informação e  
2378 conhecimentos produzidos. Validar certificados de formação e capacitação adquiridos  
2379 externamente antes dos recursos normativos estabelecidos pela política nacional e  
2380 estadual de capacitação em educação permanente. Então gente, nós esse Núcleo é de  
2381 responsabilidade da secretaria de estado de trabalho e desenvolvimento social dar as  
2382 condições para que ele funcione. Então é a Sedese é que vai arcar com todas as despesas  
2383 para a estrutura, recursos humanos, e a secretaria técnica pra funcionamento do núcleo.  
2384 E a gente está propondo, pode passar por favor, aqui trás, a resolução trás uma questão

2385 importante que qual vai ser a composição , quais segmentos devem estar nesse, nesse  
2386 núcleo então além da secretaria de estado é importante que a gente tenha gestores  
2387 representados nesse núcleo, as entidades representativas dos trabalhadores é  
2388 fundamental e as categorias as entidades, Conselhos e categorias profissionais elas  
2389 precisam estar representadas, e os usuários da política é extremamente importante, as  
2390 entidades e, e as instituições de ensino superior. Nós temos na política de educação  
2391 permanente a constituição de uma rede nacional de educação permanente que é RENE  
2392 onde que as instituições de ensino superior elas se credenciam é nessa rede que foi  
2393 estabelecida em perfis definidos junto ao MEC, MDS-MEC então as entidades interessadas  
2394 em participarem da educação permanente e do capacita SUAS no Brasil elas precisam de  
2395 credenciar, demonstrar que elas tenham capacidade técnica para executar a, política de  
2396 educação permanente estabelecida. Então em Minas Gerais nos termos 23 instituições  
2397 de ensino credenciadas na RENE a ideia é convidá-las para que elas façam parte do  
2398 núcleo, não todas, nós vamos estabelecer quantas. Como eu já disse o núcleo faz parte  
2399 de uma das metas do pacto, pode passar. Então nós estamos propondo, a revisar agora,  
2400 para gente instalar o núcleo porque ele já foi criado em resolução, nós tivemos que  
2401 instalar o núcleo na cadeira de organização de um seminário de educação permanente  
2402 do SUAS que a proposta é que a gente faça agora no dia 22 de maio, nós vamos fazer  
2403 alinhamento do capacita SUAS nessa semana, e a gente quer aproveitar que nós  
2404 devemos estar com algumas pessoas de ensino que fazem parte do capacita, convidar  
2405 as demais, os professores pra que a gente também peça aí todos os segmentos de  
2406 trabalhadores e tal, para que a gente possa fazer a instalação do núcleo de educação  
2407 permanente. Então a ideia, o evento vai ser no dia 22, o dia todo, nós vamos fazer no  
2408 auditório da UNA na rua Aimorés aqui, em Belo Horizonte e, Rodrigo): Mais alguma coisa  
2409 da comissão? (Bruno): Só um segundinho. Ô. Só um minutinho. O ponto 2 era só um  
2410 informe mesmo, o ponto 2 era sobre a resolução da Sedese que alteraria nossa  
2411 resolução? Jaime. Você chegou a falar, não? É só o informe mesmo? Que a resolução da  
2412 Sedese número, só um segundinho gente, número 621 de 2018 ela solicita a alteração  
2413 da resolução do CEAS nº 555 de 2016, que dispõe sobre a aprovação da quantidade e  
2414 do perfil dos alunos, bem como a responsabilidade dos entes, para execução do programa  
2415 Capacita SUAS referente ao aceite de 2013, 2014 do governo de Minas Gerais com o  
2416 Ministério do Desenvolvimento, Combate a fome. (Rodrigo): É uma resolução. (Bruno):  
2417 Isso, é uma solicitação de alteração. (Débora): Eu queria só complementar, Bruno, você  
2418 me dá licença aqui, do ponto número 1 que aí a gente fez a discussão de que vai caber  
2419 aos trabalhadores, indicar os trabalhadores que vão compor o núcleo, e que todas as IES  
2420 serão convidadas a participar do núcleo, isso Bruno? (Bruno): É, e também o quantitativo  
2421 dos profissionais, que antes era determinado quantos profissionais e quais profissionais  
2422 que teriam uma vaga e agora as vagas são por regionais. (Débora): Isso é do ponto 2  
2423 Bruno. (Bruno): É do ponto 2. (Débora): É só porque eu estou voltando está só voltando  
2424 no ponto 1 porque isso que o você está falando é do ponto 2, mas é só pra, pra ficar  
2425 esse informe aí de que os trabalhadores é que vão indicar os representantes. (Alice): É,  
2426 e só pra complementar nesta discussão é o seguinte, na resolução não está previsto  
2427 quantos trabalhadores, dos segmentos, não só dos trabalhadores, mas também do  
2428 segmento governamental da gestão, tal não está previsto o quantitativo de pessoas que  
2429 vai formar esse núcleo, e aí a gente atentou para que isso fosse contemplado, pra depois  
2430 voltar pra comissão e a gente fazer a discussão novamente e aí a aprovação, mas aí teria  
2431 uma alteração na portaria. A ideia é porque para ir para o Encontro Final porque isso vai

2432 casar um pouco com a pauta inicial, a pauta anterior, porque pra ir pro encontro final a  
2433 gente já sair com o quantitativo de trabalhadores indicados pelo Núcleo, porque uma das  
2434 discussões foi a seguinte, quando instituiu, o Núcleo, por exemplo no municipal, a  
2435 portaria ela já vem falando quantas pessoas de cada segmento deverão ser indicadas, e  
2436 aí nesse caso essa portaria como ela é anterior e não tinha o FET e não tinha essa  
2437 organização, ainda isso não estava previsto a gente combinou isso a discussão viria  
2438 posteriormente. (Rodrigo): Eu tenho uma questão também que a organização dos  
2439 trabalhadores que vai indicar é o Fórum é o FET. (Jaime): É, porque é o seguinte, como  
2440 a Resolução foi lá de 2015 tinha várias, por exemplo os Fóruns ainda não estavam  
2441 instituídos, é a proposta da comissão era um pouco de trazer para a resolução uma  
2442 definição mais clara de que vai representar os trabalhadores e usuários nas entidades e  
2443 tal. E como o seminário é só depois não tem um plano anterior, não há tempo de a gente  
2444 definir o quantitativo já trazendo de uma vez por todas pra resolução. (Rodrigo):  
2445 (Simone): É, acho que vocês jogaram a bola de novo pra Sedese então eu vou trazer a  
2446 bola de novo pra cá, porque, porque o seguinte o que eu saiba na Secretaria Municipal  
2447 de Assistência Social de Belo Horizonte foi feito o seguinte, mandou uma carta para as,  
2448 as universidades, que que, falando pra elas que existia o Núcleo, qual que era o objetivo  
2449 do Núcleo e quem é que queria participar do Núcleo e, quem quisesse já mandasse o sim  
2450 e o nome, por isso que conseguiu estabelecer o número, porque fez isso antes, porque  
2451 como é que a Sedese vai lá dizer, então, das Universidades de Minas participa essa, essa,  
2452 essa e essa. Então não entendi. Mas vai dizer o número. (Alice): Ninguém está indicando  
2453 a gente vai dizer quantas pessoas, quantas pessoas, quais, nomenclatura. (Simone): Das  
2454 30 serão 10 e quem vai indicar as 10. (Alice): Pois é, o que eu estou falando é no caso  
2455 da Resolução. (Rodrigo): Calma aí, Alice. (Luanda): Questão de esclarecimento.  
2456 (Rodrigo): É isso. Só um minutinho Luanda. (Luanda): Questão de esclarecimento, então,  
2457 o que a gente resolveu na comissão, é que pro Encontro do dia 22 vão ser chamadas  
2458 todas as universidades, todas 23 e, as que comparecerem e as que resolveram entre si  
2459 o número de representantes, isto foi uma coisa que a gente decidiu na comissão, com  
2460 relação às representações dos segmentos, trabalhadores, usuários, entidades dentro do  
2461 Núcleo de Educação Permanente, isso aí a gente vai decidir em resolução, então nós  
2462 vamos ter mais uma reunião da comissão antes do Encontro, nós vamos conseguir decidir  
2463 pra, pra formular nesta resolução aí o número de, de participantes desses segmentos, e  
2464 das universidades vão ser todas que se inscreverem e lá no dia elas vão decidir os  
2465 representantes. Foi isso o que eu entendi que a comissão conversou ontem, foi isso.  
2466 (Simone): Então vejam só, então nós vamos fazer um Encontro, lá no Encontro nós  
2467 vamos ter que pensar num espaço de, de articulação pra que elas possam definir e, a  
2468 gente instituir o Fórum lá, nós não vamos com o Fórum instituído não. (Simone): Com os  
2469 nomes das pessoas, nada. (Camila): Não, porque. (Simone): Vai ser tirado  
2470 lá. (Camila): Isso, vai ser tirado lá, e mesmo porque assim, a gente não tem ainda os  
2471 representantes dessas instituições, a gente tem as instituições que se manifestaram pra  
2472 participar e aí, esse quantitativo é que a gente definiu, foi porque o número de pessoas  
2473 interessadas não bate com o número do pacote que a gente já tem de pessoas que  
2474 podem participar, e por isso as instituições vão ter que se organizar entre elas pra decidir  
2475 quem vai participar no número de 23, que a gente tem hoje, a gente achou coerente que  
2476 elas decidam entre os pares delas quem vai participar. (Jaime): Mas, de toda forma, gente  
2477 a comissão tem que discutir isso porque o seguinte se não tem razão em alguns aspectos  
2478 aqui, pra alguns segmentos a gente precisa definir o quantitativo, porque não dá pra

2479 por 20 trabalhadores no Núcleo, a gente precisa achar C1, C2, representantes, a gente  
2480 quer especificar que quem indica a representação do trabalhador é o Fórum de  
2481 Trabalhador, Fórum Estadual. Ponto. Isso aí é trazer pra resolução essa questão. Outros  
2482 segmentos então assim, alguns já podem chegar no dia 22 já com indicação e a gente  
2483 publica no Diário Oficial quais são as pessoas, outros, nós vamos ter que fazer, porque  
2484 como que, como que as entidades, vão se espelhar pra se organizar pra gente já com  
2485 indicação, então o melhor momento que eles decidam isso seja a ida deles no dia do  
2486 Fórum. Eu não vejo outra maneira. Agora os demais segmentos já podem chegar com a  
2487 indicação porque o já saiu a Resolução, já saiu com o número quantitativo das pessoas,  
2488 e na hora que inaugurou a mesa, já inaugurou com essas pessoas já com o regimento,  
2489 já pensando com o regimento interno. (Simone): É, mas mesas não é Núcleo. (Alice): O  
2490 Núcleo. (Simone): Eu sei que vocês mandaram uma carta para cada Universidade e  
2491 perguntaram, você quer participar, quem respondeu sim e mandou o nome, entrou,  
2492 publicou. (Alice): Sim, é no caso das universidades, sim é porque a gente tá dando muitos  
2493 esclarecimentos em relação aos trabalhadores e os outros componentes, no caso das  
2494 universidades é isso. (Simone): Aí, tá vendo? Então a ideia de vocês, é que haja um  
2495 momento no Encontro pra as universidades se organizarem. É isso. (Rodrigo): Mas  
2496 alguma questão, conselheiros, algum esclarecimento ainda? Não. (Isac): Sobre essa,  
2497 ficou esclarecido gente sobre a Resolução a gente precisa colocar em votação, acho que  
2498 convêm a gente ler ela aqui? O Núcleo ficou esclarecido? A gente pode passar para o  
2499 ponto 2? O Núcleo não altera a resolução, o ponto 2 altera a resolução. O núcleo 2 é  
2500 informe. Ficou esclarecido ou alguém precisa de mais algum esclarecimento sobre o  
2501 núcleo? Pode passar para o ponto 2 que é a resolução da Sedese? Resolução da Sedese  
2502 que solicita a alteração da Resolução do CEAS. (Rodrigo): Como é que é. Então, ficou  
2503 como, Resolução de quem para de quem? (Jaime): A proposta de alteração Resolução  
2504 do LOAS 555 do CEAS. (Camila): É a Resolução do CEAS 555/2016 alterada pela  
2505 resolução do CEAS 591/2017 dispõe sobre a aprovação da quantidade e do perfil dos  
2506 alunos bem como da responsabilidade dos entes para execução do programação Capacita  
2507 SUAS, representante referente aos aceites de 2013, 2014 do Governo de MG com o  
2508 Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. A alteração do art.2 do curso de  
2509 atualização sobre reordenamento do serviço de proteção social especial, número de  
2510 alunos variado por municípios, sendo, a resolução diz, um coordenador do CREAS  
2511 municipal, um profissional de nível superior da equipe de referência por CREAS municipal,  
2512 dois profissionais do nível superior por CREAS regional, um profissional do nível superior  
2513 de referência da proteção social especial dos municípios referenciados aos CREAS  
2514 regionais, um profissional de nível superior por unidade de acolhimento institucional, um  
2515 profissional de nível superior por serviço municipal de família acolhedora, e dois  
2516 profissionais de nível superior por serviço, por serviço de serviço estadual de família  
2517 acolhedora. (Jaime): gente eu só quero explicar essa alteração, explicar alteração, a  
2518 resolução anterior trazia o quantitativo por perfil, , é, essa definição quando a gente foi  
2519 feito o processo licitatório pra contratação dos cursos do Capacita, nós contratamos 5  
2520 cursos, o da proteção especial a gente teve por base a 900/2014, quando a gente  
2521 agora vai executar o curso especial nós percebemos que nós temos dentro daquele perfil  
2522 mais trabalhadores do que vagas, então nós temos hoje uma necessidade, aquele  
2523 quantitativo, porque houve uma mudança, mudou pra teve alguns aumentos, alguns  
2524 acréscimo, nós precisaríamos de 1780 vagas, sem levar em consideração as vagas do  
2525 CEAS, nós precisaríamos de 1823 vagas e nós temos 1598 vagas completadas. Então,

2526 gente o que nós definimos, nós definimos que nós vamos manter o perfil e o quantitativo  
2527 vocês vão ver logo abaixo, ele será definido por município, proporcionalmente ao número  
2528 de profissionais que ele tem em relação as vagas, porque ele tem mais profissional do  
2529 que vagas, porque mudou o perfil de 2015 até agora 201, ele aumentou o número de  
2530 profissionais dentro daquele perfil, então o que a gente está propondo, nós vamos manter  
2531 os perfis com algumas alterações que são no caso do, dos CREAS a gente tá juntando  
2532 coordenador com profissionais e definindo que é o profissional de nível superior da equipe  
2533 de referência tanto que o coordenador e os profissionais de nível superior da equipe de  
2534 referência já estão ali. É, nós estamos tirando a família de assistência social porque ainda  
2535 não foi implantada, e estamos incluindo o centro especializados com pessoas em  
2536 situações de rua que o centro pop que estava atuando na 125 centro pop. Então a gente  
2537 mantém basicamente o perfil que tem grande recuperação do perfil até tirar a família de  
2538 assistência social e incluindo o Centro pop. Tá compreendido, a questão da  
2539 proporcionalidade que vai ser mostrada abaixo eu explico depois. (Bruno): Ficou  
2540 compreendido? (Rodrigo): Tá, é mais tem mais questões aqui na resolução isso? Ou  
2541 vamos aprovar cada eixo. Toda é melhor. (Jaime) Camila continua? (Bruno): A nova  
2542 redação do inciso 5, curso de atualização sobre organização e oferta dos serviços de  
2543 proteção social especial: A- profissional de nível superior da equipe de referência do  
2544 CREAS municipal, B- Profissional de nível superior, daequipe de referência do CREAS  
2545 Regional, C- Profissional de nível superior de referência da Proteção Social Especial dos  
2546 municípios referenciados ao CREAS regionais (aos CREAS Regionais); D – Profissional de  
2547 Nível Superior da unidade de acolhimento institucional, E – Profissional de nível superior  
2548 dos serviços municipal de família acolhedora, F – Profissional de Nível Superior de centro  
2549 especializado para pessoas em situação de rua – centro pop. Parágrafo I: O número de  
2550 vagas será garantido aos municípios conforme estabelecido no caput, em caso que  
2551 existem indisponibilidades de participação dos perfis definidos, é permitido a  
2552 excepcionalidade de alteração conforme orientação da Sedese aprovado pelo CEAS, II –  
2553 Antes era: Caso os municípios não garantam inscrição em todas as vagas disponíveis no  
2554 prazo estabelecido pela Sedese, as vagas serão redistribuídos entre os municípios de  
2555 médio, grande e grande porte e metrópole, na nova redação caso os município não  
2556 garantam as inscrições em todas as vagas disponíveis, no prazo estabelecido pela  
2557 Sedese, as vagas serão redistribuídas, prioritariamente entre os municípios médio,  
2558 grande porte e metrópole. (Jaime): Só explicando, gente aqui quando sobrava vaga a  
2559 gente distribuía pro médio e grande porte foi uma deliberação aqui do conselho, na  
2560 pratica o que está acontecendo, quando ainda sobra, a gente tem muito município  
2561 pequeno solicitando, ainda sobra mais, então a gente resolveu colocar prioritariamente  
2562 para conflitar a realidade, que sobrando ainda essas vagas a gente ainda recebia muitos  
2563 municípios pequenos que tem a gente está atendendo essas demandas quando ainda  
2564 sobra. (Bruno): Ok. Parágrafo III- Os municípios serão convocados pra o Plano de  
2565 capacitação respeitando a Diretoria Regional a que estão referenciados – Parágrafo IV –  
2566 Os alunos de um mesmo município deverão ser capacitados na mesma data e compor a  
2567 mesma turma, Parágrafo V- As equipes das Diretorias Regionais da Sedese terão 2 vagas  
2568 em cada um dos cursos descritos no Caput, Parágrafo VI – Antes era, os municípios  
2569 deverão priorizar para os cursos e servidores públicos efetivos, na nova redação os  
2570 municípios deverão priorizar para os cursos, para os cursos os servidores públicos  
2571 efetivos ressalvados os profissionais que integram as equipes de referência das unidades  
2572 de acolhimento institucional não governamental, Parágrafo VII –(Jaime): O Bruno é só

2573 pra lembrar gente que tem uma questão aqui que é o seguinte que também saiu , no  
2574 parágrafo IV, favor marcar nós tiramos, assim os alunos de um mesmo município deverão  
2575 ser capacitado na mesma data, e conter a mesma turma, nós tiramos conter a mesma  
2576 turma, porque a gente está achando que vai ser importante a gente agrupar os alunos  
2577 quem é da área, fazer grupos, turmas da alta e turma da noite pra gente concentrar os  
2578 debates, então a gente tirou aquele finalzinho e conter a mesma turma, só termina na  
2579 mesma data tá, a gente tá querendo nuclear as turmas e aí o aluno tem complexidade,  
2580 o aluno que é de um município vai poder tá na outra turma e assim por diante. (Bruno):  
2581 Exato, então o parágrafo IV ficou, os alunos de um mesmo município deveram ser  
2582 capacitados na mesma data. Parágrafo VII – Serão garantidas vagas em todos os 5  
2583 cursos do Programa Capacita SUAS para todos os Conselheiros Estaduais representantes  
2584 dos Conselhos Municipais e da Sociedade Civil no polo de capacitação mais próximo de  
2585 suas residência. Parágrafo VIII – (Rodrigo): Vamos usar a mesma metodologia da outra  
2586 comissão. É, expõe e a gente já debate. Questão de ordem. (Consolação): É, é isso que  
2587 eu queria falar, é que pra facilitar o entendimento da proposta, nós colocamos o que está  
2588 sendo alterado junto aí em baixo, as outras redações ela, ela realmente já foi aprovado,  
2589 é a resolução do CEAS não é a proposta de alteração, isso já houve a proposta do  
2590 Conselho, entendeu? Ah? (Bruno) Pode alterar mas eu. (Consolação): Isso já foi discutido  
2591 na Comissão Rodrigo, eu estou fazendo esclarecimento, porque da forma que está  
2592 lendo... ele está lendo a resolução como um todo, eu só aspectos que foram solicitados.  
2593 (Rodrigo): Simone, questão de ordem. (Simone): Só lembrando que essa resolução foi  
2594 pra todos os cursos, inclusive cursos que nos já fizemos, com critérios que estabelecemos  
2595 e executamos, então tem que tomar muito cuidado, a mudança é para este curso, por  
2596 isso tem que ficar bem atento senão desvalida o que já foi convalidado. (Rodrigo):  
2597 Mantém destaque Cris. (Cris): sim. (Rodrigo): Ok. Então vamos lá. Destaque VII, Cris.  
2598 (Jaime): Gente, acho que é uma questão de alta, nós estamos trazendo aqui algumas  
2599 alterações nós estamos discutindo alteração e não estamos discutindo a resolução como  
2600 um todo se é uma decisão do conselho discutir a resolução como um todo eu acho que  
2601 nós temos que discutir o que está primeiro o que é, o que está propondo alterar e não a  
2602 resolução toda. (Bruno): Gente, o parágrafo VII, ele já está na resolução ele não é  
2603 alteração (proposta), vocês querem que leiam só as propostas de alteração ou a  
2604 resolução nova como um todo. (Rodrigo): É, eu estou entendendo o que a Simone  
2605 colocou, Consolação, Jaime, com relação a resolução. Eu tinha entendido o seguinte, se  
2606 é uma resolução a gente tem o direito de alterá-la na íntegra, inclusive os artigos que já  
2607 foram, só que a gente tem que observar pra não desqualificar o que já foi feito mas então  
2608 cabe o destaque da Cris, na sétima, tá mas nem tudo, o plenário também pode discutir  
2609 aqui, é uai, fala Cris qual é o destaque, fala qual é o destaque pra clarear a questão.  
2610 (Cris): Então, é porque nos cursos anteriores é nós tivemos conflito de agenda do próprio  
2611 CEAS de atividade de conselheiros com os dias, aconteceu isso comigo, eu pedi pra poder  
2612 trocar pra poder ir fazer em outra regional e não podia, então eu acho que a gente  
2613 poderia ver isso, porque as comissões e as atividades inclusive uma das coisas que eu  
2614 queria ver com a mesa diretora são as indicações pra representação do CEAS porque eu  
2615 lembro que uma data anterior nós fizemos essas agendas de representações, acho que  
2616 foi uma das primeiras coisas nos fizemos eu lembro que eu fiquei representando o CEAS  
2617 com o FECTIPA na ocasião e a gente ainda não fez isso, e essa agenda na época chocou  
2618 com uma atividade, então eu queria ver essa possibilidade do conselheiro estadual poder  
2619 fazer essa formação em qualquer em qualquer regional que seja. (Jaime): Gente, a

2620 questão, questão é de logística viu porque o seguinte, quando a gente fecha tudo, a  
2621 gente já sabe onde que cada conselheiro reside e a definição era que ele pudesse fazer  
2622 lá no polo dele então a gente já negocia isso com a instituição de ensino contratada então  
2623 fica difícil a gente ficar transitando há vai ser aqui ou vai ser lá, de modo que depender  
2624 da movimentação dos conselheiros ele vai ter estrutura garantida pra ele, porque ele  
2625 precisa do planejamento mínimo então eu já digo o prazo de inscrição de ensino em Belo  
2626 Horizonte, são, são 24 conselheiros que vão fazer, são 24 conselheiros então eu preciso  
2627 garantir o espaço para os 24 conselheiros, inclusive da alimentação, essa coisa toda, tem  
2628 que tomar cuidado, é preciso que garanta plenamente o planejamento para que os  
2629 instituição de ensino se organize adequadamente pra isso, senão depois eu vou ficar em  
2630 maus lençóis porque vai ser difícil negociar com a empresa. (Simone): Não, quer dizer,  
2631 isso é uma questão de logística aqui do conselho mesmo, até bom que não seja resolução  
2632 muito fechada, a que serve de parâmetro pra organização e planejamento e nós vamos  
2633 discutir aqui a participação da representação dos conselheiros. (Jaime): Lembrando que  
2634 você fica a semana inteira fazendo curso, se você não faz aqui em belo Horizonte vai  
2635 fazer em outro polo, você poderá ficar uma semana distante? Essa é uma questão  
2636 importante. Agora um caso é possível a gente negociar com a instituições de ensino, dois  
2637 casos, agora se todos resolver mudar de polo pra nós vai dificultar bastante, e o custo,  
2638 pra mais. (Rodrigo): Então comissão, prossiga por favor. (Bruno): Vocês querem que eu  
2639 continue lendo a resolução inteira ou somente os pontos que foram alterados? Ok. Então  
2640 vamos lá. Não. Tem inclusão, tem inclusão do parágrafo X: Para o curso, para o curso  
2641 autorização sobre organização e oferta do serviço da proteção especial o total de vagas  
2642 por municípios será estabelecido proporcionalmente ao número de profissionais dentro  
2643 do perfil estabelecido no inciso V, conforme censo SUAS 2016 em relação, em relação ao  
2644 total de vagas contratadas por polo. No artigo IV caberá os municípios, no inciso II  
2645 custear as despesas de deslocamento dos participantes para cidades polo de capacitação  
2646 a que ele está referenciado e do local de hospedagem no local de realização dos cursos  
2647 quando for o caso, essa é a resolução antiga, a nova redação seria, garantir o  
2648 deslocamento de todos os participantes para cidade polo, de capacitação a que ele está  
2649 referenciado e do local de hospedagem no local de realização dos cursos quando for o  
2650 caso. Parágrafo único: Não será custeada pela Sedese a hospedagem para os alunos de  
2651 municípios que distanciam 70 km ou menos do polo de capacitação que estão  
2652 referenciados, cabendo ao município a responsabilidade de garantir o deslocamento  
2653 diário dos alunos ao local de realização dos cursos, bem como pelo seu retorno ao  
2654 município ou, caso seja a decisão custear a hospedagem de seus alunos durante a  
2655 realização do curso. Teve a inclusão também do parágrafo II – Caberá os municípios de  
2656 origem, dos alunos inscritos e com direito a hospedagem, conforme estabelecido no  
2657 inciso III do artigo III comunicar a Sedese a desistência do aluno, quanto a utilização da  
2658 hospedagem, quanto a utilização da hospedagem 2 dias úteis antes da data de início do  
2659 curso, podendo iniciar um substituto, indicar um substituto, desculpa. Artigo III, quando  
2660 da não utilização da hospedagem sem comunicação prévia, conforme estabelece o  
2661 parágrafo II, o município deverá enviar justificativa que caracteriza a impossibilidade de  
2662 participação por força maior antes do término do curso. (Rodrigo): Alguma questão  
2663 conselheiros? (Jaime): Só um comentário, porque nós incluimos alguma responsabilidade  
2664 aos municípios, que ele deva garantir o deslocamento de todos os participantes do curso  
2665 isso significa que tem que garantir as representantes das unidades de acolhimento não  
2666 governamentais. Por isso que nós colocamos a palavra todos. E esses dois últimos

2667 parágrafos foi no sentido da gente, nós temos um programa que a gente chama de no-  
2668 show que o aluno, a gente banca a hospedagem pra quem mora a mais de 70 km e, as  
2669 vezes o aluno não comparece. E aí a gente tem que pagar o no-show a gente quer  
2670 diminuir esse no-show, tentamos cobrar do município que ele tem que justificar com  
2671 certa antecedência se o aluno vai ou não vai, pra gente não mandar nenhuma lista  
2672 faltando pra gente diminuir o número do no-show e, então que caso ele disse que vai  
2673 mas por força maior alguma coisa aconteceu ele vai ter que justificar também. É só no  
2674 sentido da gente forçar, e peço a colaboração de vocês no sentido que o município precisa  
2675 garantir a presença se o aluno não puder vir por algum motivo que nos informe com  
2676 antecedência. (Rodrigo): (Luanda): Luanda-FETSUAS: Então a gente conversou ontem  
2677 durante a comissão a discussão foi com relação à participação, esse número de vagas  
2678 que acabou ficando menor que o número de participantes possivelmente interessados, e  
2679 a nossa participação enquanto trabalhadores, foi no sentido de que, trabalhadores  
2680 técnicas, no sentido de que muitos municípios, e a gente vive essa realidade, acabam  
2681 indicando coordenadores, assim preferencialmente para fazer parte para participar do  
2682 curso, é e aí a gente discutiu que seria uma missão então do Fórum de Trabalhadores,  
2683 coletivo de trabalhadores, mobilizar os trabalhadores para poder os trabalhadores  
2684 técnicos, para também estarem, terem representação, representatividade nos cursos.  
2685 Então, ontem aí eu venho agora não como comissão mas, como porta-voz da reunião  
2686 do Fórum dos Trabalhadores, é discutiu-se lá a possibilidade, aí em apresento aqui como  
2687 uma proposta, de que algumas vagas fossem disponibilizadas para que o FET indicasse  
2688 alguns e aí coloco isso como uma proposta que vem do FET e, é uma coisa nova, inclusive  
2689 pedir licença pro Bruno, pras meninas da comissão pra colocar isso, que foi uma coisa  
2690 que não foi discutida ontem na comissão e, eu estou colocando hoje na plenária trazendo  
2691 como proposta do próprio Fórum. Tá. (Débora): Luanda, eu acho que eu, eu acho que,  
2692 acho que eu vou falar a mesma coisa que eu falei ontem na comissão que eu acho a  
2693 gente que a Luanda colocou uma questão importante mesmo, que muitas vezes os  
2694 gestores de assistência social mandam só as mesmas pessoas, as vezes pessoas que não  
2695 tão, as vezes estão até no critério mas, já não é a pessoa mais indicada, enfim, e eu  
2696 falei com a Luanda que eu acho que isso, tem já os critérios, são profissionais de nível  
2697 superior, tem que estar nos serviço, já está definido, e que eu acho que isso tem que  
2698 vim de uma discussão mais política do que necessariamente uma indicação até sugerir  
2699 que o Fórum de Trabalhadores soltassem uma nota: Atenção trabalhadores, vem aí o  
2700 Capacita, fica atento, participe da discussão e tal, eu acho que isso é um empoderamento  
2701 do trabalhador, é que vai dar conta dessa discussão lá na ponta. É minha opinião  
2702 (Luanda): E trago, eu trago isso como porta voz mesmo, como proposta. (Débora): É  
2703 um curso técnico, então assim, eu acho que o município, e o gestor que nesse caso é  
2704 que sabe quais os serviços precisam ser, a gente teve muita preocupação de colocar aí  
2705 nessa resolução, de que garantir o trabalhador privado das entidades do rede cuidar,  
2706 então a gente até mudou lá, que não é preferencialmente concursado, ressalvado o caso  
2707 porque esse curso, é um curso que vai trabalhar com os temas da alta complexidade e  
2708 75% da rede da alta complexidade é rede privada, então a gente acha importante que  
2709 esse servidor entre, então acho que é assim, eu acho que é uma discussão que tem que  
2710 estar no âmbito mesmo do serviço, da gestão, e do empoderamento dos trabalhadores  
2711 lá no Conselho Municipal, nos Fóruns Municipais e Fórum Regional aonde tiver gestor que  
2712 não respeite isso que os trabalhadores façam a discussão política por lá. É a minha  
2713 opinião. (Rodrigo): É, eu vou, Simone começou cantando hoje e eu vou cantar também:



2714 Que eu sou do povo eu sou um Zé ninguém, aqui em baixo as leis são diferentes. No  
2715 território, o nosso chão lá de trabalhador, essa pressão política, ela é desarmada muito  
2716 facilmente pelo assédio, pela correlação de força que a gente encontra, o couro já tá  
2717 duro de tanto levar paulada mesmo, e aí eu penso que talvez, eu gostei muito na  
2718 resolução quando coloca servidor efetivo, que a gente já desarma preferencialmente  
2719 efetivo, então já desarma, nada contra geração de emprego, nada contra comissionado,  
2720 nada contra, mas o que garante a continuidade de serviço, o que garante essa  
2721 continuidade da execução pública, republicana do serviço no território é o servidor  
2722 concursado via de regra. Há o que se discutir também do comprometimento desse  
2723 servidor, mais é, é uma outra linha de discussão, assim, mas eu penso que a gente tem  
2724 que ter uma ação um pouco mais firme do CEAS também, não dá pra colocar essa  
2725 responsabilidade só para o trabalhador, eu acho enquanto CEAS essa nota, esse ofício  
2726 do gestor, enquanto Sedese também eu acho que tinha que ter uma pressão um pouco  
2727 maior, para que o trabalhador da ponta, aquela pessoa operacionaliza porque muitas  
2728 vezes eles colocam também, ok, eu vou mandar o meu efetivo que as vezes não tem  
2729 cargo mas, está lá, assumindo o papel correlato a coordenação, a gente vê muito disso,  
2730 e aí não repassa, o trabalho fica, leva o material pra ele, nem, nem sequer deixa o  
2731 material no espaço de trabalho, então eu penso que, não sei se é matéria de resolução,  
2732 até acho que não, mas eu acho que enquanto CEAS enquanto Sedese desse apoio a  
2733 Sedese também, que tenha uma, uma, uma orientação, uma nota, um ofício, alguma  
2734 coisa mais firme com relação a isso assim, para respaldar nossa ação lá no  
2735 território. (Simone): Então presidente, o senhor pode ter certeza que nós não verga não  
2736 viu, nós segue direitinho o que o Conselho manda, mandou inclusive como disputamos,  
2737 convencemos os diretores regionais, convencemos os secretários municipais, a gente é,  
2738 por isso que é muito importante o debate aqui no Conselho Estadual, porque pra nós,  
2739 como tem que ser, aliás, isso é uma questão, a outra com todo respeito ao Fórum, com  
2740 todo respeito ao Fórum, mas se a gente incorpora essa discussão numa resolução dessa  
2741 fica parecendo que a gente tá, tá é, é tirando a vaga lá dos municípios, acho que antemão  
2742 trás uma disputa desnecessária, por Fórum que quer criar legitimidade, sem contar que  
2743 aí, além dessa discussão começa essa outra, há os trabalhadores públicos e os  
2744 trabalhadores privados, os Fóruns todos só representam os trabalhadores públicos não  
2745 representa os trabalhadores, eu acho que a gente não deveria, e sem contar uma questão  
2746 muito importante, quem é o Fórum pra saber lá da região quem são os representantes,  
2747 isso é muito complicado, muito complicado, acho que não é por aí, acho que não é por  
2748 aí, nós temos que ver que se essa resolução, ela contempla, inclusive a gente ampliou,  
2749 ampliamos pra ideia de equipe de referência, a equipe de referência quando se trata da  
2750 média complexidade, quando se trata da alta complexidade, é isso que Débora falou,  
2751 70% dos trabalhadores que virá é da rede privada. As entidades vai ter que nos ajudar  
2752 muito, e o Fórum dos trabalhadores também, nós temos que convencer, convencer o  
2753 secretário que ele vai ter que chamar as entidades lá, que ele vai ter que discutir com  
2754 ela, vai ter que ir todo mundo junto, os trabalhadores vão junto pela primeira vez no  
2755 curso, quer dizer é um, é um, é um emaranhado aí de questões que eu acho que nós  
2756 temos que nos haver com ela sim, mas eu, eu, sinceramente, Luanda, eu sei que é uma  
2757 proposta, acho que vocês discutiram, vocês devem ter a razão de vocês, mas quando  
2758 chega no Conselho a proposta aí é isso que o Rodrigo falou, aí vem outra dimensão,  
2759 Conselho tem que ter uma dimensão do que que ele está decidido, porque depois tem  
2760 que votar politicamente inclusive. (Rodrigo): (Cris): Eu estou entendendo a direção das

2761 questões, e eu acho que nós temos que ter muita atenção para gente não tirar também  
2762 a responsabilidade dos municípios sabe, das coisas assim, eu acho que isso é uma coisa  
2763 extremamente importante, e aí eu falo no lugar de entidades que está ano interior, e que  
2764 nós estamos no interior muitas das vezes em que esse movimento vai fazer que o gestor  
2765 até nos descubra, e eu estou dizendo de um lugar que parto de um município, onde nós  
2766 o gestor municipal lá mesmo nós, sendo o único serviço que executa determinada política  
2767 no município, ele nunca tinha sentado conosco pra conversar, então eu acho que esse  
2768 movimento e aí, nós estamos falando aqui de acolhimento especial sabe, nós tiramos  
2769 toda e qualquer discussão dessa no município, a gente também acho, enfraquece a rede  
2770 pra dentro do município, entendeu? É e enfraquece essa discussão inclusive da  
2771 aproximação desse trabalhador, desse trabalhador privado, que eu acho que o  
2772 movimento é tanto da construção da rede visando, mas desse trabalhador também se  
2773 entender como parte. Então eu acho que quando esse gestor descobre esse trabalhador  
2774 dentro de uma organização, que tá lá com sua maioria executando seu serviço enquanto  
2775 vaga, isso é extremamente importante, isso é crescente, então acho que a gente tem  
2776 que ter muito cuidado para não tirar a autonomia e esse fortalecimento da rede pra  
2777 dentro do município. (Rodrigo): (Jaime): Eu só queria informar, gente, que eu concordo  
2778 com a Cris, que isso é prevenção da gestão definir, que são, que margem, onde ela  
2779 gestão é sabe onde está pegando, importante envolver e quais regionais podem fazer o  
2780 curso. Mas lembrando que só de informar porque eu não informei na comissão, a SEDESE  
2781 orienta os municípios e a SEDESE faz gestão das vagas, tá gente, nós temos o SISCAP e  
2782 tem assim tudo aquilo que aparece na inscrição fora do perfil a gente retira, os diretores  
2783 regionais eles são orientados, de, de, de orientar os gestores para que a gente garanta  
2784 que o perfil seja respeitado, as vezes a gente tem a impressão que os mesmos  
2785 profissionais são os mesmos gestores que vão fazer o curso isso tem que ficar muito  
2786 claro, então lembrando a Sedese vai estar olhando sistematicamente para as inscrições  
2787 e alertando para aquilo que tá fora ou não tá fora, e é importante reforçar, a importância  
2788 toda de participar do curso principalmente tomar como base, a gente tem que tomar  
2789 muito cuidado para que de repente o gestor não valorize as entidades. (Rodrigo):  
2790 (Luanda): Ô gente é rapidinho é só uma questão de esclarecimento na fala da Cris, eu  
2791 não sei se acabei não sendo tão compreendida de novo, o que a proposta que algumas  
2792 vagas, um número sei lá 5 vagas, 10 vagas, fosse disponibilizado ao FET, que é isso, a  
2793 proposta é essa, é essa a proposta não é de deixar o, é, isso é eu estou falando disso,  
2794 essa é a proposta, é essa que é a proposta, eu estou só fazendo um esclarecimento pra  
2795 dizer que a proposta é essa, entendeu, não é deixar a cargo do Fórum escolher quem vai  
2796 participar, é deve ceder algumas vagas para que o Fórum indique, também. É uma  
2797 estratégia de mobilização também, essa é a proposta. (Rodrigo): Ok. Dona Arlete.  
2798 (Arlete) Graal Buritizeiro: Olha, eu, eu entendo que o papel do Conselho Estadual, seja  
2799 CEAS ou outro, é nos fortalecer enquanto representante e a gente ser essa semente em  
2800 nossas comunidades. Na medida que a gente vive em nossos municípios, em nossas  
2801 relações de organização de trabalhadores, de usuários, enfim de entidade com a política  
2802 pública administrativa local que a gente sabe que em sua maioria ela é opressora, a  
2803 gente corre o risco de mostrar respaldo no Conselho Estadual e, chegar de certa forma  
2804 empoderado de um poder que a gente não tem, e aí na medida que a gente se fortalece  
2805 enquanto conselho para atuar na nossa comunidade isso é muito bom, mas na medida  
2806 em que a gente sai daqui com um discurso que faz valer porque esse conselho dá um  
2807 respaldo a gente enfraquece, porque na hora que a gente não estiver no conselho, na

2808 hora que não tiver ninguém da comunidade da gente no conselho, porque não é todos  
2809 os municípios que estão aqui, a gente está por representações a gente corre o risco de  
2810 que no final de tudo ficar mais fragilizado. Neste sentido, Luanda eu entendo a proposta,  
2811 quem dera pudesse ser, mais o que acontece e que o quadro que se aponta é que nós  
2812 temos que a cada dia a gente tem que se fortalecer mais, em nossas comunidades, nos  
2813 nossos grupos e fazer disso uma bandeira de luta, sem medo a gente tem que seguir e,  
2814 fazer um bom uso daquilo que nos é ofertado. Acho que o Capacita SUAS tem levado  
2815 para as nossas comunidades, essa condição de nos orientar, nos capacitar para que a  
2816 gente aprenda a fazer política pública de inclusão. (Rodrigo): Ok. Então a proposta do  
2817 Fórum é incluir vagas para o Fórum dos trabalhadores, então vamos colocar em votação.  
2818 Foi feito uma proposta. (Cris): Então, eu gostaria que fosse colocado para Fóruns, fosse  
2819 colocado como Fóruns. (Rodrigo): Simone. (Cris): E o (usuário) inclusive amanhã o de  
2820 Belo Horizonte, o Fórum de Belo Horizonte aqui dessa região de usuário está sendo  
2821 instituído. (Simone): Não Cris, eu acho que a gente tem que se posicionar contrário, e  
2822 não ampliar pra todos os Fóruns, a minha proposta é pra votar, vai votar quem é a favor,  
2823 então entendi, então primeira coisa é como encaminhar a votação, entra ou não entra  
2824 Fóruns? Mais já tá propondo que você encaminhe, entra ou não entra Fóruns, entendi,  
2825 que aí a gente vota a favor ou contra de entrar Fóruns específicos. Está certo. (Rodrigo):  
2826 Então podemos caminhar assim, então tá, em regime de votação então, os conselheiros  
2827 que aprovam a inclusão do Fórum, de Fórum, conselheiros contrários, então vamos lá,  
2828 conselheiros que aprovam a inclusão dos Fóruns, de todos os Fóruns, Luanda,  
2829 conselheiros contrários, não precisa falar não, a maioria, abstenções? Isac. Ok. Então  
2830 comissão de política (continua) tem mais alguma coisa? Então vamos. Tem a resolução,  
2831 já concluiu a resolução? (Bruno): Aí. Já terminamos a leitura agora a gente precisa de  
2832 colocar em votação. (Rodrigo): Ok. Então os conselheiros que aprovam a resolução, qual  
2833 o número dela, por favor? Para registrar em ata? (Bruno): 555. (Rodrigo): Que altera a  
2834 555. Os conselheiros que aprovam a alteração da resolução 555 com as correções?  
2835 Contrários? Abstenções? Unânime. Então resolução aprovada. Continuação da comissão,  
2836 por favor. (Bruno): Só um segundo. O ponto 3 é só a gente precisa de formalizar um  
2837 convite para a próxima plenária, o assunto é o reordenamento da Fundação Educacional  
2838 Caio Martins, FUCAM, com o novo modelo de atendimento, e aí ontem tinha 2  
2839 representantes aqui da FUCAM, e elas queriam fazer uma apresentação desse  
2840 reordenamento e, elas pediram pra gente fazer um convite oficial para que na próxima  
2841 plenária elas pudessem fazer essa apresentação. E aí eu queria saber o que vocês acham,  
2842 Rodrigo. (Débora): Só complementando Bruno, você está falando da FUCAM, aí porque  
2843 assim a Fundação Educacional Caio Martins, foi ontem na comissão e apresentou o  
2844 projeto de reordenamento e a gente acha que é um projeto muito importante, de muita  
2845 coragem a mudança que foi feito, uma instituição de 70 anos ter mudado da forma como  
2846 mudou e a gente acha importante que o pleno conheça. Então a gente está propondo na  
2847 próxima que aí o CEAS agendaria Bruno com a Fundação que a gente acha importante  
2848 trazer isso para apresentação pra todo o pleno que é um reordenamento importante da  
2849 política de assistência social. (Bruno): Isso, e a FUCAM igual ela falou, tem 70 anos,  
2850 então ela acabou tendo um reordenamento, um pensamento mais contemporâneo, com  
2851 algumas colocações que a gente teve na comissão de política, eu entendi que isso, que  
2852 isso foi muito importante, então eu queria ver a possibilidade de convidá-las pra  
2853 apresentar esse reordenamento aqui na, nas Assembleias Ordinárias, se não for na  
2854 próxima ver o dia que pode e, o que vocês acham. (Rodrigo): Então o pedido é que a

2855 FUCAM, faça uma apresentação do escopo da metodologia, então a secretaria executiva  
2856 faz o convite, estamos de acordo conselheiros, ok, faz o convite para a FUCAM fazer a  
2857 apresentação formal. E aí é, porque aí depende de uma agenda, vamos ver. Mais alguma  
2858 coisa da comissão? (Bruno): Temos. É, a revisão da resolução do CEAS 373/2011  
2859 benefícios eventuais, eu vou pedir pra Luanda falar um pouquinho pra gente. (Luanda):  
2860 Então conforme deliberado na plenária passada, eu estou representando a comissão lá  
2861 no GT da SEDESE, que está discutindo esta reestruturação dos, dos benefícios eventuais  
2862 e propondo aí, uma proposta inovadora e tudo mais, então assim é mais uma questão  
2863 de informes mesmo, no dia 11 de maio vai acontecer uma oficina, esta oficina vai contar  
2864 com a presença de Ana Lígia que é a pessoa de referência que está orientando os  
2865 trabalhos de revisão dos benefícios eventuais, e aí dia 11 de maio na SEDESE vai ter  
2866 essa oficina ampliada com membros aqui do CEAS é, com membros de todos os outros  
2867 setores, CRP, CREAS, todos os coletivos de usuários, esse convite vai ser feito pra todos,  
2868 e pra gente discutir amplamente, primeiro, ela vai explicar como é que é a proposta dela  
2869 e na parte, na parte da manhã e na parte da tarde, a gente vai ler a resolução que está  
2870 sendo proposta, revisada e fazer uma discussão bem ampla desse assunto que é um  
2871 assunto que está propondo mudanças, mudanças inovadoras e importantes. Então é mais  
2872 uma atitude de informe que isso acontecerá no dia 11 de maio. (Bruno): A gente tem  
2873 último, alguém quer colocar alguma coisa? (Débora): Só complementar que a gente vai  
2874 convidar então a comissão de políticas, a de normas e a diretoria, aí a presidência, o  
2875 CEAS pra comparecer as pessoas que. (Bruno): Alguém quer colocar mais alguma coisa  
2876 acima desse ponto? A gente tem um último ponto que é uma situação que acontece em  
2877 Juiz de Fora, que a cidade, ela, os serviços que deveriam ser prestados pelo poder público  
2878 está sendo prestado por entidades privadas. No nosso assunto a gente colocou  
2879 terceirização dos serviços sócio assistenciais que devem ser executados exclusivamente  
2880 pelo poder público no município de Juiz de Fora, através do ofício o CEAS alerta o CMAS  
2881 em Juiz de Fora para adotar um posicionamento frente, frente a 13.019 que estabelece  
2882 as diretrizes para as parcerias entre as OSCIPs e a administração pública sendo regra o  
2883 chamamento público. O que que acontece, CRASS e CREAS em Juiz de Fora tem sido  
2884 atendido por uma instituição privada, é uma instituição que é, ela fica meio em cima do  
2885 muro, em alguns órgãos ela está inscrita como instituição pública e, em outros ela é  
2886 reconhecida como instituição privada, então é, é uma mista e é uma irregularidade, assim  
2887 do meu ponto de vista é uma irregularidade que a cidade de Juiz de Fora está  
2888 apresentando. A gente pensou em tentar resolver esse problema da seguinte forma,  
2889 marcar uma reunião do CEAS com a Secretaria da Executiva de Juiz de Fora, que é, só  
2890 uma curiosidade que acabou de mudar, o prefeito de lá renunciou aí ele decidiu uma  
2891 outra secretária, então, e aí a gente pensou em solicitar uma reunião do CEAS com a  
2892 Secretaria Executiva de Juiz de Fora. E dessa Secretária Executiva eu obviamente estarei  
2893 presente, e a gente também pensou na presença da Maria do Carmo e, de um  
2894 representante, de um outro representante do CMAS, a gente pensou no Rodrigo pra ver  
2895 se ele pode ir, do CEAS, desculpa, a gente pensou no Rodrigo mas a gente vai ter que  
2896 olhar aqui no CEAS se é possível e, se é viável. Você quer que repete Rodrigo? (Simone):  
2897 Não eu quero, ai desculpa. Eu quero um esclarecimento coordenador, a reunião do  
2898 conselho estadual vai ser com o conselho municipal e a Secretaria Municipal? (Bruno): A  
2899 gente pensou em fazer uma reunião com o conselho municipal mas a comissão de política  
2900 deliberou foi que a gente fizesse uma reunião com a Secretária Executiva. (Simone): E  
2901 a Secretária Executiva é o que? (Bruno): Ah, desculpe, com o Secretário de Governo, eu

2902 estou falando secretaria executiva mas é secretaria de Governo, é uma reunião com o  
2903 secretário de governo pra posteriormente se for o caso a gente fazer uma reunião com  
2904 o CMAS de Juiz de Fora. (Simone): Ô gente olha, por questão de respeito dos entes, o  
2905 presidente não pode sair daqui, o presidente do Conselho Estadual de Assistência Social,  
2906 ir ao município para reunião com Secretário de Governo, isso é uma deselegância política  
2907 de relações institucionais, ele tem que ir e reunir com o secretário municipal de  
2908 assistência social e o Conselho Municipal de Assistência Social. (Rodrigo): Então é  
2909 Governo. O Bruno repete, eu, pra gente entender. Não Bruno, por favor repete.  
2910 (Luanda): É, questão de esclarecimento então, que foi a discussão na comissão, a gente  
2911 já, o CEAS já conversou com o CMAS de lá, já enviou a gente tem esse histórico aí, o  
2912 CMAS ele deu um retorno positivo pro CEAS e, a gente entendeu que estrategicamente,  
2913 politicamente por ter tido essa mudança de prefeito e, também de secretaria, a Secretária  
2914 agora é uma pessoa mais aberta é uma pessoa mais aberta para nos receber, Secretária  
2915 de Assistência Social, e aí ela, e o Bruno também vice presidente do CMAS, que deu esse  
2916 também contexto desse município para gente, e a secretária sendo uma pessoa nova,  
2917 uma pessoa mais aberta politicamente, a gente marcou uma conversa com ela, e aí a  
2918 gente conversou que estrategicamente também, nesse momento a gente não conversaria  
2919 com o Conselho, mas é algo que a gente pode ver aqui agora. (Rodrigo): (Consolação):  
2920 Ô gente, até, eu falo até por lições até ética mesmo, conselho conversa com conselho, é  
2921 órgão de controle social local, a gente não pode chegar e conversar com a secretária,  
2922 isso é um conselho, quer dizer é como se o conselho nacional viesse aqui e conversa lá  
2923 na Sedese e a gente, e não fala nada com a gente. (Bruno): Eu só queria colocar uma  
2924 delicadeza que o município apresenta, que é o seguinte, a instituição que atende irregular  
2925 ou regular é uma questão jurídica, mas no meu entendimento irregularmente as  
2926 atividades que seriam de poder de execução do poder público, exclusivamente, elas  
2927 compõem grande parte do conselho municipal de Juiz de Fora o que dificulta a nossa  
2928 ação contrária a essa atividade. (Simone): Ô Bruno, quem é o presidente? (Bruno):  
2929 Rogério.(Simone): E o Rogério é da entidade? (Rodrigo): (Cris): O gente, o primeiro  
2930 ponto que eu já fico preocupada, é o presidente do CEAS ir nesse lugar, eu acho que o  
2931 presidente do CEAS não tem que sair de Belo Horizonte para ir num lugar com uma  
2932 questão tão complicada, complexa dessa que envolve recurso, nós estamos falando de  
2933 um servidor, eu acho que não é, eu acho que não, que não é por aí não, sabe, eu fico  
2934 pensando que uma situação dessa, com uma, uma questão tão assim nós já tivemos  
2935 aqui, eu acho que uma condução que foi feita, a gente acionou o Ministério Público, eu  
2936 acho que chega num momento como esse tão delicado que a gente não pode ter  
2937 tratativas, porque o presidente tá comprometido eu acho que aí é outra questão que a  
2938 gente tem que discutir, eu não vejo o presidente do Conselho Estadual ir no território  
2939 com uma questão nesse nível sabe, que eu entendo até conflituosa, sabe, então assim,  
2940 eu acho que, eu fico muito preocupada com um encaminhamento desse, e até com a  
2941 integridade não só com a integridade física não, mas com a integridade mesmo de como  
2942 assim, você vai num conselho, eu acho que, eu entendo que não é por aí, é eu entendo  
2943 que não é por aí, nós estamos falando aqui também de um presidente que é trabalhador,  
2944 acho que a gente tem que ter cuidado aí, eu entendo que isso já é uma questão do  
2945 Ministério Público, eu entendo. (Rodrigo): (Débora): Eu queria, a gente debateu muito  
2946 isso ontem na comissão, e aí a gente fez um pouco essa análise conjuntura, que nós  
2947 estamos compartilhando aqui com vocês a gente acha que foi o próprio Bruno que é de  
2948 lá, ele é vice-presidente do conselho, ele que trouxe essa conjuntura pra gente, mudou

2949 o prefeito de Juiz de Fora, ele se compatibilizou pra concorrer as eleições, o novo prefeito  
2950 que entrou nomeou outra secretária e, segundo o Bruno essa secretária parece ser mais  
2951 sensível a essa discussão. Bom, essa situação em Juiz de Fora tem mais de 70 anos, pelo  
2952 que o Bruno falou, ela é parecida a gente até fez uma comparação com a situação aqui  
2953 de Belo Horizonte que tinha a AMAS, que de alguma forma aí ter entrado toda uma  
2954 discussão com o Ministério Público. Só que a gente achou que a gente deveria, a gente  
2955 começou a fazer um monte de perguntas ontem, até a Camila que tá aí fez uma discussão  
2956 da MROSC, a gente achou que a gente deveria ir assim, colher mais informações de  
2957 verdade, além do ofício que o CEAS mandou, é a primeira vez que o CEAS tá entrando  
2958 na discussão pra de fato tomar uma posição, então a gente achou que seria de bom tom  
2959 fazer essa conversa com a secretária que está chegando, ficamos muito na dúvida, então  
2960 a gente compartilha isso com vocês, chama o conselho, não chama o conselho, por causa  
2961 disso aí que o Bruno falou, mas eu acho que tem gente com muito mais experiência pra  
2962 ajudar a pensar isso, mas a gente achou que não era hora de já ir pro Ministério Público  
2963 sem se impor, a gente achou que se aproximar mais da questão, teve uma audiência  
2964 pública, que os conselhos profissionais foram, a gente fez uma nota técnica, então é essa  
2965 a nossa posição que está aí em discussão pra plenária. (Bruno): É só pontuar uma coisa  
2966 aqui rapidinho, é primeiro a gente fez essa decisão ontem, só que igual eu estava falando  
2967 com as meninas, a minha cabeça é muito aberta, a gente que, eu imagino que fazer uma  
2968 coisa é o ideal mas, talvez não seja o caso de bater lá na porta e quebrar o pau de uma  
2969 vez, mas a gente precisa de colher informações antes de passar pro Ministério Público,  
2970 outra coisa que eu queria falar é que 70 anos é um número hipotético, eu não sei  
2971 exatamente a idade da instituição eu sei que ela é uma das instituições mais antigas de  
2972 Juiz de Fora mas eu não sei a idade certa. Eu imagino. (Simone): Não, eu acho o  
2973 seguinte, eu acho que o Conselho deve ir sim, porque não, porque não, , eu acho que  
2974 tem um fato lá, um fato sério, tá sendo implantado lá um outro SUAS, isso não é SUAS,  
2975 isso é um contraponto, tá fazendo o que não é o SUAS, então acho que não vejo problema  
2976 nenhum acho até que vai surtir efeitos muito importantes, acho que deve chamar o  
2977 presidente do Conselho sim, ele é o presidente do Conselho, se ele é da entidade é bom  
2978 que ele ouça, é bom que ele ouça, a função dele é zelar pela SUAS, se ele é da entidade  
2979 lá tal e você é o vice presidente deve ir os dois, presidente e vice, e que o conselho seja  
2980 firme lá ao dizer que PAIF e PAEFI são estatais, tá na LOAS não é, não pode ficar fazendo  
2981 chamamento pra PAIF e PAEFI, o marco regulatório foi uma conquista enorme da  
2982 sociedade civil, das entidades, e a gente não vai ficar ocupando de novo o papel do  
2983 estado, basta o que já ocupou a vida inteira e o que ocupa, que isso seja dito, isso é uma  
2984 questão, a outra gente, já está no Ministério Público, isso aí já tá, o próprio Cogemas já  
2985 encaminhou para o Ministério Público, porque a denúncia chegou pra tudo quanto é lado.  
2986 Todo mundo já se posicionou, esse assunto já vem se alastrando a algum tempo, o que  
2987 eu achei de novidade foi a possibilidade de uma secretária municipal que tenha diálogo,  
2988 eu acho que é, então não vejo nenhum problema, acho que o conselho tem essa função  
2989 de diligência de ir até o município sim, não vejo problema nenhum, agora é uma decisão  
2990 do conselho, vale a pena não vale a pena, isso tem que discutir mesmo, mas eu não vejo  
2991 nenhum problema no ponto de vista político. Muito pelo contrário. (Rodrigo): É, eu penso  
2992 que o diálogo ele é sempre salutar, contudo não passando por cima do órgão maior do  
2993 conselho municipal dentro daquele município é ele que é o pro- gestor do SUAS e isso  
2994 ele já tem feito porque essa, essa representação aqui no CEAS já foi discutido desde de  
2995 a gestão passada a gente já vem denunciando essa terceirização, teve essa audiência,

2996 teve conselheiro estadual lá que representou, igual a Simone falou vários itens já se  
2997 manifestaram, agora o diálogo eu não sei se seria bom ir lá, eu acho que uma coisa que  
2998 a gente tem que amadurecer, Simone, eu Simone, a mesa diretoria como um todo, talvez  
2999 chamá-los aqui, a secretária, o Conselho aqui, o presidente do conselho o vice-presidente  
3000 do conselho, a secretária de assistência social lá para vir conversar aqui na mesa diretora  
3001 do CEAS a gente pode pensar numa situação dessa, acho que não dá para deliberar isso  
3002 aqui agora acho que a gente tem que amadurecer um pouco essa questão. Débora.  
3003 (Alice): Tem, tem uma questão então nova que já tá no Ministério Público então, a  
3004 questão, já estava, então eu acho, tem algo para articular com o Ministério Público, quem  
3005 for o promotor que tiver, não tem como também passar, o Ministério Público tem que  
3006 passar nessa conversa assim, se a gente tá propondo uma conversa política a gente tem  
3007 que entender a posição deles nessa, nessa história toda, agora eu ainda defendo que é  
3008 o conselho lá sabe com a secretária de assistência social numa conversa, com o conselho,  
3009 com os 2 conselhos, com o estadual e com o conselho municipal, lá numa conversa com  
3010 ela exatamente para entender qual que o momento político e certo, que eu acho também  
3011 que chamar para vir com a mesa diretora assim, não sei o que que causa, de numa  
3012 conversa assim, com todo mundo sabe, não sei, sim, é talvez uma conversa lá, não sei,  
3013 pode sim. (Débora): É, eu só queria reiterar que eu acho, ou a gente, ou a gente  
3014 aproveita esse momento ou a gente vai deixar ele passar, a secretária está chegando  
3015 agora, o chamamento tá terminando, então ou a gente faz agora ou a gente deixa  
3016 oportunidade passar, então acho que a gente tem condições de decidir aqui agora  
3017 mesmo, o encaminhamento se a gente vai aí assim, se a gente vai lá ou se chama-os  
3018 aqui, eu acho esse ponto talvez pra pensar e se a gente concordar em intervir acho que  
3019 o momento é agora. (Rodrigo): Eu penso então Débora, que poderia decidir o seguinte,  
3020 independente de ir lá ou vir aqui eu acho que a decisão é, vamos reunir, e aí o método,  
3021 como que vai ser eu acho que a gente junto com a Consolação organiza isso com a  
3022 secretaria executiva porque, de repente pode ser mais efetivo ir lá. Juanita. (Juanita)-  
3023 Federação das Apaes: É a minha fala é no sentido de colaborar com a questão que a  
3024 Débora apresenta, Juiz de Fora é uma situação tão atípica, tão atípica, que eu acho que  
3025 qualquer mudança que desponta eu acho que é uma obrigação do SUAS Estadual  
3026 potencializar essa possibilidade considerando essa complexidade de Juiz de Fora, isso é  
3027 um ponto, o outro ponto é que nós temos um conselheiro estadual que apresentou essa  
3028 demanda e ela não pode ser desconsiderada, até porque ele é vice presidente de lá  
3029 também, e essa oportunidade eu falo isso de 2 lugares, lugar de gestão que eu já estive,  
3030 e todas as tentativas foram feitas no sentido de mudar essa realidade que é de anos, e  
3031 do outro lado a APAE de Juiz de Fora está em intervenção e a Federação que está  
3032 reordenando a APAE a luz do Ministério Público, então nós já tentamos como entidade  
3033 articular com a prefeitura, inclusive um edital completamente medonho também com a  
3034 proteção especial de média complexidade a gente conseguiu com muito cuidado, lá é  
3035 muito complexo essa, essa articulação com o município, então eu acho que é uma  
3036 oportunidade sabe, com essa secretária nova, quem sabe a gente não conhece, e eu  
3037 acho que é isso que a Simone falou, o presidente da entidade ele está lá como presidente  
3038 do conselho, ele vai ter que ouvir umas coisas porque ele é o presidente do conselho,  
3039 então eu acho que essa reunião apesar de já estar no MP, mas é mais uma oportunidade  
3040 que a gente tem de fortalecer o SUAS de Juiz de Fora que é capenga e é uma cidade de  
3041 referência pra Minas Gerais, então eu aqui me coloco favorável, onde que vai ser, como,  
3042 mas eu acho que a gente tem que considerar a proposta da comissão, e atender o pleito

3043 sim. (Rodrigo): Cris. (Cris): Considerando, mais informações, como foi trazida, por  
3044 Simone que já está no Ministério Público, isso muda o parâmetro, a priori, imaginei que  
3045 era uma coisa que estava chegando aqui, que estava fresca, já tá lá no Ministério Público  
3046 inclusive parece que ela também não sabia, já está lá no Ministério Público, acho que  
3047 isso muda um pouco as coisas, porque no ponto de vista nosso nós temos um papel sim,  
3048 do controle social e etc. Mas acho que isto extrapola um pouco e entram na questão da  
3049 gestão pública mesmo assim, da sua organização, enfim, tem os princípios da gestão da  
3050 legitimidade, da moralidade, enfim tudo isso perpassa da ação do Ministério Público,  
3051 como controlador disso, fiscalizador, enfim que apresenta a denúncia, e aí eu fico  
3052 pensando sabe, que nessa linha de, de trazer inclusive trazê-los aqui fazer essa  
3053 discussão e aí, eu acho que isso poderia, seria interessante junto com o Ministério Público  
3054 anterior a gente ter uma conversa pra equipe endireitar, pra gente não atravessar  
3055 também porque a gente não sabe em que pé que tá, assim eu acho que é importante  
3056 apurar as medidas que tá o que já pensaram de atividades de atuação e, eu entendo que  
3057 seria interessante também nós vermos a experiência que Belo Horizonte teve de desfazer  
3058 essas amarras, que foi uma experiência muito custosa, muito custosa acompanhei isso  
3059 neste conselho, foi muito custosa para Belo Horizonte desfazer essas amarras conforme  
3060 a organização que estava aí, executando serviços públicos para todos os lados, ela não  
3061 estava executando só assistência social não, era saúde, era tudo que se tinha no  
3062 município há anos não executava, e aí foi uma questão exitosa eu acho que as vezes até  
3063 pra secretária, ela aponta o caminho como desfazer, porque foi um negócio tão enraizado  
3064 de tantos anos, como nós temos a experiência aqui na capital como desfazer também é  
3065 um desafio pro gestor também, então eu acho que talvez colher essa experiência sabe,  
3066 de como que foi isso, como foi o processo e fazer uma reunião aqui eu acho, eu entendo  
3067 como encaminhamento mais salutar num primeiro momento eu imaginei que era você ir  
3068 lá no negócio, lá no território eu acho isso é super arriscado e, falo de um lugar que já  
3069 fui muito ameaçada por isso. (Rodrigo): Eu até, eu entendi, Cris, e concordo com sua  
3070 fala, com da Juanita da Simone, concordo, não, não, as falas e a questão não é de não  
3071 reunir, é não reunir com o secretário em detrimento do CMAS essa é a primeira questão,  
3072 o CMAS tem que se implicar e desde as demandas passadas que era a mesma questão  
3073 que vem se arrastando era isso implicar o presidente do CMAS, implicar o CMAS a  
3074 responder, ele respondeu o ofício, não sei se vocês vão lembrar disso que não respondia,  
3075 e é ele explicou e confirmou o que a gestão já esta fazendo não, o que o conselho está  
3076 fazendo e, aí ele respondeu pra gente, então assim, eu acho que, que o início a gente  
3077 tem que, ir, ouvir, o fato da gente tem que reunir com ela, aproveitar a oportunidade,  
3078 adorei essa questão da gente pegar a experiência da AMAS, peço a Consolação também  
3079 pra que tente levantar com MP como está isso aí se já instaurou a notícia de fato, mas  
3080 eu acho que tem como, é, é com certeza o conselho, se o conselho encaminhou ou o  
3081 COGEMAS encaminhou, o Ministério Público responde falando que instaurou notícia de  
3082 fato, e tem o número do processo lá, então a gente tentar, pra gente saber que pé que  
3083 tá porque também reunir lá sem ter as informações então primeiro é preciso coletar  
3084 essas informações e talvez até pedir essa reunião com a presença do MP. Tá. (Simone):  
3085 Eu acho que nós devemos ter uma ação independente de MP, eu acho que isso que a  
3086 Juanita falou, devemos interpretar como uma oportunidade de diálogo, não intrometer  
3087 MP no meio, deixa o MP pra lá, se a gente já consegue fazer um diálogo, secretário  
3088 acabou de chegar, secretário vamos fazer na lógica do SUAS, MP não precisa de entrar  
3089 nessa história, é mais uma tentativa de diálogo eu acho que esse é o caminho, eu acho



3090 que não devia mexer com MP agora não.(Camila) Eu acho que o nosso posicionamento  
3091 a princípio é estreitar as relações e mostrar que nós estamos, que nós estamos,  
3092 observando atentos o que está acontecendo assim, eu acho que é uma tentativa de com  
3093 essa pessoa nova, estreitar os laços e trazer ela pro nosso lado eu acho que a tentativa  
3094 é essa assim, estreitar as relações com essas pessoas que estão chegando agora.  
3095 (Rodrigo): Gilberto: É, dado que eu já tinha me inscrito antes, vocês falaram a mesma  
3096 coisa que eu ia falar. É (Gilberto) – Cogemas: Mas eu acho que o momento é de trazer  
3097 as pessoas para nosso campo sabe, não é o momento da gente criar truculências como  
3098 muitos já estão truculentos com a gente, acho que é hora da gente reproduzir a  
3099 mediação, e Juiz de Fora é um município importante no nosso estado, se ele enfezar com  
3100 o processo e cismar de emparelhar o SUAS, o negócio começa a colar em outra cidade  
3101 do estado e vira moda, e o trem desencadeia e agente perde o controle de tudo, acho  
3102 que é hora de mediar, fazer uma conversa amistosa, escutar, e depois o conselho fala  
3103 sobre aquilo que ele ouviu, porque também, agora uma coisa que eu acho também, pra  
3104 concluir, e ter mais rapidez, porque essa situação a gente já está debruçado já faz muito  
3105 tempo, tem que resolver isso logo. Obrigado. (Rodrigo): Então, vão. (Bruno): O que a  
3106 Luanda ia comentar é que tem o chamamento público e ele está em andamento. Então  
3107 sim. É. (Rodrigo): Então não tem o que discutir, eu acho, é fato, tem que ir, ou chamá-  
3108 los aqui. É então que nós vamos encontrar, vamos votar mesmo, quem concorda com,  
3109 os conselheiros que concordam em encontrar com o secretário e o conselho de Juiz de  
3110 Fora? Ok. Contrários. Abstenções. Ok. Unânime. Mais alguma coisa comissão? (Bruno):  
3111 Apenas. (Rodrigo): Apenas, a tá, orçamento por favor, rápido, ligeiro, rasteiro. (Ivone)-  
3112 COGEMAS: Realmente, as 5 quase 6 horas mas, a comissão de orçamento reunião ontem  
3113 com a presença dos membros, justificativa do João Alves e da Simone, nós tivemos 2  
3114 pontos de pauta, um ponto foi em comum com a comissão de normas, esse ponto ele  
3115 trata da lei de responsabilidade fiscal que é a lei complementar nº 101 de 4 de maio de  
3116 2000, essa lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade  
3117 na gestão fiscal e dá outras providências, a discussão da comissão foi junto com a  
3118 comissão de normas para definir estratégias de orientações aos municípios, essa pauta  
3119 foi solicitada pelo COGEMAS a partir das dificuldades encontradas pelos municípios na  
3120 sua implementação. Então como foi falado, a lei de responsabilidade fiscal ela é concebida  
3121 como uma legislação abrangente sobre finanças públicas que incide sobre todas as  
3122 esferas de governo, ela ratifica o processo de controle de gastos bem como a estabilidade  
3123 das contas públicas na sessão. Na sessão 10 desta lei trata-se da despesa com pessoal,  
3124 nos artigos 18, 19, 20 a lei regulamenta-se o que se entende por gasto de pessoal e qual  
3125 o limite prudencial para a união, o estado e os municípios. Segundo o estudo feito pela  
3126 confederação nacional dos municípios mais de 30% dos municípios brasileiros estão com  
3127 o limite com gastos pessoais estourado, em Minas Gerais não é diferente, o COGEMAS  
3128 traz como proposta a revisão desta lei complementar 101 de 04 de maio de 2000 e  
3129 demais normativas, para que possam assegurar que os recursos federais e estaduais  
3130 transferidos para a assistência social aos municípios mesmo sendo gastos com recursos  
3131 humanos não sejam computados com gastos de pessoal uma vez que os serviços sócios  
3132 assistenciais são importantes, obrigatórios e não podendo deixar de ser ofertados. Então  
3133 nesse primeiro ponto a questão é a questão do gasto de pessoal nos município que está  
3134 ficando difícil ter a equipe de recursos humanos, diante desta discussão todas as duas  
3135 comissões após a apresentação dessa proposta, houve-se um consenso quanto a  
3136 importância da discussão desse tema, as comissões de orçamento e normas se reuniram

3137 em maio, para obter mais elementos para discussão dessa pauta, convidaremos a  
3138 Sedese, a SEPLAG para aprofundamento e esclarecimentos referente a aplicação desta  
3139 lei e os impactos na execução do SUAS em especial com gastos pessoal. Então no  
3140 segundo ponto, no primeiro ponto a única questão é pra ver se concorda com essa  
3141 proposta, não é proposta não, é, é só pra comissão, tá certo, não trouxe pra deliberação  
3142 aqui não, é só informe. O segundo ponto só da comissão de orçamento nós saímos e  
3143 reunimos em outra sala, chega a avaliação do instrumental de prestação de contas,  
3144 conforme demandado na última plenária do CEAS a apresentação da prestação de  
3145 execução orçamentária e financeira do CEAS precisa de ser melhor compreendida por  
3146 todos conselheiros considerando que nem todos dominam a matéria, deliberação da  
3147 plenária, a comissão avaliou que o instrumental utilizado para apresentação da prestação  
3148 de contas é claro e auto explicativo, no entanto avalia necessário uma oficina sobre  
3149 execução orçamentária e financeira e atrás como proposta que a oficina aconteça no mês  
3150 de maio um dia antes da reunião das comissões para aqueles conselheiros que  
3151 interessarem. A comissão de orçamento sugeriu convidar a diretora do CEAS na gestão  
3152 do FEAS, Cláudia Falabella e a conselheira Juanita e o conselheiro Wilson para  
3153 contribuições nesta oficina. Outros encaminhamentos na, na comissão que foram  
3154 apresentados foram a comissão solicita da Sedese para apresentação o pleno de maio, o  
3155 plano de aplicação dos recursos da lei de 2018, o plano de aplicação de recursos de 2017  
3156 inscritos em restos a pagar, proposta de reprogramação do saldo em conta em 2017,  
3157 envio de prestação de contas do primeiro trimestre do FEAS, então o que a gente aqui  
3158 pra deliberar seria essa oficina, se de consenso ou não. É, isso vai. (Rodrigo): É, eu acho  
3159 que não precisa nem votar, tem algum destaque, tem algum plano a ser debatido? Acho  
3160 que todos concordaram com os encaminhamentos, senão teria que ter destaque, então  
3161 os conselheiros que aprovaram, estamos preparados para votar? Os conselheiros que  
3162 aprovaram os encaminhamentos da comissão de orçamento? Contrários? Abstencões.  
3163 Acabou, nada mais a tratar, bom final de semana. Bom retorno.

Nomes	Representatividade	Assinatura
Alice de Rezende Brandão Faria	Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de BH	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do GRAAL do Brasil	
Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo	Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/SEAPA	
Cecília de Araújo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
Cristiane Isabel Felipe	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - IMSNS	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	

Deborah Ackerman	SEDESE	
Fabrcia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	
Felipe Serrano Milioreli	Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo	
Gilberto Donizete Ribeiro	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
Helder Augusto Diniz Silva	Conselho Municipal de Assistência Social de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de MG	
Ivone Pereira Costa Silva	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
João Alves Crisóstomo	Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS MG	
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	Secretaria de Estado de Saúde	
Márcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM	
Maria da Conceição Silva	Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	Conselho Municipal de Assistência Social de Leopoldina	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	Secretaria de Estado de Educação	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	Conselho Municipal de Assistência Social de Paracatu	

Wilson de Salles Lana

Secretaria de Estado da  
Fazenda

3164